

Tatiana Gomes Martins

**“RAÍZES DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA:
FLORESTAN FERNANDES E A QUESTÃO DO
INTELECTUAL”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da
Prof^a. Dr^a. Élide Rugai Bastos.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
01/10/2002.

Banca:

Prof^a. Dr^a. Élide Rugai Bastos (Orientadora)

Prof. Dr. Octávio Ianni

Prof. Dr. Milton Lahuerta



Outubro/2002

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL**

UNIDADE Re
Nº CHAMADA UNICAMP
M366r
V _____ EX _____
TOMBO DCI 51235
PROC 16.837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 14,00
DATA 23/10/02
Nº CPD _____

CM00175726-1

BIB ID 266076

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M 366 r **Martins, Tatiana Gomes**
 Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a
 questão do intelectual / Tatiana Gomes Martins. -- Campinas,
 SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Elide Rugai Bastos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Mannheim, Karl, 1893-
1947. 3. Sociologia - Brasil. 4. Intelectuais e política. 5. Mudança
social. I. Bastos, Elide Rugai. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

*À minha mãe, Helena, e à minha avó, Rosária,
acolhida segura de minhas escolhas
e ao meu pai.*

200249679

Agradecimentos

O desenvolvimento da pesquisa e a confecção da dissertação de mestrado envolveram pessoas que, de uma forma ou de outra, acabam fazendo parte do resultado alcançado. Por isso, agradeço profundamente a toda a minha família – minha mãe, Helena, minha avó, Rosária, Fábio, meu tio, Marcelo, meus irmãos, Eliana e Fernando, meu cunhado Marcos e minha sobrinha Ariadne, por todo o apoio e compreensão pelas ausências requeridas pela pesquisa. Além desses, meus agradecimentos se voltam à família de amigos queridos, Kátia, Vítor, Machado, Adriana, Sérgio, Elaine e Fabíola. Em especial, sou grata a Gustavo, companheiro dos bons e maus momentos dessa caminhada. Agradeço também à Célia pela dedicada leitura e revisão da versão final do trabalho. À orientação de Elide Rugai Bastos que me valeu muitas lições para meu amadurecimento profissional e pessoal. Finalmente, agradeço à FAPESP pelo financiamento desta pesquisa.

Resumo

Este trabalho procura analisar como a questão do intelectual perfila algumas dos principais trabalhos de Florestan Fernandes produzidos entre meados da década de 50 até 1968. Fundamentalmente, a pesquisa tem como foco os livros: *Mudanças Sociais no Brasil* (1960); *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1963) e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968). Além deles, também são utilizados os textos *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960) e *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1967) no sentido de demonstrar a fundamentação metodológica dos primeiros. Desse modo, através da identificação das questões referentes à mudança social, ao desenvolvimento nacional e ao papel intelectual, presentes nos textos considerados, a pesquisa procura conferir a dimensão política que eles representam a partir da definição da sociologia enquanto “autoconsciência científica da sociedade”.

Abstract

This work attempts to analyze how the question of the intellectual profiles some of the main works of Florestan Fernandes produced between middle of the decade of 50 and 1968. Basically, the work has as focus the books: *Mudanças Sociais no Brasil* (1960); *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1963) and *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968). Beyond them, also are used the texts *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960) and *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1967) in the sense to demonstrate the methodological basis of the first ones. In this way, through the identification of the referring questions to the social change, to the national development and the paper of the intellectual present in the considered texts, the research seeks to confer the political dimension that they represent, from the definition of sociology as "scientific autoconscience of the society".

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I - O Funcionalismo e a Mudança Social	35
<i>A mudança social como tema.....</i>	35
<i>O método de interpretação funcionalista: uma opção teórica com possibilidades práticas.....</i>	42
<i>O lugar da sociologia no Brasil.....</i>	53
Capítulo II - Sociologia e Revolução Social	65
<i>A intervenção do sociólogo no processo social.....</i>	66
<i>A sociologia e o diagnóstico da sociedade.....</i>	81
Capítulo III - A Questão da Dependência	89
<i>A natureza das classes sob o capitalismo dependente.....</i>	90
<i>Os laços de dependência.....</i>	97
<i>Desenvolvimento X dependência.....</i>	102
<i>A “Revolução Burguesa” no Brasil: limitações e alternativas</i>	112
<i>O sociólogo e o subdesenvolvimento.</i>	120
Conclusão.....	125
Bibliografia	137

INTRODUÇÃO

Muitos autores abordam o tema do engajamento político de Florestan Fernandes levando em consideração os diferentes momentos de sua produção intelectual. Em geral, são análises pautadas no estabelecimento de uma relação entre as obras do sociólogo e o entendimento desse pesquisador sobre a “função do intelectual”. O objetivo central deste trabalho consiste na identificação da orientação metodológica que fundamenta sua análise sobre a problemática da *mudança social* no Brasil e a da definição da noção de “papel intelectual” que lhes são inerentes. São aspectos que permitem determinar em que medida sua produção sociológica exprime sentido lógico e político nos contextos em que se inserem. Sob essa ótica, o tema coloca uma gama de questões que, se relacionadas entre si, podem configurar terreno fértil para um aproveitamento explicativo.

Considerando o período compreendido entre meados dos anos 50 até 1968, a pesquisa parte do momento em que Florestan Fernandes torna-se regente da Cadeira de Sociologia I limitando-se às vésperas de sua cassação, em 1969 (GARCIA, 1997, p.130)¹. Dentro desta delimitação, é importante destacar, em primeiro lugar, a presença de temas diretamente relacionados à questão do desenvolvimentismo. De maneira sumária pode-se afirmar que os alvos de Florestan Fernandes, no período, se voltaram: a) ao diagnóstico das tendências ao desenvolvimento da racionalização e da democracia; b) à caracterização do processo de “mudança cultural espontânea” e de “mudança cultural provocada”;

¹ Apesar de ter sido utilizado em forma de tese, este texto já se encontra publicado em livro: GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002) *Destino Ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34.

c) à definição das condições propícias ao desenvolvimento e à aplicação da sociologia; d) à denúncia da articulação velho/novo; e) à formulação dos limites da “ordem social capitalista” característico do momento de crise². Evidentemente, esses temas podem se apresentar ou não em todos os textos considerados, mas é através deles que se pode identificar as nuances do tema proposto.

A temática sobre a mudança social na obra de Florestan Fernandes é considerada como central por muitos intérpretes. Ela faz parte, segundo Renan Freitas Pinto (1997), de um conjunto de noções diretrizes das interpretações que o autor realiza. Na delimitação de Sylvia Gemignani Garcia (1997), a preocupação com a análise dos processos de mudança social é uma característica da formação do grupo de pesquisa iniciada quando o sociólogo passa a reger a cadeira de sociologia I, em 1954. Segundo a autora, esse momento se caracteriza pela preocupação com a crítica racional dos problemas político-sociais brasileiros.

No que se refere à década seguinte, duas argumentações evidenciam a preocupação de Florestan Fernandes com as mudanças em percurso no Brasil daquele momento. Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) destaca que a problemática da mudança social constituiu, nos anos 60, o foco de análise da “escola paulista”, que adquire sentido através da identidade de temas de pesquisa. Tal enfoque se cristaliza na definição do caráter híbrido do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira expresso de maneira significativa na tese da *não integração do negro na sociedade de classes*.

Essa mesma idéia de “escola” se encontra na tese de José de Souza Martins (1998) segundo a qual a preocupação com os entraves de ordem

² Aqui se verifica uma proximidade com a concepção de crise presente na obra de Lukács (1965) segundo a qual ela corresponde a um momento específico de articulação das diversas tensões sociais. Isto porque elas

econômica, cultural e política tem sua maior expressão no projeto *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, de 1962. Essa interpretação defende a tese de que o objetivo de analisar configurações sociais, como o empresariado industrial, o Estado e os trabalhadores, estava diretamente relacionado com um “projeto nacional de desenvolvimento e modernização econômica, social e política”. Isso porque caracteriza a sociologia de Florestan Fernandes pela centralidade conferida aos “desencontros” da sociedade brasileira em processo de mudança que ganha forma nos trabalhos sobre o negro, sobre o capitalismo dependente e, até mesmo, sobre as biografias e sua contraposição com a história (MARTINS, J.S, 1998, p.88-90).

A partir dessa constatação, pode-se afirmar que o conjunto de trabalhos direcionados aos fenômenos de mudança social abre caminho para a discussão do sentido histórico que o autor procura dar ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Para isso, entretanto, é importante ressaltar as opções metodológicas que o autor enfrenta para dar conta daquela problemática.

Um dos pontos cruciais para a análise do período diz respeito ao “empenho metodológico” de Florestan no sentido da sistematização científica da sociologia brasileira, ou seja, do rompimento com as formulações ensaísticas, ou pré-sociológicas (IANNI, 1997). Tal sistematização passava, portanto, pela construção de um estilo de análise e de uma forma de exposição que justificam o extremo rigor e objetividade da linguagem utilizada por Florestan Fernandes, ao mesmo tempo em que dava embasamento ao esforço de construção teórica da sociologia³

se expressam de maneira mais clara a partir da posição tomada pelos sujeitos frente ao conflito.

³ Por outro lado, Arruda (2001) destaca que, além da preocupação em atribuir patamares acadêmicos à sociologia, deve-se levar em conta as “alternativas que restavam a um jovem humilde inserido no ambiente elitizado da Faculdade de Filosofia” para compreender a escolha de Florestan Fernandes em trilhar os caminhos da teoria. É esta também a dimensão destacada de Sylvania G. Garcia (1997) ao evidenciar os

a partir da realidade social brasileira. Construir a sociologia brasileira significava estabelecer as bases teóricas que permitissem a apreensão dessa realidade particular, embora utilizando o instrumental universal da ciência (ARRUDA, 2001; GARCIA 1997).

A discussão sobre as referências metodológicas de Florestan Fernandes apresenta, por sua vez, uma série de perspectivas que operam no sentido da segmentação da produção sociológica do autor. Para fins deste trabalho, entretanto, tal discussão é válida na medida em que permite estabelecer as conexões entre a instrumentalização metodológica utilizada pelo autor, o objeto ou tema de investigação e os objetivos (tanto teóricos como políticos) da pesquisa. É a partir dessas dimensões que a obra de Florestan Fernandes, cronologicamente situada, é colocada frente às capacidades intrínsecas da disciplina sociológica, ou seja, a interpretação da sociedade e de sua própria condição na mesma.

Em se tratando da década de 40 e 50, não há como dissociar, como já foi dito, os trabalhos de Florestan Fernandes da busca de um alicerce conceitual rigoroso. Como demonstra Sylvia Garcia (1997), o interesse pelo tema da indução na sociologia já se apresenta em 1947, sendo retomado por mais uma década. Da mesma forma, destaca Maria Arminda do Nascimento Arruda, que a associação deste procedimento com a preocupação com a formação da sociedade brasileira corresponde a um duplo caminho que o sociólogo toma para si naquele

caminhos abertos pela USP na absorção de novos setores sociais, destacando os depoimentos de Florestan Fernandes sobre as condições que enfrentava: "No viés da interpretação 'realista', Florestan volta a associar diretamente seu vínculo com a sociologia científica à sua necessidade de provar o próprio valor intelectual, condicionada por suas origens sociais. De todo modo, sabe-se que Florestan não abandonou essa linha de trabalho em 1953, ao concluir a tese sobre o método de interpretação funcionalista". Trata-se portanto, de uma discussão importante para a compreensão da busca do autor por legitimidade, embora se limite ao "período de formação" do autor e corresponda a um elemento complementar, e não central, de análise.

momento: “a ênfase na discussão teórica que explicita a obstinação em atingir um quadro conceitual seguro do ponto de vista científico; e o trabalho de investigação acoplado à busca obstinada da revelação dos fundamentos da sociedade brasileira” (ARRUDA, 2001, p.236). Na acepção da autora, os frutos deste percurso são colhidos em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), quando se dá o amadurecimento e uma clivagem. Desta maneira, o modo pelo qual Florestan enfrenta as particularidades empíricas da sociedade, tendo em vista os parâmetros científicos universais, se relaciona diretamente aos temas escolhidos pelo autor como objeto de suas pesquisas. Em contrapartida, o trabalho exaustivo de reflexão teórica abre a Florestan Fernandes maiores possibilidades interpretativas dividindo os intérpretes de sua obra ao tratarem da questão do ecletismo.

Para Gabriel Cohn, o “ecletismo bem temperado” de Florestan Fernandes se justifica pela maneira com que o sociólogo se utiliza das diferentes orientações metodológicas para a análise de alguns temas de pesquisa, negando, ao mesmo tempo, um ecletismo “relativizador e atomizador dos procedimentos analíticos”⁴. Compartilhando desta mesma opinião, Marcos Del Roio (1998) define que o ecletismo de Florestan Fernandes consiste no “uso concomitante de formulações de origem teórica diferente”, embora sempre pautado numa ética socialista. Em contrapartida, José de Souza Martins argumenta que a escolha de um tema de pesquisa, e conseqüentemente de um método, está diretamente relacionada a uma *visão de mundo*. Nesse sentido, a intrínseca relação entre objeto e método e

⁴ Considerando o livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, argumenta: “Eu afirmarei aqui dogmaticamente, sem demonstrar, que há passagens que são puro Weber e há passagens que são puro Durkheim nessa obra. E, se apanharmos essas passagens e as analisarmos, constataremos uma coisa desconcertante, a saber, que questões relativas à constituição de certos agentes sociais no contexto brasileiro, questões que são colocadas numa perspectiva que se apresenta no texto pelo menos à primeira vista como weberiana, são

entre método e visão de mundo se reflete na presença de diferentes temas e metodologias na trajetória intelectual de Florestan Fernandes (MARTINS, J.S, 1998). Por isso, um fator de extrema importância para este trabalho consiste na identificação da coerência entre as formulações teóricas que o autor realiza sobre as diferentes orientações metodológicas e a aplicação destas nos seus trabalhos de interpretação da questão da mudança social no Brasil. Elas denunciam a presença de uma perspectiva política expressa na definição de uma função social ao conhecimento sociológico que, ao mesmo tempo, revela determinada *visão de mundo*⁵. Isso corresponde a dizer que a própria definição de um papel social ao sociólogo coloca uma tomada de posição frente ao quadro de crise social (LUKÁCS, 1965).

Uma discussão muito importante diz respeito ao que José de Souza Martins chama de “concepção fenomenológica das relações sociais” (MARTINS, J.S, 1998, p.84). É através dessa idéia que se pode pensar na distinção entre uma metodologia de apreensão da realidade estudada – que permite a compreensão sociológica estrita de determinado fenômeno social – e a metodologia de análise dos resultados em relação à sociedade como um todo⁶. No que se refere ao primeiro caso, Martins afirma que os trabalhos sobre o negro e as biografias, por exemplo, revelam o interesse de Florestan pelas atitudes dos sujeitos frente ao conflito, ou crise. É através da análise da consciência dos

respondidas a partir de formulações referentes às condições estruturais em que esses agentes operam, e essas segundas formulações são feitas no registro durkheimiano” (COHN, 1987, p.51,52).

⁵ Nas palavras de Goldmann: “visão do mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente de uma classe social) e os opõe aos outros grupos” (GOLDMANN, 1979, p.20). Nesse sentido, a maior relevância de uma obra consiste, justamente a sua maior coerência com relação à *visão do mundo* que expressa, ou à maior capacidade de representação da *consciência coletiva* que detém.

⁶ A preocupação de Florestan Fernandes com essas duas dimensões se revela no diálogo com as propostas de Merton (1970) sobre as *teorias de médio alcance*.

agentes que ele se instrumentaliza para explicar questões de ordem mais geral como a não integração do negro e a demora cultural⁷ de maneira a politizar sua análise. Nesse campo Gabriel Cohn (1987) também contribui para a justificativa deste trabalho ao afirmar que encontramos uma dimensão importante da militância de Florestan Fernandes em suas construções metodológicas.

A perspectiva da totalidade, então, permite a Florestan Fernandes enfrentar as grandes questões sobre a formação da sociedade brasileira utilizando-se de referências empíricas. É justamente o enfoque sobre tais questões que demonstra a dimensão crítica a que o sociólogo se propõe (GOLDMANN, 1979; IANNI, 1987; MARTINS, H., 1987). Por este motivo, a preocupação com a “ressocialização dos agentes” (MARTINS, J.S., 1998), e portanto com a mudança social, é sistematizada no sentido de atribuir à sociologia um papel ativo neste processo em sua forma de Sociologia Aplicada, concepção esta formulada na década de 50. Para Garcia, trata-se de um “desdobramento específico de sua perspectiva científicista” (1997), fato que abre questionamentos sobre o porquê do tratamento específico ao papel da sociologia naquele momento e sobre suas implicações, tanto metodológicas quanto políticas. Vale ressaltar que, como destaca a mesma autora, foi entre o final da década de 50 e início da de 60 que Florestan Fernandes participa diretamente da Campanha de Defesa da Escola Pública. Esse fato expressa dois aspectos importantes: a importância atribuída à educação na formação de agentes sociais

⁷ Em suas palavras: “A consciência dessas limitações permitiu ao professor Florestan retrabalhar sociologicamente a visão de mundo oculta no conceito de alienação, que no fundo era o que estava em jogo, de modo mais apropriado nos dois livros que se seguiram *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Aí, então, o problema aparece sob nova luz: o capitalismo preserva e combina relações sociais atrasadas, outras que ‘não são suas’, organizando-as em função da racionalidade do capital. É o próprio capital que produz e administra o atraso social e político, além do atraso econômico. Essa descoberta, que o distancia das interpretações propriamente positivistas e funcionalistas, *politiza* sua interpretação, pois por meio dela é

e a confirmação pública do que compreendia ser o papel do sociólogo. Além disso, a importância atribuída à educação para a transformação da sociedade também está relacionada aos princípios da missão francesa e da fundação da USP que constituíram uma tradição dentro da universidade (MARTINS, J.S, 1998, p.35).

Não há como dissociar os trabalhos de Florestan Fernandes, tanto teóricos quanto empíricos, de sua constante inquietação pelo processo de formação da sociedade brasileira. A sociologia se distingue fundamentalmente da história, mas é esta que lhe confere suporte para a compreensão do sentido histórico dos processos, estruturas e organizações sociais. Por esse motivo, mesmo que utilizando metodologias específicas de análise, as questões sobre os tupinambá, sobre o negro e sobre o capitalismo dependente, para exemplificar, se apresentam como denúncia da constituição da desigualdade social no Brasil (BASTOS, 1998; ARRUDA, 1997). Para alguns autores, essa perspectiva está vinculada à dimensão marxista do pensamento de Florestan Fernandes, mesmo quando considerada no momento anterior em que ela se torna preponderante (MARTINS, H., 1987, IANNI, 1997; RIDENTI, 1998). O fato é que corresponde a um ponto de vista crítico a partir do qual a sociologia adquire contornos e funções dentro de determinada conjuntura sócio-política.

Isso leva a crer que o estabelecimento da relação entre referencial empírico e referencial teórico conduz o autor para o papel da sociologia como “autoconsciência científica da sociedade” e, neste sentido, abre as portas para

que o negro aparece efetivamente como *vítima e vítima do que (e de quem)*” (MARTINS, 1998, p.61. *Grifo do próprio autor*).

uma definição específica para a sociologia brasileira⁸. A construção de parâmetros sociológicos de acordo com a realidade brasileira torna-se, neste sentido, condição fundamental para responder às necessidades sociais de auto- interpretação⁹. Trata-se, segundo a argumentação de José de Souza Martins, da construção de uma “sociologia enraizada” calcada em critérios científicos de análise e de definição de temas de pesquisa. Além disso, pode-se dizer que esta escolha de Florestan Fernandes significa um rompimento efetivo com os modelos de explicação sociológica de viés culturalista¹⁰ procurando, desta maneira, construir a análise em outras bases, como por exemplo, através da compreensão da estrutura e da organização social (ARRUDA, 1998). Metodologicamente, para Miriam Limoeiro Cardoso, este rompimento se efetiva através da idéia de “submissão à realidade como um meio” já que garante a objetividade científica frente à realidade empírica (CARDOSO, 1996, p.94). O conservadorismo da postura de “submissão à realidade como um fim” consiste, dessa forma, na aceitação desta mesma realidade tal como ela é. Em contrapartida, frente à questão da especificidade, a sociologia de Florestan Fernandes procura abraçar

⁸ Aqui reside uma das grandes polêmicas que envolvem o autor, principalmente aquela que tem por oponente Guerreiro Ramos. Apesar de não ter sido possível a análise deste diálogo, ele é importante na medida em que absorve as questões circundantes do momento permitindo-lhes atribuir uma conotação política.

⁹ “...a ênfase nos fins empíricos da investigação permite atender a um requisito básico da explicação nas ciências sociais, que exige a reconstrução empírica dos fenômenos ou totalidades investigados, e às impulsões nascidas da necessidade de autoconsciência das condições de existência social, particularmente fortes onde a civilização industrial e urbana converteu a perspectiva historicista em dimensão natural da atividade humana” (CARDOSO, 1996, p.100).

¹⁰ Afirmar que a especificidade do estabelecimento da ordem capitalista no Brasil resulta da conciliação dos setores de caráter modernizador com os de configuração tradicional ou conservadora significa, evidentemente, descortinar o aparato de explicação social que o sustenta. Desta maneira, ao denunciar as implicações do passado colonial e escravagista, ou os limites impostos à liberdade e à democracia, Florestan Fernandes coloca em cheque, por exemplo teses como as da democracia racial e da ordem patriarcal de Gilberto Freyre – FREYRE, (1984 e 1996). Em poucas palavras, este rompimento se constitui através das teses da não integração do negro como constitutiva das relações sociais no país e da persistência dos setores “tradicionalistas” nos centros de decisão como impeditiva do processo de revolução burguesa no Brasil. Aqui, se coloca, então, a influência de Caio Prado Júnior que, em contrapartida às teses contemporâneas, se voltava à formação da sociedade brasileira a partir da análise de sua especificidade concreta, a saber, ao processo de “modernização conservadora”. RÉGO, (2000). Nas palavras de Elide Rugai Bastos: “...a combinação das duas teses – sobre o negro e sobre a revolução burguesa – compõe a ruptura crítica com a reflexão sociológica anterior”. BASTOS, 1998, p.152.

as exigências histórico-sociais da sociedade brasileira de superação do “atraso”, tendo em vista os paradigmas científicos universais que devem ser “adequados” à situação social brasileira.

Pode-se dizer, então, que a sistematização da concepção de papel intelectual está relacionada às questões apresentadas pelo processo de modernização brasileiro, principalmente no que se refere aos seus entraves. Nesse sentido, as formulações correspondentes ao papel do intelectual e da sociologia, no final da década de 50 e início da década de 60, estão diretamente vinculadas às propostas teóricas de Karl Mannheim¹¹. Entretanto destaca Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) que esta vinculação expressa também a semelhança da situação de marginalidade vivida por esses dois autores. No caso do autor brasileiro, isso significava uma “tomada de posição, frente ao papel preeminente dos isebianos no interior dos grandes debates nacionais, que se exprimia através do enfrentamento de idéias e da afirmação dos princípios universais do conhecimento” (ARRUDA, 2001, p.248). Significava, portanto, uma resposta à situação política em que se encontrava. Dentro dessa perspectiva, a sociologia se nutre das exigências histórico-sociais, cabendo a ela o desvendamento das possibilidades históricas de ação social. Tais possibilidades devem ser desempenhadas por uma sociologia de caráter rigorosamente científico, argumento este que revela a busca de legitimidade face aos isebianos.

Conforme já explicitado, o entrelaçamento da atitude intelectual fundamentada por Florestan Fernandes e a preocupação com o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira colocam o autor frente a questões

¹¹ Conforme depoimento destacado por Sylvia Garcia e Miriam Limoeiro Cardoso, as leituras de Mannheim datam já da década de 40. GARCIA, 1997, p.76, CARDOSO, M., 1996, p.94.

metodológicas e políticas. Uma maior compreensão desses fatores pode ser alcançada se a reflexão levar em conta outras questões importantes, tais como: a) a influência do momento histórico social; b) a relação entre obra e papel intelectual; c) a relação entre opção teórica, sentido político e situação política; d) a definição do sujeito da transformação social; e) as possibilidades de rupturas e continuidades.

As questões levantadas pelo contexto social considerado, ou seja, São Paulo entre 1955 e 1968, podem apresentar algumas pistas para interpretação dos textos de Florestan Fernandes que datam desse período. Principalmente quando a busca consiste em apontar a dimensão crítica que coloca o autor entre os principais intelectuais dessa época.

Na metade da década de 50, os fatores que caracterizam o processo de mudança social estão constantemente presentes não apenas na obra de Florestan Fernandes, mas em vários trabalhos porque se tratam de questões correntes no período. Dessa forma, são pauta das discussões e produções culturais fenômenos tais como: industrialização, urbanização, planejamento, desenvolvimento, educação, para citar alguns dos mais importantes. No que se refere à esfera econômica, a situação de mudança é definida pela consolidação de uma nova fase do processo de substituição de importações corporificado no “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (LESSA, 1981). Dada a importância da participação do Estado na geração da economia, a esfera política constitui o palco das tensões das correntes que definem o teor daquelas mudanças. Trata-se do entrelaço entre as classes interessadas na internacionalização da economia e as que defendiam o desenvolvimento econômico nacional que confere ao governo Kubitschek um caráter conciliatório,

embora tendesse mais acentuadamente no sentido do primeiro grupo (IANNI, 1975). Importa que tais medidas ganharam legitimidade na idéia de desenvolvimento que permeava a esfera cultural. Toda ela estava carregada de um sentimento de progresso que atrelava a compreensão da realidade a um objetivo único, a um futuro almejado (ARRUDA, 2001). Como se vê, a política desenvolvimentista penetrava em todas as instâncias da vida social brasileira na década de 50 de maneira a dar forma a questionamentos e a confecção de vários projetos. Mas, em vista da intensidade e efervescência do processo de urbanização e industrialização em São Paulo este fenômeno se expressa de maneira singular.

Dentro dessa perspectiva, ao considerar as obras de Jorge Andrade, Florestan Fernandes e dos concretistas paulistas enquanto linguagens paradigmáticas, Maria Arminda do Nascimento Arruda destaca o sentido de ruptura e normatização que elas expressam. Essa atitude, estando diretamente vinculada à instituição que as veicula, se legitima e, ao mesmo tempo, constrói novos parâmetros culturais. A questão colocada é, justamente, saber como a situação social sustentou o aparecimento e a manutenção dessas linguagens.

Segundo a argumentação da autora, dois fatores foram fundamentais para a expressão desses intelectuais: as instituições e o novo mecenato cultural. Em sua natureza, tais fatores são fruto da complexidade social atingida pela cidade de São Paulo, a partir do final da década de 40. A ampliação dos processos de urbanização e de industrialização abre espaço para uma nova “dinâmica social” a partir da qual se observa: a) a presença de uma cultura cosmopolita; b) a ascensão dos imigrantes na constituição da burguesia industrial; c) uma nova sociabilidade entre os novos integrantes das elites; d) a proeminência de valores

progressistas. São condições que, para Arruda, permitem àqueles intelectuais romperem com as linguagens anteriores e sistematizarem a interpretação do presente e do futuro. No caso mais específico de Florestan Fernandes isto significou a definição de parâmetros científicos através da compreensão de seu papel na sociedade moderna e, principalmente democrática. Por outro lado, vale ressaltar que o teor cientificista da postura política do sociólogo também pode ser associada à incapacidade de absorção do intelectual pelo movimento socialista (TOLEDO, 1998).

Já os anos finais da década de cinqüenta e os primeiros da década de sessenta são caracterizados pela organização dos anseios reformistas de solução dos problemas desencadeados na década anterior. Esses problemas se relacionam, no plano econômico, às mudanças resultantes da implantação da industrialização pesada no Brasil que desembocam numa crise econômica e social (LESSA, 1981). Essa situação engendra tensões sociais que se expressam em diversos movimentos sociais urbanos e rurais (IANNI, 1975). Assim, como o Estado já adquirira papel central nas decisões econômicas que constituíam sua orientação política desde a década de 30, as reivindicações exigem sua intervenção direta (IANNI, 1975). Por esse motivo o movimento pelas reformas de base absorve número considerável de quadros de representação social.

É interessante perceber como algumas questões circundantes do período se concretizam no cenário social. A idéia de planejamento e intervenção científica, segundo José de Souza Martins (1998), dá sustentação, por exemplo ao apoio concedido pelo governo Carvalho Pinto (1959-1963) ao projeto *Economia e Sociedade* no Brasil. Vale ressaltar que, além disso, a lei que dá origem à FAPESP data de 1960. Para Arruda (2001), trata-se, então, de um

desdobramento do processo de institucionalização das idéias. Por outro lado, destaca como o fracasso do projeto de modernização que vai se fincando no decorrer dos anos 60 acaba por gerar um clima de desesperança nos trabalhos de Florestan Fernandes¹² contrariando o “espírito” anterior.

Desse modo, final da década de sessenta traz consigo as modificações decorrentes da ditadura militar implantada em 1964. As implicações da expansão econômica pautada nas ações do Estado, da empresa internacional e da empresa nacional consolidam um estado de crise econômica (MELLO, 1986) fomentando medidas prioritárias e autoritárias no sentido da retomada do crescimento econômico (TAVARES & ASSIS, 1986). Conseqüentemente, esse é outro momento importante em que se pode identificar grandes tensões sociais (IANNI, 1975). A tensão política, por sua vez, se estabelece entre as vertentes internacionalistas e nacionalistas na qual a primeira sai vitoriosa a partir do pacto de poder formalizado no golpe de 1964. Isso significa, mais uma vez, um acordo entre as classes dominantes com o objetivo único da manutenção de seu poder e de seus privilégios (IANNI, 1975; MARTINS, C.E, 1977).

É um momento em que a nova configuração da internacionalização do capital acaba por delinear uma outra problemática que, para Miriam Limoeiro Cardoso (1996), se expressa na consistência conceitual adquirida pelo conceito de capitalismo dependente. Além disso, observa a autora que a preocupação com a denúncia da perspectiva contra-revolucionária do golpe de 64 delinea o papel político do sociólogo no sentido da “construção política de uma vontade nacional”

¹² Segundo a autora, esta postura já é perceptível no início dessa década, embora se consolide em formulações posteriores (ARRUDA, 2001).

contra a ordem estabelecida. A situação de crise leva, segundo Octavio Ianni (1997), o sociólogo a se politizar pela segunda vez contra a ditadura.

Em se tratando do diálogo que Florestan Fernandes estabelece com outras correntes de pensamento brasileiras e contemporâneas, a figura de Guerreiro Ramos aparece de maneira bastante significativa. O debate sobre o papel intelectual e os padrões universais da ciência polariza a forma de compreensão da sociologia nesses dois autores. Analisando os aspectos constitutivos das instituições envolvidas, USP e ISEB, Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) afirma que a situação de centro-administrativo do Rio de Janeiro permeava a concepção do ISEB enquanto “continuidade do poder público”, fato que inibia uma produção intelectual independente. Em contrapartida, o modelo universitário implantado pela missão francesa permitia a consolidação da idéia de autonomia da ciência. Resultado disso é, de um lado, um discurso voltado para o Estado e, de outro, uma preocupação com a formulação de critérios científicos de investigação. Para a autora, essa distinção permite a auto-definição dos intelectuais do ISEB enquanto “formuladores de uma consciência crítica” e um distanciamento da produção uspiana frente à ideologia política dominante ¹³. Esse distanciamento, para Miriam Limoeiro Cardoso (1996), é marcado pela posição contrária de Florestan Fernandes no que diz respeito à centralidade da proposta de desenvolvimento econômico. Embora o estabelecimento da relação das duas propostas consideradas com o Estado não seja efetivamente o tema desta pesquisa, essa indicação é válida na medida em que permite reconhecer uma problemática política.

¹³ Apesar destes fatores, Sylvia Garcia destaca, entretanto, que Florestan Fernandes já havia consolidado sua concepção de ciência antes do auge desse debate. Dessa forma, a idéia de Sociologia Aplicada já

Direcionando a discussão para outro sentido, pode-se ressaltar que o estabelecimento dos parâmetros científicos da sociologia brasileira envolvia diferentes concepções dentro da própria Faculdade de Filosofia da USP. Cabem aqui, por exemplo, as proximidades e distinções entre as produções de Florestan Fernandes e Antonio Candido. No que se refere à definição dos temas de pesquisa é interessante notar, nos dois autores, a afinidade de preocupações com a questão da mudança social e com os descompassos sociais, principalmente culturais, decorrentes no Brasil. Um desses indicadores pode ser encontrado no livro *Os parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 2001) através do qual Antonio Candido analisa os reflexos do processo de urbanização e industrialização na cultura caipira. Nesse aspecto, José de Souza Martins (1998) desenvolve uma reflexão segundo a qual Antonio Candido une a noção de historicidade, em sua dimensão particular e histórica, com a de transição, em sua dimensão antropológica que permite a definição do ritmo da mudança. Segundo Martins essa preocupação corresponde a uma proposta de linguagem sociológica. Por outro lado, para Sylvia Garcia (1997) trata-se de uma distinção entre “sociologia como ciência” e “utilização da perspectiva sociológica para reflexão da cultura”, configurando-se enquanto duas vertentes. Entre elas, todavia, se constitui uma convergência no tocante ao papel do intelectual, e até mesmo do discurso sociológico¹⁴, na sociedade moderna, principalmente no que diz respeito à

refletia sua escolha pelo racionalismo através do qual expressava, segundo a autora, sua radicalidade (GARCIA, 1997).

¹⁴ Apesar do livro *Os parceiros do Rio Bonito* ter sido publicado em 1964, ele é fruto de pesquisas realizadas pelo autor durante a década de 50 começando a ser redigido nesse período. A partir daí podem-se destacar dois fatores: o primeiro, como já foi dito, corresponde à penetração das questões referentes ao processo de consolidação da sociedade capitalista na escolha do tema da pesquisa; o segundo, por sua vez, denota uma identificação com os movimentos sociais provindo do campo que vêm à tona nesse momento. De qualquer maneira, em ambos os casos, pode-se demonstrar a preocupação com a função da obra com esta citação: “Entre as partes que desejaria ter podido incorporar e melhorar está a referida “Conclusão: O caipira em face da civilização urbana” ela deveria ser mais sólida, para se tornar mais convincente e poder, como desejei, servir de introdução ao estudo da reforma agrária, que de lá para cá se tornou assunto banal”. E completa:

definição de autonomia da ciência e de seus entraves. Não é à toa que, ao se referir ao trabalho intelectual de Florestan Fernandes, Antonio Candido destaque sua dimensão de militância (CANDIDO, 1987).

Evidentemente, a questão sobre o papel intelectual se vincula aos trabalhos que Florestan Fernandes se propõe a desenvolver em cada período. Desta forma, não é de se estranhar a constante inquietação do autor no tocante ao desvendamento do caráter da formação social brasileira. Este é o ponto crucial: demonstrar a especificidade do processo de mudança social brasileiro é desempenhar uma, senão a principal, função do sociólogo no Brasil. Atrelado a este, um outro fator importante corresponde a sua atividade docente e, conseqüentemente, à formação de quadros para desempenhar aquela função. Muitos depoimentos referem-se à relação entre a concepção de ciência que Florestan compartilhava e sua atitude como professor de maneira a salientar que ambas não se dissociavam (CARDOSO, F.H; 1987; IANNI, 1997). Vale ressaltar, também, o desdobramento da idéia de papel intelectual expressa na constituição do grupo de pesquisa por ele coordenado. A concretização dos objetivos analíticos, que Florestan entendia como fundamentais para o momento, passava pelo desenvolvimento de um estilo de trabalho científico rigoroso. Era a transmissão desse estilo de trabalho, dessa forma de compreensão da ciência, que estava em pauta¹⁵. Associado a ela, a idéia do papel instrumental da

“Apesar do caráter acadêmico, e da posição política ter sido apenas esboçada no fim, talvez este trabalho ainda tenha algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas em econômicas e agrônômicas; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade” (CANDIDO, 2001, p.14).

¹⁵ Segundo Milton Lahuerta (1999), esse estilo irá influenciar fortemente a futura geração em sua empreitada de constituição de uma interpretação original da obra de Marx.

educação, enquanto técnica ancorada à sociologia, coloca o intelectual em luta na Campanha de Defesa da Escola Pública¹⁶.

Ao mesmo tempo, analisar a relação entre os trabalhos de Florestan Fernandes e sua produção intelectual significa enfrentar o estabelecimento de rupturas e continuidades. Segundo Sylvia Garcia (1997), o enfoque sobre a sociologia aplicada culmina, no final da década de 50 e início da década de 60, numa “radicalização da interpretação dos dilemas da modernização brasileira” que se volta, nesse momento para uma “revolução contra a ordem”. Trata-se, aqui, de uma coerência ética através da qual o sociólogo demonstrara seu cientificismo e sua radicalidade nos anos 40 e 50. Dentro dessa “radicalização” se enquadram as formulações sobre capitalismo dependente que, segundo Miriam Limoeiro Cardoso (1996), em 1967 adquire sistematização conceitual. Aqui, vale ressaltar a argumentação da autora no tocante ao deslocamento da interpretação da esfera cultural para a econômica e política. Isso se deve à centralidade conferida às relações de classe através da qual a cultura passa a ser tratada em termos de ideologia. Este é o momento em que se consolida a leitura de Marx na universidade (LAHUERTA, 1999 PÉCAUT, 1990).

Como já foi dito, destacando algumas clivagens da perspectiva do autor, Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) considera como questão crucial a desesperança de Florestan em relação ao desenvolvimento da sociedade moderna brasileira expressa desde o início da década de 60. A descrença no projeto de intervenção científica e modernização democrática estaria, então, atrelada aos

¹⁶ Nas palavras de Jorge Nagle: “...a relação entre sistema de educação escolarizada e sociedade subdesenvolvida leva-o a discutir o impacto negativo do meio social sobre as instituições escolares, bem como a afirmar a dependência da reconstrução escolar da integridade do Estado democrático”. NAGLE, Jorge. (1987) p.190. Também destaca Elide Rugai Bastos que: “Na própria concepção da sociologia está

resultados obtidos através da Campanha de Defesa da Escola Pública e dos trabalhos sobre a questão racial que evidenciaram as deficiências institucionais de concretização daquele projeto¹⁷. O ponto culminante de ruptura radical expressa-se, então, no livro *Revolução Burguesa no Brasil*. Para Bárbara Freitag, entretanto, o discurso “acadêmico-reformista” de Florestan Fernandes se estende até 1969, quando argumenta constituir uma ruptura epistemológica (1987, p.172-173). Apesar de desconsiderar a existência de “rupturas radicais” entre os períodos, esse momento é definido por José de Souza Martins (1998) como sendo uma “reorientação de sua reflexão sociológica”. Neste sentido, afirma que esta reorientação está diretamente relacionada aos novos problemas que a sociedade passa colocar à sociologia e ao sociólogo, resultando na partidarização dos intelectuais. É importante destacar que, para Martins, esse novo momento permite tanto a Florestan Fernandes quanto a Antonio Candido a manutenção da atitude intelectual dos primeiros tempos.

Dada a quantidade e riqueza da produção intelectual de Florestan Fernandes no tocante às questões destacadas, o trabalho centra seus objetivos em três livros principais, a saber: *Mudanças Sociais no Brasil* (1960); *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1963) e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968)¹⁸. Por outro lado, como a análise das escolhas teórico-metodológicas adquire dimensão importante neste trabalho, ela tem como referência as obras que o sociólogo se dedica a esse respeito tais como: *Ensaio*

embutida a questão do intelectual e sua missão. Isso explica sua ação dirigida à consolidação dos cursos de Ciências Sociais e a luta pelo ensino público” (BASTOS, 1998, p.153).

¹⁷ Como afirma Bárbara Freitag, “Florestan Fernandes expressa sua decepção com o presidente populista que não acatou a sugestão dos líderes da Campanha, sancionando uma lei eminentemente conservadora, contrária aos interesses do povo”. A autora se refere ao presidente João Goulart (FREITAG, 1987).

¹⁸ As edições utilizadas correspondem, respectivamente, à: FERNANDES, 1979; FERNANDES, 1976 e FERNANDES, 1981.

de Sociologia Geral e Aplicada (1960) e *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*¹⁹ (1967). É importante destacar que este tipo de análise deve levar em conta a data em que os ensaios foram escritos, pois muitas são as vezes em que não coincidem com o momento de publicação do livro, caracterizando um outro momento do autor. Além disso, vale ressaltar as mudanças ocorridas em outras edições no sentido de estabelecer as preocupações do autor com a “atualização” ou melhor enquadramento dos textos.

A idéia de estudar os três primeiros textos se fundamenta na tentativa de caracterizar esses três momentos de reflexão através das concepções sobre papel intelectual e desenvolvimento que expressam. Cabem aqui, portanto, as conexões ou rupturas que estabelecem entre si tanto no que se referem aos aspectos metodológicos quanto políticos. Não obstante, o objetivo central de identificar uma dimensão política na concepção de intelectual que Florestan Fernandes sustenta somente pode ser alcançado através da inserção desses textos no embate político que ganha forma no reconhecimento da presença dos mesmos temas em outras correntes de pensamento (SKINNER, 1996 e 2000). Por isso, apesar dessas correntes não terem sido trabalhadas na análise, vale citar algumas referências com o intuito de inserir a problemática nas questões políticas do momento. Assim, restringindo a análise à identificação de questões comuns, podem-se ressaltar, nos trabalhos isebianos, discussões sobre: os padrões científicos brasileiros; o desenvolvimento nacional; o papel intelectual; a racionalidade, ideologia, entre outros. Com todas as nuances, eles estão voltados a um projeto de desenvolvimento nacional que perpassa o objetivo declarado de consecução dos trabalhos (PÉCAUT, 1990; TOLEDO, 1997; LAHUERTA, 1999).

¹⁹ A edição utilizada é a de 1972.

Nesse sentido, a detenção dos cânones científicos pode significar a absorção da produção científica pelos quadros políticos em vigência. Por outro lado, a influência da tese da necessidade de aliança com a burguesia nacional, defendida pelo Partido Comunista desde a década de 50, fundamenta a definição de um caminho democrático a partir do qual o capitalismo se torna um passo necessário para o socialismo. Trata-se de uma influência marcante em vários setores sociais (BRANDÃO, 1997). Finalmente, vale destacar o movimento através do qual se dá a incorporação mais intensa do marxismo na produção intelectual na década de sessenta. Exemplo claro desse movimento é a formação do grupo de estudos sobre *O Capital* do qual participavam os alunos de Florestan Fernandes. Ele é significativo, pois, ao mesmo tempo que coloca esse tipo de interpretação como capaz de abarcar o sentido do capitalismo brasileiro, estabelece um novo paradigma através do qual se pode adquirir respaldo científico (LAHUERTA, 1999). Em termos das produções intelectuais, este novo paradigma tem como resultado as críticas ao capitalismo dependente e ao caráter da “revolução burguesa no Brasil” que acabam por definir, mais adiante, novas posições políticas.

Em síntese, esses são alguns indicativos que localizam politicamente os textos analisados nesta pesquisa e que permitem justificar a delimitação dos trabalhos de Florestan Fernandes a serem analisados. Essa delimitação foi pautada nas possibilidades que os trabalhos apontam para a identificação das intenções do autor no que corresponde à escolha dos temas de pesquisa e à compreensão do processo de mudança social brasileiro associada a definição do papel intelectual. Em se tratando do primeiro texto, serão considerados os textos escritos durante a década de 50, de maneira a caracterizar a problemática nesse

período que diz respeito, para José de Souza Martins (1998, p.36), a um dos momentos de preocupação com os desencontros da sociedade brasileira. Por outro lado, a inserção de um livro de caráter teórico, tal como *A Sociologia numa Era de revolução Social*, se justifica por se tratar de um momento no qual o sociólogo brasileiro sistematiza sua concepção de papel intelectual. Isso se deve a um esforço interpretativo sobre as condições e possibilidades de intervenção do sociólogo no processo de mudança social brasileiro. Esse é o momento em que Florestan Fernandes começa a expressar certo ceticismo com relação à possibilidade de concretização da sociedade moderna brasileira, correspondendo a uma nova formulação em que, para Arruda (2001), o conceito de mudança é redefinido por revolução. Elide Rugai Bastos (1998), por sua vez, exemplifica essa postura pessimista de Florestan Fernandes através dos prefácios que compõem a primeira e a segunda edições desse livro já que demonstram uma desilusão à própria condição de intelectual. Finalmente, a importância do último texto neste trabalho se configura pela possibilidade de compreensão do momento teórico e político de Florestan Fernandes que antecede sua aposentadoria compulsória, em 1969. A identificação das questões sobre papel intelectual e mudança social embasam o grau de ruptura que o autor promoverá em textos posteriores, ou seja, fora da academia.

Capítulo I

O FUNCIONALISMO E A MUDANÇA SOCIAL

O objetivo deste capítulo consiste em demonstrar a maneira pela qual a questão da *mudança social* se configura nos trabalhos de Florestan Fernandes datados de meados da década de 50 até o início da década de 60. Embora a referência principal seja o livro *Mudanças Sociais no Brasil* de 1960, outros textos são incorporados na medida em que trazem sugestões importantes sobre a construção da problemática. Dessa forma, além dos textos teóricos propostos como eixo analítico, apresentam-se aqueles que compõem outros livros e que envolvem as mesmas preocupações. O importante, neste caso, é abrir possibilidades analíticas sobre o enfoque do autor a respeito do processo de mudança social brasileiro e sua relação com o reconhecimento de um papel específico conferindo à sociologia e ao sociólogo.

A mudança social como tema

A identificação da problemática da mudança social no Brasil, em Florestan Fernandes, passa pela explicitação da definição e da delimitação que o autor realiza a respeito desse processo. Assim, dentro desta perspectiva, a abolição da escravidão se apresenta como marco no estabelecimento da sociedade de classes no Brasil. Ela corresponde à crise da ordem tradicional e à consolidação

de uma nova ordem social através da qual se institucionaliza uma nova forma de concepção de mundo, ou um novo “estilo de pensamento” (MANNHEIM, 1981). Este novo paradigma se baseia, por sua natureza, no pensamento racional, acabando por desencadear um processo de racionalização de vários setores da vida social. Desta forma, industrialização e urbanização se configuram como resultado de um processo histórico-social que se delineia em face às exigências da própria dinâmica social. Ou seja, representam uma forma de racionalização da produção capitalista e da configuração estrutural em que se insere, a cidade.

Por outro lado, a mudança social no Brasil adquire contornos circunscritos que demandam, para sua análise, uma associação do processo com o sentido da formação da sociedade brasileira. É justamente aqui que Florestan Fernandes projeta a seleção dos temas de pesquisa. São projetos de identificação e análise da maneira pela qual um processo de caráter genérico se institui numa sociedade cujas tendências à mudança estão postas de maneira específica. Não é à toa que os exemplos tratados a seguir demonstram uma clara preocupação com a compreensão de alguns fenômenos sociais que, antes de se voltarem especificamente à efetivação da mudança social, expressam os limites da mesma. Por este motivo, mesmo em se tratando de textos anteriores à delimitação deste trabalho, ou seja 1955, valem com o propósito de evidenciar a construção da problemática e, além disso, possibilitar o estabelecimento de algumas preocupações comuns.

O texto "Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral"²⁰ é um exemplo de como a análise da mudança social no Brasil incide sobre os processos sociais relacionados à conservação ou à transformação da ordem existente. A investigação sobre as representações do negro expressas nos elementos folclóricos demonstram o modo pelo qual a conduta preconceituosa está associada a juízos de valor identificados em nossa cultura tradicional. Daí poder-se verificar em manifestações folclóricas, a figura do negro, ora ocupando posições inferiores, ora representando a inferioridade intelectual que lhe é conferida. Somada a esta última ainda, está presente a idéia de superioridade biológica que dá margem à justificativa de sua aptidão ao trabalho braçal. Florestan Fernandes procura demonstrar, portanto, que a presença destes elementos numa sociedade em mudança evidencia o peso da herança tradicional na configuração da posição do negro na nova ordem, a de inferioridade.

Isto significa que o entendimento da íntima relação entre os juízos de valor e a organização da personalidade evidencia a definição do caráter integrativo da organização social em que os indivíduos se inserem. Isto é, determinadas condutas sociais, que são orientadas por juízos de valor, estão na base da maneira pela qual a sociedade se delinea e integra os seus indivíduos. No caso acima destacado, a atitude preconceituosa contribui para a manutenção de uma posição social de passividade do negro frente às mudanças decorrentes. Isto porque o negro não é inserido na configuração da sociedade de classes que se instaura. Esta discussão é importante porque revela de antemão, mesmo em se

²⁰ Trata-se de uma série de artigos publicados em *O Estado de São Paulo* no ano de 1943. Embora tenha sido publicado na primeira edição de *Mudanças Sociais no Brasil* (1960) é retirado da segunda edição passando a ser parte integrante do livro *O Negro no Mundo dos Brancos* (FERNANDES, 1972b).

tratando de uma tese defendida mais tarde pelo autor²¹, as limitações da consolidação do sistema de valores democráticos atrelados à moderna sociedade ocidental.

Os estudos sobre o folclore paulistano, por sua vez, são muito sugestivos deste empenho de Florestan Fernandes em demonstrar a permanência dos valores tradicionais no processo de mudança social brasileiro. A análise do folclore ganha dimensão na medida em que se insere nos quadros de mudança social com determinadas características e funções. Assim, as manifestações folclóricas são analisadas empiricamente segundo suas origens, regularidades e funções sociais na cidade de São Paulo, na qual os processos de racionalização e secularização acabam por redirecionar sua atuação:

Os resultados da discussão, ainda assim, possuem certo interesse teórico. De um lado, porque mostram que os elementos folclóricos, ao se preservarem, continuam a desempenhar funções socialmente construtivas nas estruturas ou nas relações sociais através das quais se mantêm. De outro porque demonstram que a perpetuação tanto quanto a eliminação de itens e de complexos folclóricos são processos condicionados socialmente. Não se pode estudar, compreender e explicar as ocorrências folclóricas fora do contexto social. As transformações deste é que regulam a estabilidade e a continuidade da herança cultural tradicional (FERNANDES, 1979b, p.38).

O processo de mudança social, como já foi sugerido, se caracteriza pelo estabelecimento de novos parâmetros de integração social, abrindo, ao mesmo tempo a discussão sobre a *marginalidade*. Assim, em uma forma distinta de manifestação, a questão da marginalidade social também está presente na

²¹ Posteriormente a tese ganhará outra dimensão uma vez que o autor acentuará a dupla dimensão da situação do negro na sociedade: simultaneamente inclusão e exclusão (FERNANDES, 1964).

análise de Florestan Fernandes sobre a vida de Tiago Marques Aipobureu²² datada de meados dos anos 40. Trata-se de um índio bororo que com cerca de 12 anos é enviado ao colégio de Cuiabá, sendo educado segundo valores ocidentais e cristãos. Como consequência das habilidades adquiridas através deste tipo de educação, viaja pela Europa por dois anos de onde volta para uma tentativa de readesão à cultura bororo. Entretanto, Tiago não mais consegue corresponder às exigências sociais de sua tribo, perdendo credibilidade e status social. Desta situação resulta uma condição em que esta personagem não consegue se integrar cultural e socialmente à tribo, ao mesmo tempo em que perde sua possibilidade de integração à cultura ocidental por se afastar dela. A decisão de voltar da Europa revela, segundo Florestan Fernandes, o quanto Tiago estava atrelado a sua cultura de origem. Por outro lado, a impossibilidade de reintegração a ela sugere que o seu referencial de valores é atravessado pelas referenciais da educação cristã e ocidental.

A análise de Florestan Fernandes é construída a partir de duas dimensões do conceito de marginalidade. A primeira delas diz respeito à esfera da personalidade de onde são abstraídas as atitudes ambivalentes referentes às tentativas de reajustamento de Tiago Marques. Para o autor cabe aqui uma definição de marginalidade segundo a qual o “marginal é um homem que se situa na divisa de duas raças, na margem de duas culturas, sem pertencer a nenhuma delas” (FERNANDES, 1975, p.84). A segunda, por outro lado, refere -se à posição do índio bororo nas duas organizações sociais consideradas. Em nenhuma delas Tiago Marques adquire *status* chegando até a ser tratado com hostilidade pelos

²² O texto “Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal” também deixou compor a primeira edição de *Mudanças Sociais no Brasil*, sendo, então publicado em *Investigação Etnológica no Brasil e outros Ensaios* (FERNANDES, 1975).

membros do grupo. Essas duas dimensões se interpenetram já que o recurso a dois referenciais culturais divergentes promove condutas desarticuladas tanto em relação à organização da tribo quanto a da sociedade ocidental.

Pode-se dizer, então, que a discussão acima se enquadra por demonstrar o enfoque de Florestan Fernandes sobre os casos de desajustamento decorrentes do contexto de mudança social. No caso dos bororo, a inserção de elementos da cultura dos missionários em sua tribo não atingiu os valores principais de seu sistema sócio-cultural. Dá-se ali uma conciliação de padrões de comportamento de origem tradicional com os novos sem que com isso fosse desencadeados conflitos intensos, embora significasse uma alteração nos padrões da vida social. O fato de Tiago Marques não se integrar ao sistema de valores da tribo, e portanto não acompanhar as mudanças da mesma forma, desencadeia uma situação de crise e desarticulação característica do processo de mudança social. A importância deste trabalho, nas próprias palavras de Florestan Fernandes, se justifica por tratar de um tipo dos efeitos de um processo fundamental para as ciências sociais.

Resta, pois, ao trabalho, apenas uma qualidade: a de colocar em termos objetivos um problema que ainda não foi estudado pelos etnólogos que têm trabalhado nas tribos de índios localizadas no território brasileiro – os efeitos dos contatos com os brancos do ponto de vista da organização de sua personalidade. Mudança social e marginalidade são dois campos importantes das modernas ciências sociais. Qualquer contribuição, nesse sentido, tem seu valor (FERNANDES, 1975, p.86).

Um outro aspecto do processo de mudança social se revela na identificação dos ritmos distintos em que o processo se consolida nas diferentes regiões do país. Estas diferenças sócio, política, econômica e

culturais são tomadas enquanto “conflitos entre várias fases históricas de uma civilização, incluídos numa mesma expressão dramática” (FERNANDES, 1979 a, p.124). Trata-se da definição de quadros de “demora cultural” em que, por sua natureza se dá a concomitância de formas tradicionais e modernas de concepção do mundo. Uma análise deste tipo pode ser encontrada em “Um retrato do Brasil” de 1955. Através desta análise, Florestan Fernandes procura indicar que tanto no “litoral” existe uma cultura de *folk* quanto no “sertão” podem ser percebidos alguns elementos de civilização. Ou seja, procura evidenciar os diferentes graus, e portanto a inorganicidade, do desenvolvimento sócio-cultural brasileiro. Por outro lado, cumpre observar que, para o autor, a “demora cultural” no Brasil se estabelece de maneira mais lenta e desigual que nas sociedades ocidentais típicas.

Os exemplos acima destacados demonstram como a problemática da mudança social se consolida através da análise empírica dos processos sociais que a atravessam. Isto se justifica pelo fato da concepção de mudança social implicar, para Florestan Fernandes, uma mudança estrutural a partir do estabelecimento de novos padrões de comportamento social. Dentro desta perspectiva pode-se destacar que temas como “demora cultural”, folclore, marginalidade, herança tradicional, entre outros, constituem o enfoque sobre os caracteres circunscritos do desenvolvimento da moderna sociedade de classes no Brasil que orientam determinadas condutas sociais. Desta forma, a definição dos limites impostos a esta nova ordem social é realizada mediante análise do modo pelo qual os padrões de desenvolvimento, característicos da moderna civilização ocidental se manifestam na sociedade brasileira. Este tipo de análise permeia, portanto, a compreensão do processo de mudança social

brasileiro revelando, ao mesmo tempo, o sentido que Florestan Fernandes lhe atribui. Conseqüentemente, a escolha por uma orientação metodológica está intimamente relacionada à distinção entre os conceitos de desenvolvimento e evolução social:

...os dois conceitos, de desenvolvimento social e de evolução social, descrevem os mesmos fenômenos em níveis diferentes da realidade social. O primeiro apanha os processos de mudança progressiva no nível histórico, tal como eles transcorrem em dado sistema social em certo período de tempo. O segundo apreende os processos de mudança social progressiva no nível supra-histórico, no qual se pode abstrair e analisar os fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais (FERNANDES, 1979a, p. 317).

O método de interpretação funcionalista: uma opção teórica com possibilidades práticas.

A identificação e a análise das *tendências à expansão do processo de racionalização* da vida no Brasil sugerem, primeiramente, uma específica idéia de desenvolvimento que permeia tanto a escolha dos alvos de análise quanto à definição dos objetivos práticos de seus resultados. Por outro lado, também coloca a delimitação de um referencial comparativo a partir do qual se estabelece o grau de intensidade do processo através da idéia de evolução social assinalada. A metodologia utilizada por Florestan Fernandes para este intento se fundamenta na própria argumentação desenvolvida sobre os princípios empírico-indutivos das metodologias de análise em sociologia. Neste sentido, pode-se afirmar que o enfoque sobre os “fundamentos empíricos” das diferentes

contribuições metodológicas permite conceber os três principais métodos de explicação sociológica de Weber, Durkheim e Marx, de maneira complementar. Assim, afirma que os três tipos de indução analítica abrem espaço para diferentes possibilidades:

Uma consiste na abstração do 'essencial' no sentido do que é tipicamente estável; outra, na abstração do 'essencial' no sentido do que é tipicamente geral; e outra, ainda, na abstração do essencial no sentido do que é tipicamente variável (FERNANDES, 1972a, p.136).

Dentro desta perspectiva, a procura pela identificação dos padrões de desenvolvimento da moderna sociedade ocidental para compreensão do processo de mudança social brasileiro se faz a partir do método de interpretação funcionalista. Isto porque, para Florestan Fernandes, as contribuições deste método para a sociologia empírica recaem: a) sobre as relações da sociedade com o meio físico ou com o ser humano; b) sobre os processos de socialização que configuram personagens inseridas no sistema de posições sociais; c) sobre a confluência de atitudes e de ideais expressos nos diversos tipos de comportamento e de controle social; d) sobre a estabilidade e mudança sociais; e) sobre a caracterização e a classificação dos tipos sociais.

Nesse sentido, os resultados correspondem a generalizações formuladas a partir da interpretação de conexões sociais que se apresentam repetidamente em função de sua importância para a realização dos fenômenos, ou seja, ao estabelecimento de padrões de comportamento social com função específica na organização social. Além disso, este tipo de análise tem esfera de atuação específica, sendo eficiente para determinados problemas de investigação sociológica definidos a partir de um contexto e de um período de tempo

delimitados. Assim, ao se voltar ao alcance e aos limites das teorias, o sociólogo enfrenta o questionamento de como as teorias dão conta da natureza dos fenômenos sociais.

Considerando as contribuições de Durkheim²³, tal procedimento abre espaço para a discussão do sentido lógico da aplicação do método funcionalista para a interpretação do contexto de mudança característico da sociedade brasileira. De acordo com a argumentação, a esfera de utilização do método de interpretação funcionalista engloba as pesquisas sobre fenômenos sincrônicos cuja definição se enquadra na noção de *função social*, sendo este um conceito sociológico fundamental nessa concepção. Em consequência, os resultados da aplicação do método dependem do conhecimento das

regularidades existentes nas relações dos fenômenos sociais, que podem ser descritas, funcionalmente, como uniformidades de coexistência e uniformidades de seqüência de caráter cíclico, bem como certos elementos de uniformidades de seqüência lineares (ou irreversíveis) (FERNANDES, 1972a, p.304).

A análise comparativa aqui se insere para desvendar a maneira pela qual as regularidades inerentes ao desenvolvimento capitalista se concretizam no Brasil por meio do reconhecimento de suas funções correspondentes. Este

²³ Florestan Fernandes destaca a três contribuições de Durkheim, a saber, a caracterização dos fenômenos por intermédio de seleção do essencial, a definição da comparação como instrumento de verificação e a determinação de uma dupla pesquisa. Esta dupla pesquisa consiste na análise das causas e das funções dos fenômenos sociais estando diretamente relacionada com a concepção durkheiminiana de determinação social. "A interpretação é que irá mostrar a 'ordem' existente entre os fenômenos, como eles se ligam entre si e como se determinam mutuamente, as tendências e as regularidades que se dão de fato" (FERNANDES, 1972a, p.81).

procedimento se fundamenta através de sua definição de Sociologia Comparada²⁴:

Em nossos dias, é patente que só a Sociologia Comparada pode explicar os principais fenômenos da evolução das formas sociais de vida. Os demais ramos da Sociologia também lidam com os fenômenos de mudança social. Mas, limitam-se a mudanças que ocorrem dentro de um sistema social global para outro. Compete à Sociologia Comparada discutir e resolver as questões mais gerais, relacionadas com as funções dos sistemas sociais nos diferentes níveis de organização da vida ou com o encadeamento apresentado pela progressiva diferenciação das formas sociais de vida (FERNANDES, 1960, p.26).

Cabendo, aqui, as discussões sobre o folclore e o processo de industrialização brasileiro a título de exemplo, pode-se afirmar que a aplicação do método na investigação dos fatores de desenvolvimento da sociedade brasileira instrumentaliza Florestan Fernandes de duas maneiras. A primeira se refere à utilização de análises realizadas por estudiosos dos países de desenvolvimento mais avançado em se tratando de regularidades de mesmo caráter das encontradas no Brasil. O essencial, aqui, é considerar que a manifestação de tais regularidades varia a partir das condições concretas em que as sociedades se encontram. Já a segunda está relacionada à compreensão do passado de algumas sociedades através da análise de outras de mesmo tipo, na atualidade, considerando os aspectos culturais e estruturais. Nesta mesma linha de pensamento, cabe tanto a idéia de que uma cidade como São Paulo apresenta processos já ocorridos em cidades européias ou norte-americanas, “em condições sociais diferentes”, como a

²⁴ Para Florestan Fernandes a sociologia pode ser dividida em: Sociologia Sistemática, Sociologia Descritiva, Sociologia Comparada, Sociologia Diferencial, Sociologia Aplicada e Sociologia Geral ou Teórica (FERNANDES, 1960, p.23).

hipótese de que o passado da cidade representa o passado de muitas cidades brasileiras ainda em processo de urbanização.

Desta maneira, reconhecer como variáveis as situações em que se manifestam determinados processos sociais significa, no sentido da argumentação, dar ênfase às diferentes formas de manifestação dos padrões sociais comuns à moderna sociedade de classes em termos estruturais e funcionais. Assim, as *tendências evolutivas* da sociedade brasileira são analisadas segundo o grau de diferenciação e de integração da ordem social democrática que se consolidam de forma incipiente. Pode-se perceber, então, a influência de um autor como Parsons nas acepções de *desenvolvimento e evolução* utilizados na interpretação do Brasil (PARSONS, 1969; 1974). Nas palavras de Parsons:

...tomando em conta todas essas gradações, propomo-nos examinar pelo menos os aspectos que permitem sugerir como, onde e por que o desenvolvimento social se tornou uma condição da vida, um fator de continuidade e de sobrevivência de uma civilização e um valor social básico.

O nosso ponto de vista geral leva-nos a encarar as atitudes e as motivações sociais em termos de suas vinculações com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social (FERNANDES, 1979a, p.323).

A partir destes dados, pode-se compreender a iniciativa de construção analítica da problemática da mudança social brasileira no que ela refere ao estabelecimento da Moderna Civilização Ocidental. Para isto, Florestan Fernandes considera a necessidade da realização de pesquisas que ampliem o conhecimento sociológico dos processos sociais que constituem o modo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Neste sentido, muitos de seus textos se

apresentam enquanto uma tentativa de contribuição para o alargamento da pesquisa sociológica no Brasil. Isto é, se voltam à sistematização da sociologia enquanto ciência no país através da utilização dos critérios universais da ciência:

De acordo com os princípios formais que lhes servem de base, as explicações possuem caráter científico. Isso significa, essencialmente: a) que elas se fundam em dados empíricos, levantados, expurgados e coligidos mediante técnicas de observação ou de análise que podem se reproduzidas por qualquer investigador; b) e que elas são, dadas as condições em que os fenômenos sociais forem considerados, válidas universalmente (FERNANDES, 1960, p.16).

É interessante notar, por exemplo, como a preocupação do autor com a sistematização metodológica se expressa na interpretação dos fatores desarticuladores de uma sociedade em mudança. Mesmo em se tratando de períodos anteriores ao estabelecimento da sociedade de classes, como no caso da análise sobre a sociedade Tupinambá ou sobre o folclore, pode-se identificar a intenção de construir sociologicamente uma compreensão do processo de constituição social do Brasil. A orientação metodológica se insere, assim, nos moldes das contribuições conferidas ao método de interpretação funcionalista. Estes são os dois elos estabelecidos entre os períodos de produção intelectual situados na década de 40 e 50.

Vale ressaltar, entretanto, que no segundo período, os contornos da sociedade de classes ainda mais delineados, fato que coloca não só outros problemas à sociologia como, também, permite compreender como estes se inserem enquanto tendências e possibilidades. É nesse sentido que se destaca a dimensão pragmática da Sociologia no final da década de 50, definida como

Sociologia Aplicada, uma vez que tal concepção está intimamente ligada à idéia de mudança social.

A exploração do raciocínio pragmático não é feita arbitrariamente, mas tendo-se em vista certas regularidades estruturais e funcionais, descobertas de antemão por via empírico-indutiva, e o grau de plasticidade do sistema social considerado ante as influências escolhidas. Portanto, encarado metodologicamente, é um conhecimento que compreende as condições e os efeitos da alteração do sistema social, sob o influxo de mudanças provocáveis e controláveis socialmente (FERNANDES, 1960, p.123, grifo do próprio autor).

A definição de mudança social, no que se refere ao processo de inserção do conhecimento racional na vida social, remete à sua dimensão na esfera cultural. Isto porque é através da análise da maneira pela qual os processos sociais mantêm ou transformam os padrões de comportamento e os valores na sociedade que, para Florestan Fernandes, se pode compreender o processo de mudança social enquanto Mudança Cultural²⁵. Com isso, a definição de Mudança Cultural Espontânea, segundo o autor, corresponde ao estabelecimento de uma forma de compreensão da vida que dá embasamento a condutas racionais.

Este processo de racionalização da vida, entretanto, somente adquire caráter abrangente, ou seja, de maneira a orientar a conduta racional em todas as esferas da vida social, a partir da superação das forças sociais que operam em sentido contrário à mudança. O conhecimento destas forças e das que configuram tendências favoráveis à mudança social depende, então, da contribuição da sociologia. Assim entendida, tal contribuição passa pela análise

²⁵ Esta concepção está relacionada com as duas dimensões do sistema social que Parsons (1974) caracteriza, a saber, o subsistema de manutenção de padrões e o subsistema da comunidade societária.

da *função manifesta* e da *função latente*²⁶ que os processos sociais expressam enquanto: 1) efeitos imediatos socialmente úteis, ou seja, enquanto conseqüências de fins desejados e; 2) conseqüências incontrolláveis que contribuem para mudança ou manutenção da estrutura da sociedade, respectivamente. Cabe aqui de maneira especial a análise das tendências sociais no sentido do planejamento social. Ou seja, às possibilidades abertas pela sociedade ao controle racional e democrático da vida em sociedade através da utilização de critérios científicos.

Quanto ao que nos interessa aqui, é fácil de compreender porque as tendências ao planejamento são deveras importantes, para as relações entre "teoria" e "aplicação" na ciência. Embora tais tendências dependam de mudanças estruturais da sociedade, à medida que elas emergem e se organizam podem contribuir para criar condições econômicas e sócio-culturais altamente favoráveis ao aproveitamento regular e ordenado das descobertas científicas (FERNANDES, 1960, p.153).

Desse modo, o aproveitamento das descobertas científicas na organização da sociedade significa o estabelecimento das bases para a Mudança Social Provocada e, portanto, para o Planejamento Social. Para isso, cumpre a intervenção do sociólogo no processo, pois é ele quem deve revelar as possibilidades reais de mudança estrutural da sociedade. Tal intervenção é instrumental, pois, a diferença entre os dois tipos de mudança cultural é de grau e não de natureza. As condições, mesmo que incipientes, já existem no primeiro momento da mudança cultural espontânea. Ocorre, todavia, que, segundo a argumentação do autor, a absorção destes conhecimentos pela sociedade

²⁶ Conforme referência do próprio autor, trata-se da utilização da construção conceitual de Merton enquanto um referencial teórico. Um explícito diálogo com a obra de Merton se encontra no texto "O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia" (FERNANDES, 1972a).

depende de uma contribuição ainda mais específica do sociólogo, a saber, a definição do *como* efetivar a consolidação da mudança cultural provocada, ou a superação dos fenômenos que a obstruem. Isso se deve ao fato de o processo de racionalização da vida não ter adquirido dimensão suficiente para a absorção do trabalho científico em toda a vida social

Resultado disso é a tensão criada entre a necessidade de racionalização dos processos sociais e a sua realização efetiva. Ela provoca desajustamentos característicos na sociedade que exigem controle racional. Assim, a *solução* de problemas, ou “efeitos disnômicos”, advindos do processo de mudança cultural espontânea demanda conhecimentos que se baseiam na utilização de métodos e definição de objetos específicos ao campo de uma especialidade da Sociologia. A Sociologia Aplicada se define como: “*a investigação empírica dos problemas sociais e o estudo da intervenção racional como processo social*”. Como já foi dito, o estabelecimento da sociedade de classes, por si só, não garante a conduta racional em todas as esferas da vida social. A remoção dos obstáculos tem como condição, neste sentido, da disposição dos sociólogos em ampliar os conhecimentos referentes aos problemas sociais em seu aspecto prático. Dá-se aqui a conexão das investigações empírica e teórica das possibilidades concretas de controle racional da vida social:

Para determinar as probabilidades de intervenção racional, o sociólogo tem de resolver problemas que não podem ser esclarecidos pelo raciocínio indutivo, fundado na elaboração interpretativa generalizadora de inferências empíricas. ele tem de pensar os processos já estudados indutivamente em termos de sua operação em condições hipotéticas de alteração deliberada da estrutura e do funcionamento do sistema social considerado, para reter com os diferentes componentes estruturais e funcionais do sistema se

comportariam diante das modificações provocáveis (FERNANDES, 1960, p.121-122).

É importante destacar que a referência ao conceito de Planejamento Social, enquanto auto-controle racional da sociedade, denota, não só a leitura de Mannheim (1972), mas também o sentido que Florestan confere às possibilidades de aplicação da sociologia num contexto de Mudança Cultural Espontânea. A dimensão empírica da abordagem corresponde justamente ao interesse de determinar as condições concretas da possibilidade de controle racional do homem sobre a sociedade. Trata-se aqui de garantir dois aspectos fundamentais: o desenvolvimento da conduta plenamente racional no homem, ou seja, da capacidade de escolha dos meios e fins para a organização social; e a absorção do conhecimento científico por toda a estrutura da sociedade. Vale destacar, também, que a noção de planejamento democrático está intrinsecamente relacionada ao planejamento do sistema educacional. Isto se deve ao fato de o desenvolvimento da conduta social plenamente racional corresponder ao desenvolvimento de uma “moralidade racional” e, nesta esfera a educação tem papel crucial. Por isso, Florestan Fernandes evidencia a necessidade de propostas científicas, baseada nas contribuições da Sociologia Aplicada, que se comprometam com uma mudança urgente no sistema de ensino:

O sucesso das reflexões práticas, nesta esfera, é essencial, porque ele irá determinar, de modo profundo e extenso, até que ponto a intervenção racional continuará a ser representada como valor social, em nossa civilização, e qual será o destino reservado à sua utilização socialmente construtiva pelo homem. (FERNANDES, 1960, p.147).

Finalmente, pode-se dizer que todas estas formulações teóricas de Florestan Fernandes demonstram uma clara preocupação com a constituição da

sociologia enquanto disciplina científica e que tal constituição incide sobre as questões que a própria sociedade brasileira fornece. É evidente que, aqui, se apresentam diversas influências estrangeiras, mas elas significam menos uma tentativa de transportação teórica e mais a preocupação com o caráter universal da ciência. Além disso, trata-se de um recurso metodológico em pleno acordo com as expectativas no tocante ao método de interpretação funcionalista. Principalmente pelo fato de ser este método capaz, segundo o sociólogo, de responder às necessidades práticas da sociedade no que se refere ao processo de mudança social.

Este é um ponto relevante já que, em se tratando de Sociologia Aplicada, a contribuição do Método de Interpretação Funcionalista é mais específica. Este método abre caminho para quatro possibilidades de futura elaboração prática que, conforme o sociólogo explicita, ainda se encontram em plano teórico. A primeira corresponde à possibilidade de identificação das variáveis responsáveis por desajustamentos e, conseqüentemente, de controle racional dos problemas sociais. A segunda, por sua vez, diz respeito à identificação dos problemas sociais e das possibilidades existentes de serem solucionados de maneira espontânea, sendo esta uma contribuição das sociedades ocidentais ou ocidentalizadas. Outra possibilidade se expressa no avanço do estudo crítico dos problemas de integração funcional, pois “servem como fontes de orientação racional na escolha de medidas contra desajustamentos como o pauperismo, a insegurança econômica ou social, a delinqüência e etc.” (FERNANDES, 1972a, p.295). Finalmente, a quarta destaca a capacidade de definição dos instrumentos de manipulação. O método aqui se apresenta como uma possibilidade de denúncia

do caráter desintegrador da sociedade de classes enfrentando, neste sentido, os limites de uma “teoria da ordem”.

A verdade é que, como em outros campos das ciências humanas, em que as aplicações dos conhecimentos científicos ultrapassam os limites das relações entre o especialista e o cliente ou entre o interesse e certos objetivos da ciência aplicada, ainda não existem, nas sociedades ocidentais, meios regulares de aproveitamento prático e efetivo das descobertas feitas pelos sociólogos ou pelos antropólogos. Um aproveitamento dessa ordem depende do recurso ao planejamento em larga escala, inclusive para resolver problemas sociais que, atualmente escapam ao sistema vigente de controles sociais. Daí esse fato evidentemente, que só se pode negar em teoria. As potencialidades práticas dos conhecimentos obtidos ou que podem ser conseguidos através do método de interpretação funcionalista não encontram canais sociais que permitam seu aproveitamento efetivo e regular (FERNANDES, 1972a, p.296).

É de suma importância, portanto, destacar a maneira pela qual Florestan Fernandes procura realizar sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade brasileira no sentido do Planejamento Social.

O lugar da sociologia no Brasil

Como já foi dito, a orientação metodológica utilizada por Florestan Fernandes se vincula ao sentido que o autor procura apanhar do processo de mudança social brasileiro. Assim, seus trabalhos sobre o folclore podem ser utilizados com a intenção de demonstrar que este direcionamento, além de datar já da década de quarenta, evidencia a preocupação com a definição dos obstáculos inerentes àquele processo.

Desta forma, os trabalhos sobre o folclore paulistano ilustram determinada forma de manifestação da cultura tradicional e suas correspondentes funções sociais no momento de emergência da nova ordem social. A crise da ordem tradicional no Brasil – e conseqüentemente, de sua forma de concepção de mundo – se expressa na configuração do folclore numa sociedade em mudança, como São Paulo na primeira metade do século. No texto “As Mudanças Sociais no Brasil” de 1974 afirma:

...as manifestações folclóricas podem ser ‘sobrevivências’ de um passado mais ou menos remoto. Nem por isso elas devem ser concebidas como algo universalmente vazio de interesses ou de utilidade para os seres humanos. Reciprocamente, as manifestações folclóricas podem inserir-se entre os elementos mais persistentes e visíveis de certas formas de atuação social. Nem por isso se deve supor que elas desempenham universal e invariavelmente, determinadas funções sociais. Tudo depende da relação existente entre as manifestações folclóricas e o fluxo da vida social. Um item ou um complexo cultural, da natureza folclórica, preenche alguma função social quando é possível assinalar, objetivamente, que eles contribuem de dada maneira para a integração e a continuidade do sistema social. (FERNANDES, 1979b, p. 15).

Os trabalhos sobre folclore infantil, então, se pautam na formulação de que alguns aspectos do folclore desempenham papéis de “instituições formativas” na estrutura da personalidade infantil porque tem a função de socialização. Neste sentido, a identificação da forte influência ibérica nas formas infantis de manifestação folclórica exhibe os valores tradicionais que elas expressam garantindo sua manutenção no modo pelo qual a criança passa a conceber o mundo ou as relações humanas. Este fato é ilustrado, por Florestan Fernandes, através da análise dos folguedos, canções e cantigas de ninar cujo principal

objetivo consiste em estabelecer a relação entre o conteúdo moral inerente a estas manifestações e sua correspondência no ambiente social adulto.

Um outro aspecto importante diz respeito à função social das “trocinhas”, ou grupos sociais constituídos por crianças, nos quais a cultura infantil se manifesta com as características já citadas. Aqui, o autor destaca que as relações que se estabelecem nestes grupos permitem às crianças desempenharem papéis de dominação e subordinação dentro do grupo em que se inserem, bem como compartilhar com os membros os mesmos interesses e valores em comum. Assim entendido, o grupo se apresenta como uma unidade social de certa maneira autônoma. As regras são respeitadas ou infringidas com relação ao grupo, ou seja, é a “consciência moral do grupo” que se apresenta às situações de jogo, tendo inclusive caráter democrático. O importante é ressaltar que tais relações sociais educam a criança para a vida social modelando certos padrões de comportamento de caráter tradicional através dos quais elas reproduzem papéis sociais. A ênfase está posta, então, no estabelecimento da relação entre folclore e organização social.

Por esse motivo, as contribuições da análise folclórica estão relacionadas com a coleta de dados empíricos das manifestações de caráter folclórico bem como ao estabelecimento das conexões destas manifestações com a estrutura social. Neste sentido, os dados recolhidos na década de 40 pelo autor demonstram que, em uma cidade em plena mudança social como São Paulo, essas manifestações sofrem as conseqüências da crise da ordem tradicional. O processo de racionalização da vida tende a eliminar as formas tradicionais de concepção de mundo o que justifica, num momento de transição, a heterogeneidade da configuração das diferentes formas de manifestação folclórica

neste contexto. Por outro lado, esta mesma heterogeneidade ilustra as funções sociais que garantem a permanência de algumas de tais práticas, embora ainda em caráter de decadência²⁷.

O intenso processo de urbanização vivenciado pela cidade de São Paulo na primeira metade do século XX não permitiu ao folclore uma mudança gradual que lhe garantisse um espaço na vida cultural urbana. A velocidade do processo e seu caráter excludente colocam a cultura popular numa situação inoperante no que diz respeito à reconstrução social. Os elementos folclóricos foram limitados “a círculos humanos que não poderiam valorizá-los culturalmente nem defendê-los ativamente” (FERNANDES, 1979b, p.29). Esta perda de participação construtiva acarreta três efeitos negativos. O primeiro diz respeito à manutenção de elementos irracionais na forma de concepção de mundo do homem urbano gerando obstáculos sócio-culturais. Já o segundo evidencia os danos a valores importantes para um equilíbrio do clima competitivo e inseguro da nova ordem, tais como as noções de democracia e cooperação encontradas nas “trocinhas”. Finalmente, o desenvolvimento de um caráter passivo e subordinado dos setores populares nos quadros da nova estrutura social. Nas palavras de Florestan Fernandes:

Perderam-se, assim, valores irrecuperáveis e que deveriam ser preservados. Nessa esfera, as valorizações excessivas de técnicas, instituições e valores sociais estranhos, assimiláveis pelo nosso sistema civilizatório, têm acarretado um processo de perda cultural contínua, verdadeiramente pernicioso para o que poderia chamar de ‘caráter nacional brasileiro’. (...) Os prejuízos que daí advém afetam a segurança objetiva do homem, que passa a avaliar-se de um prisma depreciativo, tendo em vista sua capacidade

²⁷ O autor também destaca, por exemplo, o caso das “adivinhas” que, em virtude de sua plasticidade, mudaram sua forma de manifestação e sua função social, adquirindo caráter individualizado e também não

...A persistência, a ampliação e a atividade construtiva crescente dos componentes urbanos se explicam, assim, por uma combinação de fatores, que concorriam para a produção do mesmo efeito: a formação de um núcleo urbano capaz de servir como centro da vida econômica, política e administrativa no interior de um vasto mundo rural. Em consequência, o ritmo e a intensidade da urbanização só tardiamente se libertam de influências que operavam no sentido de manter elementos ou concepções característicos do antigo estilo de vida rural (FERNANDES, 1979a, p. 210).

Em suma, a formação, a manutenção e a decadência dos padrões característicos do estilo de vida rural das origens de São Paulo se diferenciam dos padrões de urbanização europeus não por uma questão de natureza, mas pela ausência de requisitos estruturais e funcionais inerentes ao processo de racionalização. A questão se coloca em termos das condições de manifestação dos padrões civilizatórios de desenvolvimento. Ou seja, os requisitos que eles pressupõem aparecem somente mais tarde na sociedade brasileira, justificando a afirmação do autor já assinalada, segundo a qual São Paulo reproduz, mediante condições particulares, o passado das sociedades européias.

O panorama propício à manifestação funcional dos padrões especificamente racionais de comportamento se constitui somente após a abolição da escravidão e a crise da ordem tradicional. Daí decorrem outras formas de integração correspondentes à maior complexidade do estilo de vida urbano. Por outro lado, apresentam-se também desajustamentos relacionados às exigências de controle racional desta nova forma de organização social e à capacidade de participação dos indivíduos nesta organização. Isso se expressa na herança sócio-cultural tradicionalista, na indiferença das classes dominantes, no caráter inoperante das camadas subalternas e na situação de subdesenvolvimento econômico e social. Disso resulta a disparidade entre a

estrutura social e as demandas culturais. Nas palavras de Florestan Fernandes: “A cidade-metrópole configurou-se antes que o homem, que nela vive, tivesse tempo de preparar-se para o seu novo estilo de vida” (FERNANDES, 1979a, p. 307).

O mesmo tipo de análise se encontra na formulação de Florestan Fernandes sobre o processo de desenvolvimento da Sociologia Brasileira. Assim, afirma que a partir do momento em que se pode reconhecer a procura por uma reflexão de questões sociológicas, no Brasil, ela se desenvolve em três fases. A primeira assemelha-se ao pensamento pré-científico que se estabeleceu na Europa compreendendo, assim, as primeiras tentativas de se relacionar os aspectos da vida social que emergiram no terceiro quartel do século XIX. A segunda, por sua vez, se inicia no primeiro quartel do século XX e corresponde à incorporação da análise racional na explicação dos processos histórico-sociais. Finalmente, na última fase emerge a preocupação com o estabelecimento de um padrão de trabalho científico no campo da sociologia. Ocorre, que esta última fase não consegue desempenhar a função que lhe cabe, ou seja, orientar o controle social racional e democrático. O reconhecimento social da investigação sociológica e de sua aplicação depende de condições psico-sociais e sócio-culturais específicas que, como já foi dito, não se encontram plenamente estabelecidas neste contexto.

A partir desta concepção, Florestan Fernandes afirma que, na primeira fase, dois obstáculos culturais se apresentaram à sociologia: o confronto da ordem patrimonial com o pensamento racional e a dificuldade de aceitação da concepção científica do mundo. Isto porque nas sociedades modernas européias

o desenvolvimento do conhecimento sociológico dependeu de dois processos histórico-sociais que correspondem ao processo de *secularização* e de *racionalização*. Neste contexto, eles impulsionaram “condições para a transformação do pensamento racional em fermento social, isto é, em fator construtivo na dinâmica da vida em sociedade” (FERNANDES, 1980, p.32-33).

Em vista disso, no Brasil, o desenvolvimento da sociologia se desencadeia somente a partir da desagregação do regime escravocrata e senhorial:

quando o abolicionismo ganhou maior impulso, todos os aspectos da vida social brasileira, ligados direta ou indiretamente à escravidão, caíram na esfera de consciência social e puderam ser apreciados, axiologicamente, acima do influxo do ‘poder dos costumes’ e do ‘caráter sagrado das instituições’. Com isso, não só se processou um alargamento do horizonte intelectual médio, mas começaram a ser solapadas as fontes de incompatibilidade das técnicas racionais de pensamento e de explicação do mundo com a ordem social (FERNANDES, 1980, p.34).

Por outro lado, a sociologia adquire contornos de uma especialidade na medida em que o processos de urbanização e de industrialização engendram a exigência de uma divisão do trabalho. Considerando este dado, Florestan Fernandes destaca como resultado importante da “Revolução Constitucionalista” o impulso ao ensino das ciências sociais. Tal impulso respondeu às exigências sociais de funcionamento de cargos administrativos, bem como de solução racional inerentes ao processo. Ao mesmo tempo, as ciências sociais também foram beneficiadas com as mudanças no sistema institucional através da qual surgem “papéis estruturalmente organizados” como os de professor e de pesquisador na área das ciências sociais. Resultado disso é a reformulação das

tarefas da produção sociológica e a formulação de um “público consumidor orgânico”. Por fim, a conversão da análise histórico-sociológica da sociedade brasileira em investigação positiva e a introdução de especialistas estrangeiros e da pesquisa de campo dão à sociologia brasileira a feição de disciplina científica. Este é o quadro sumário do desenvolvimento da disciplina no Brasil.

Não se pode deixar de lado o fato de Florestan Fernandes ter colocado como marco da segunda fase de desenvolvimento da sociologia a mudança na ideologia das classes dominantes. Ele demonstra que o sociólogo atenta para o sentido da valorização da sociologia na sociedade brasileira. Dessa forma, ao mesmo tempo que ela responde às demandas da sociedade, ela passa também a compor o aparato conceitual deste tipo de ideologia. Trata-se, aqui, do questionamento das diferentes formas de utilização da sociologia.

Sobre esse ponto se coloca uma questão fundamental: pensar sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil significa questionar a si mesmo enquanto sociólogo brasileiro. Isto é, pensar a qualidade e o lugar de sua obra neste processo, num movimento de auto-consciência. Em consequência, a preocupação com a sistematização científica da sociologia e do papel social que deve desempenhar leva Florestan Fernandes a se diferenciar das formas pré-científicas da sociologia. Assim, para o autor, o padrão de análise histórico-sociográfico corresponde a um levantamento incompleto da realidade social. Pelo fato de não estar baseada em critérios científicos, tornam-se impregnadas dos valores sociais do investigador. Além disso, destaca que o padrão positivo de investigação que predominou até o primeiro quartel deste século não aplicava modelos de explicação que correspondessem com a natureza dos fenômenos que

estavam sendo estudados. Este movimento de negação das vertentes histórico-sociográficas orienta a formulação de uma proposta metodológica própria ao contexto brasileiro posterior à metade da década de 50. Ela pressupõe uma específica “atitude de espírito” que deve abarcar o conhecimento da estrutura social deste país bem como a perspectiva de intervenção no processo de mudança social. A concepção da dimensão prática da sociologia aparece, então, como um desdobramento das análises sobre as *Mudanças Sociais no Brasil*.

O que nos importa salientar, no momento, é que a ‘atitude de espírito’ oferece ao sociólogo brasileiro uma perspectiva bastante ampla a respeito da natureza de suas tarefas intelectuais e da articulação delas com os alvos da investigação científica, com as possibilidades da pesquisa sociológica no Brasil e com as tensões sócio-culturais brasileiras, que reclamam conhecimento sociológico e manipulação de controles racionais (FERNANDES, 1980, p.73).

Esse tipo de formulação encontra lugar para sua sistematização no início da década de 60 e, em especial, no livro *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1962) apesar de, como foi analisado, já estar presente nos trabalhos anteriores.

Capítulo II

SOCIOLOGIA E REVOLUÇÃO SOCIAL

Este capítulo tem como objeto de investigação o livro *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* de 1962. Trata-se de um livro teórico a partir do qual Florestan Fernandes formula de maneira sistematizada sua concepção de “papel intelectual”, ao mesmo tempo que explicita o caráter do conceito de mudança social inerente àquela definição. O entrelaçamento destas questões, bem como das orientações metodológicas intrínsecas, permite a compreensão da natureza da problemática do intelectual colocada pelo autor no início dos anos 60. A aceção desta natureza emerge da compreensão da crise social e da definição de um lugar estratégico ao intelectual, sobretudo do sociólogo. Tal perspectiva denota uma influência marcante do sociólogo alemão Karl Mannheim (1893-1947) que se expressa tanto na caracterização do quadro de crise social quanto na determinação das alternativas cabíveis. Todas estas gravitam em torno da idéia de *planejamento democrático* que é o destino histórico defendido por este autor. Em poucas palavras, *planejamento democrático* corresponde à oportunidade e à capacidade dos indivíduos sociais em participar da organização da sociedade. Para isso, urge a utilização democrática das técnicas sociais com o propósito de “educar” a sociedade e criar os meios de sua organização racional.

São estas as formulações que permeiam a argumentação de Florestan Fernandes que se identifica, como destaca Octávio Ianni²⁸, no próprio título do livro.

A intervenção do sociólogo no processo social

Considerando as reflexões de Florestan Fernandes sobre o Método de Interpretação Funcionalista, pode-se identificar uma coerência de objetivos analíticos desenvolvidos pelo autor desde a metade da década de 50 (FERNANDES, 1972a). Assim é sobre as possibilidades teóricas e práticas deste método que repousa a construção de uma específica noção da relação entre ciência e sociedade cuja orientação é seguida na construção teórica da idéia de papel intelectual.

No que se refere às possibilidades teóricas, o que está em jogo é a análise de fenômenos de caráter *estável* nas sociedades consideradas – ocidentais ou ocidentalizadas – no sentido da definição das relações causa/efeito em termos estruturais-funcionais. Em outras palavras, isto corresponde à delimitação do enfoque da análise aos aspectos condicionantes de reprodução e mudança estrutural de sociedades de mesmo tipo²⁹. Por este motivo, a definição de aspectos tais como: as condições de desenvolvimento e aproveitamento do conhecimento sociológico, os quadros de mudança social, as tendências ao planejamento democrático e, também, os obstáculos a este último, são tomados a partir das relações causa/efeito dos parâmetros europeus.

²⁸ Em suas palavras: “Há uma visão dos problemas sociais em termos de resolução dos problemas; há um tempero mannheimiano na maneira pela qual Florestan vê certos problemas, especialmente quando se trata de encaminhar a resolução. Há um livro dele que se intitula *A sociologia numa era de revolução social*, aliás um título mannheimiano. Isso é limpidamente mannheimiano (IANNI, 1997, p.16).

²⁹ Segundo Florestan Fernandes esta foi a preocupação de Durkheim (FERNANDES, 1972a).

Esse tipo de análise fundamenta uma primeira aproximação Florestan Fernandes e Mannheim. Nos termos do sociólogo alemão, trata-se da análise das leis, ou *principia media* que regem a sociedade e são encontrados nos fatores de interdependência entre os processos e esferas sociais. Eles são comuns em sociedades de mesmo tipo e, por este motivo, permitem análise dos obstáculos e das tendências à mudança social. Para Florestan Fernandes, então, estes fatores acabam por exercerem funções similares entre tais sociedades, embora se expressem conforme condições concretas particulares.

Ao tomar essa posição, restringi a natureza e o alcance das reflexões, concentrando-as sobre requisitos ideais da sociedade de classes nas condições mencionadas e sobre os fatores que impedem, perturbam ou solapam as possibilidades de sua manifestação normal no cenário histórico brasileiro. (...) Mas, contém o mérito, que me pareceu primordial, de favorecer a focalização dos dilemas que se situam na própria raiz de nossas dificuldades históricas (FERNANDES, 1976, p.203).

Já perspectiva prática que este procedimento apresenta pode ser percebida na busca de Florestan Fernandes pela intensificação das possibilidades integrativas características da moderna sociedade de classes. Tais possibilidades estão atreladas ao estabelecimento de um “padrão de equilíbrio dinâmico” a partir do qual os países “subdesenvolvidos” possam usufruir das potencialidades democráticas daquele tipo de sociedade.

Situando-nos nessa perspectiva, só há, fundamentalmente uma estratégia a seguir. Ela consiste em estimular processos histórico-sociais que contribuam ou para a integração ou para a reintegração da ordem social, definida através de modelos construídos com base nos requisitos normais do tipo de sistema social a que ela corresponda, morfológica e dinamicamente (FERNANDES, 1976, p.278).

Neste projeto, a sociologia é colada em posição chave na rearticulação da sociedade moderna. Ela pode intervir na “reconstrução social” por intermédio da instrumentalização dos resultados das investigações sobre as potencialidades dinâmicas de mudança estrutural na sociedade. Ou seja, à constituição de um novo padrão de sociabilidade fundado em bases democráticas cumpre a definição dos alvos e das estratégias possíveis por parte do conhecimento sociológico. Por outro lado, esta contribuição somente pode ser executada mediante as condições que a própria sociedade oferece ao desenvolvimento do conhecimento sociológico bem como de sua aplicação. Nos países “subdesenvolvidos” isso leva a um desenvolvimento circunscrito da pesquisa sociológica que justifica, para Florestan Fernandes, a utilização dos parâmetros de desenvolvimento dos países economicamente mais avançados juntamente com a produção sociológica que eles promovem. Em contrapartida, a análise dos países “subdesenvolvidos” pode representar um ganho para a teoria sociológica geral.

O Brasil não é apenas, como se diz, “um cadinho de raças e de culturas”. Através de escolhas judiciosas, o sociólogo brasileiro pode contribuir de forma original e criadora para o enriquecimento de ramos da teoria sociológica que não podem ser cultivados com a mesma facilidade por seus colegas dos “países desenvolvidos” do mesmo círculo civilizatório. As sociedades que se afastam do tipo “normal”, inerente a determinada civilização, representam, em si mesmas, um problema teórico para a ciência. (...) Desse ângulo, a posição do sociólogo brasileiro é quase privilegiada, pois poderá propor-se tarefas de grande significação teórica para a sociologia. Basta que procure interpretar os fenômenos observados tendo em vista o que as descobertas representarem no contexto da análise sociológica da sociedade de classes (FERNANDES, 1976, p.19-20).

Em outras palavras, o aproveitamento das experiências histórico-sociais destes países abre espaço para o autor orientar sua análise da sociedade

brasileira em dois aspectos. O primeiro diz respeito à definição de que são naqueles países que as condições para a ampliação da racionalidade e da democracia se colocam de maneira mais claramente identificáveis. O segundo, em decorrência, se remete à utilização da produção sociológica que tais contextos permitiram desenvolver enquanto resposta à crise resultante da consolidação da sociedade de massas.

A partir daí, pode-se observar que a investigação de caráter comparativo, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento do saber racional no Brasil, tem como objetivo apreender as tendências de democratização da sociedade identificadas no grau de integração brasileiro. Nesse sentido, Florestan Fernandes destaca que as condições para a incorporação do saber racional na dinâmica social européia resultam dos processos de secularização e racionalização e, portanto, da crise do Antigo Regime. No Brasil, como já foi elucidado, esse fato é consequência do processo de desagregação do regime escravocrata e senhorial que adquirem, neste contexto, função correspondente. Esse tipo de identificação já pode ser encontrada em texto de 1956 intitulado “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil” (FERNANDES, 1980):

...quando o abolicionismo ganhou maior impulso, todos os aspectos da vida social brasileira, ligados direta ou indiretamente à escravidão, caíram na esfera de consciência social e puderam ser apreciados, axiologicamente, acima do influxo do “poder dos costumes” e do “caráter sagrado das instituições”. Com isso, não só se processou um alargamento do horizonte intelectual médio, mas começaram a ser solapadas as fontes de incompatibilidades das técnicas racionais de pensamento e de explicação do mundo com a ordem social (FERNANDES, 1980, p.34).

O que significa a identificação do início da consolidação de uma das fases do processo de mudança social brasileiro, a saber, a Mudança Social Espontânea:

A primeira fase se associa a efeitos da mudança social espontânea e representa, sob muitos aspectos, um interlúdio de desorganização transitória da vida social, em todas as suas esferas. Ela cria condições altamente favoráveis à formação de atitudes críticas sobre a organização, o funcionamento e o rendimento das instituições sociais, bem como da articulação delas entre si no sistema social como um todo. E estimula o fortalecimento de atitudes inovadoras, voltadas para a correção da situação existente, quer pela aceitação de modelos institucionais importados, quer pela invenção de combinações deles entre si compatíveis com a referida situação (FERNANDES, 1976, p.246, grifos meus).

Ocorre que, dada a condição de permanência de valores tradicionais, são restringidas as atitudes inovadoras através das quais se poderia utilizar os saber racional para a organização da sociedade. Este fato acaba por criar condições ainda mais caras para a sociedade com o desenrolar da história. Exemplo disto é a utilização do desenvolvimento de técnicas racionais de controle, possibilitado pela sociedade de massas, como instrumental de perpetuação de bases antidemocráticas. Esse tipo de argumento é fortemente influenciado por Mannheim na medida em que define a ditadura e como resultado do mau uso das técnicas sociais desenvolvidas na sociedade de massas:

A maior eficiência, sob muitos aspectos, de Estados totalitários, não se deve meramente, como se crê em geral, à propaganda mais eficaz e espalhafatosa, mas também à sua percepção insistente de que a sociedade de massas não pode ser governada por técnicas de tipo caseiro, que eram adequadas a uma época de artesanato. O terror da eficiência deles consiste no fato de, ao coordenarem todos esses meios, escravizar a maior parte da população e

impor crenças, credos e um comportamento que não correspondem à própria natureza do cidadão (MANNHEIM, 1973, p.15-16).

Para Florestan Fernandes este fato corresponde a um momento crítico no qual se impede o desenvolvimento da segunda fase do processo de mudança social, a Mudança Social Provocada, uma vez que esta compreende a democratização do saber racional.

A segunda fase se vincula à emergência de novas exigências histórico-sociais e às tentativas de atendê-las em escala societária, prendendo-se de modo direto às condições e fatores sociais que regulam, tanto no plano material quanto nos planos ideológico e moral, a seleção positiva das impulsões coletivas de reintegração das instituições e da ordem social. Ela pressupõe uma complexa redefinição das soluções importadas, sob o impacto da herança social com as atitudes inconformistas e as probabilidades de pô-las em prática efetivamente, e delimita o campo dentro do qual as atitudes conscientes e o comportamento social inteligente são explorados como fator de reconstrução social (FERNANDES, 1976, p.247).

É importante destacar que a consolidação da primeira fase denota a existência de bases morais e materiais para a segunda. O que as separa é exatamente a impossibilidade de ampliação dessas bases, principalmente no que se referem à esfera cultural, cujo resultado consiste numa nova estruturação social. A Mudança Cultural Provocada³⁰ corresponde à expansão do elemento racional na dinâmica da vida social de tal modo que compreende a coordenação dos processos sociais pelos próprios indivíduos da sociedade. Desta maneira, a Mudança Cultural Provocada pode se processar no seio do contexto de Mudança Cultural Espontânea a partir dos progressos da ciência e da tecnologia, bem

³⁰ Vale destacar que, para Florestan Fernandes, a Mudança Cultural é um pressuposto da Mudança Social (FERNANDES, 1976, p.240).

como de sua utilização para um “planejamento social”. Assim, ao se debruçar sobre a manifestação dessas limitações à concretização da Mudança Cultural Provocada no Brasil, Florestan Fernandes chega, no início da década de 60, à definição da conjuntura de crise proporcionada pelo grau das desarticulações promovidas na nova configuração da sociedade de classes. Esse é um momento crucial da identificação de questionamentos comuns entre Florestan Fernandes e Karl Mannheim, presentes em muitos trabalhos deste.

Em poucas palavras, pode-se afirmar que em *O homem e a sociedade* o enfoque de Mannheim incide sobre o contexto de crise vivenciado pela Alemanha entre as duas guerras mundiais (MANNHEIM, 1962). Sendo esse o ápice dos efeitos do processo de racionalização e de secularização, o autor parte da principal função do processo: a constituição de uma nova forma de concepção do mundo.

O homem não aceita a natureza humana, que observa em si ou em seus companheiros, como um dom divino inalterável, nem considera, num nível panteístico, a alma com resignação patética, como se fosse parte da natureza que não pode ser compreendida intelectualmente, e que só pode ser percebida através do temor. Ao invés disso, procura interpretar-se experimentalmente, tal como interpreta os fatos objetivos deste mundo (MANNHEIM, 1962, p.160-161).

Como consequência, argumenta o sociólogo alemão, os processos de industrialização e de racionalização promovem também a capacidade de auto-observação na sociedade. Essa capacidade demonstra certa propensão social à identificação e controle dos problemas da sociedade. Desta forma, tendo como interesse o diagnóstico dos fatos que influenciam no processo social, o autor

identifica o surgimento de *técnicas sociais*³¹ como uma resposta à incapacidade de auto-regulação das esferas da vida econômica e social frente à complexidade da Sociedade Moderna. Importa reter, contudo, que o mero aparecimento de técnicas sociais de controle na sociedade já denota a inevitabilidade do planejamento social: está colocada a possibilidade de controle, democraticamente ou não. Neste sentido, afirma que, para este momento, “não há mais qualquer escolha entre a planificação e o *laissez-faire*, mas apenas entre o bom e o mau planejamento” (MANNHEIM, 1962, p.16). Ou seja, trata-se de uma escolha entre o planejamento democrático e o autoritarismo.

Em contrapartida, é face a essas alternativas que o sociólogo alemão define a situação como um momento de crise social cuja base consiste na desarticulação do sistema de valores na sociedade de massas. Segundo Mannheim, a Sociedade Moderna traz consigo um sistema de valores que não corresponde, em eficiência, ao papel integrador da unidade religiosa e moral da Sociedade Medieval. Isso ocorre justamente por ser aquele um sistema heterogêneo composto pela “mais contraditórias filosofias de vida” e, portanto, por não garantir a segurança e o sentimento de integração de um referencial valorativo único (MANNHEIM, 1973, p.250). Este é o diagnóstico da crise³² do sistema de valores que, por sua natureza, envolve as outras esferas da vida social.

³¹ Tais técnicas correspondem ao “conjunto dos métodos que visam a influenciar o comportamento humano e que, quando nas mãos do Governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social” (MANNHEIM, 1973, p.14).

³² Esse diagnóstico é fruto de pesquisa sobre elementos que Mannheim considera como concretos do processo, tais como: o crescimento rápido e descontrolado da sociedade; o alargamento da esfera de atuação dos valores; a mudança de valores estéticos e dos relacionamentos ao trabalho e lazer; o aumento do contato entre grupos; o aparecimento de novas justificativas de autoridade; a apreciação racional de valores; a necessidade de reeducação do homem; e a crise do *laissez-faire* (MANNHEIM, 1973).

Para Mannheim, um diagnóstico desse tipo é a porta de entrada da solução do quadro de crise já que permite reconhecer suas causas e, com isso, definir um projeto de ação. Este projeto defende a reorganização do sistema de valores em crise através do usufruto das contribuições sociológicas orientadas às implicações da sociedade de massas.

Uma das principais missões do sociólogo será estudar as condições em que surgem as desavenças e em que os processos de ajustamento de grupos e de reconciliação de valores deixam de operar no contexto da vida cotidiana (MANNHEIM, 1973, p.39-40).

O que está por trás desta rearticulação do sistema de valores é a aposta no planejamento democrático em detrimento das soluções totalitárias de controle da crise. As técnicas sociais, então devem ser utilizadas na construção de um referencial de valores comuns, mas com caráter democrático. O papel do sociólogo e da sociologia consiste justamente na orientação dessas técnicas no sentido do fortalecimento das tendências ao planejamento democrático.

A discussão acima influencia sobremaneira a definição de Florestan Fernandes sobre a função da ciência aplicada presente em *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* de 1960. É sobre tais bases que o sociólogo brasileiro constrói a idéia de papel intelectual fortemente trabalhada em *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* de 1962, sobretudo no que se refere à função do sociólogo e da sociologia. Assim, ao trazer tal concepção ao Brasil, Florestan Fernandes coloca duas perspectivas. A primeira delas permite identificar no processo de constituição da sociologia brasileira uma manifestação do pensamento planejado:

Em suma, a história das ciências sociais aparece, em plena força, como parte da atividade humana organizada socialmente e orientada historicamente. A ciência não brotou, em nenhum lugar, como um milagre espiritual. Ela nasceu e progrediu, em toda a parte, como um produto do pensamento inventivo e da disposição social do homem de impor-se um novo padrão cultural de verdade (FERNANDES, 1976, p.176).

A segunda perspectiva admite, todavia, que o planejamento democrático, enquanto concretização da organização racional e democrática da vida social, exige um certo nível de desenvolvimento dos conhecimentos sociológicos. Neste sentido, os fatores histórico-sociais condicionantes que obstruem o alargamento das investigações em sociologia solapam da mesma maneira sua capacidade de intervenção. Os obstáculos à articulação e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia estão diretamente vinculados ao estabelecimento de condições materiais e morais caudatárias do caráter conciliatório do processo de mudança cultural espontânea. A permanência de setores tradicionalistas articulada à especificidade da condição de subdesenvolvimento econômico se expressa na desproporção existente entre a ordem moral e o progresso material e no descaso com o interesse prático das ciências sociais.

Com isso, o clima cultural brasileiro identificado no início da década de 60, cria uma situação ambivalente para o desenvolvimento científico do país. Se, de um lado, a disseminação da crença na importância da ciência para o desenvolvimento nacional faz aumentar os recursos para a pesquisa científica, de outro, a insuficiência destes mostra-se patente. As implicações dessa insuficiência podem ser observadas, segundo Florestan Fernandes, nas dificuldades impostas à diferenciação das atividades de cunho científico e ao progresso das instituições científicas. Situação esta que demanda a

racionalização dos recursos para incentivar a especialização nos setores de maior relevância para o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia científica no Brasil.

O que se pode constatar é a designação de uma função adicional aos sociólogos dos países periféricos. Ao mesmo tempo que devem desempenhar a função de orientar as técnicas para a mudança social, eles precisam garantir as bases científicas que este tipo de intervenção pressupõe.

Por incrível que pareça, o cientista precisa desprender-se do intelectualismo para enfrentar suas responsabilidades intelectuais. A menos que se prenda ao tronco sem seiva do passado, vê-se imerso no tumulto, chamado para “construir” com os outros o mundo que nasce. Sua mente tem de abrir-se a todos os dilemas, desde os que afetam o seu mister, até os que afligem a coletividade. Se ele for sociólogo, não poderá cuidar apenas do que traria proveito para o desenvolvimento das teorias sociológicas; terá de preocupar-se com questões que transcendem à sua especialidade, para situar a si próprio e à ciência no inesgotável burburinho de uma civilização que se enriquece e se revitaliza pela transplantação (FERNANDES, 1976, p.16).

Trata-se, aqui, do rompimento com o “clima moral do cientista da era liberal” que ao conferir primazia à especialidade, cria uma barreira entre a ciência e a tecnologia por considerá-las esferas independentes de trabalho (FERNANDES, 1976, p.41). Segundo Florestan Fernandes, este fato tem sérios reflexos na formação dos intelectuais e dos técnicos. Por esse motivo, Florestan Fernandes defende que tal formação esteja calcada numa “visão de mundo”³³ e numa “ética de responsabilidade científica” (FERNANDES, 1976, p.94) que

³³ Nas palavras de Goldmann: “visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente de uma classe social) e os opõem aos outros grupos”. (GOLDMANN, 1979, p.20).

vinculam a produção sociológica à reconstrução social através da valorização de técnicas de controle social.

O “progresso moral” terá de realizar-se na medida em que os seres humanos se revelarem capazes de reajustar socialmente o seu estilo de vida ao “progresso técnico”. Ou seja, em outras palavras, na proporção em que os padrões do saber científico forem também estendidos à educação, à formação da personalidade e à remodelação da ordem econômica, social e cultural”.
(FERNANDES, 1976, p.101)

Nessa perspectiva o ensino das ciências sociais no Brasil é encarado como um obstáculo uma vez que não cria condições para a formação do “intelectual militante”, ou seja, do intelectual preocupado com a solução dos problemas sociais. No texto “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”.de 1958 afirma:

O que nos importa salientar, no momento, é que a referida ‘atitude de espírito’ oferece ao sociólogo brasileiro uma perspectiva bastante ampla a respeito da natureza de suas tarefas intelectuais e da articulação delas com os alvos da investigação científica, com as possibilidades de desenvolvimento da pesquisa sociológica no Brasil e com as tensões sócio-culturais brasileiras, que reclama conhecimento sociológico e manipulação de controles racionais
(FERNANDES, 1980, p.73)

O caráter interventor do sociólogo no processo social se insere, por sua vez, na construção dos contornos de uma especialidade da sociologia: a Sociologia Aplicada. É através dela que o sociólogo pode definir como realizar as mudanças possíveis. Assim sendo, ao colocar como central a necessidade de progresso moral³⁴, Florestan Fernandes estipula como objeto da disciplina o

³⁴ É importante destacar como uma mudança estrutural depende de uma específica articulação na esfera moral já que é através dela que se estabelecem, se mantêm e se modificam os padrões de integração. Este tipo de argumentação pode ser encontrada em Durkheim (1970) e em Parsons (1969 E 1974).

desenvolvimento de estratégias para um alargamento da racionalidade moral que, com isso, possa criar uma ordem social de caráter democrático.

O intelectual terá de arcar com tarefas, misturar-se com a “plebe ignorante” e elevar-se com ela a um novo padrão de civilização. Democratização da cultura significa reconstruir a relação do intelectual com o mundo, pôr fim a um estado de coisas que fez do saber sistematizado um privilégio social e dar início a uma era de proscricção da ignorância como fonte de dominação do homem pelo homem (FERNANDES, 1976, p.230, grifo meu).

Além disso, vale destacar que a procura de mecanismos que possibilitem uma auto-consciência social nos indivíduos exprime ao conceito de desenvolvimento um sentido emancipatório:

O cientista que esteja cômscio do valor social da ciência – e não só do seu valor ‘intelectual’ e ‘lógico’ – deve participar ativamente desse processo, procurando contribuir pessoalmente para que o progresso material e o progresso moral, realizados no marco dessa civilização, apresentem a mesma intensidade e tenham o mesmo destino de aumentar a grandeza da condição humana (FERNANDES, 1976, p.55, grifo do próprio autor).

Como se vê, dentro dessa perspectiva, o sociólogo é responsável pela definição do que é melhor para a sociedade como um todo. Para isso, não deve representar nenhuma ideologia ou classe social. Essa é uma acepção claramente manheimiana na qual se pode perceber a atribuição de uma posição social específica aos intelectuais. Segundo Mannheim, esse estrato é formado por intelectuais provenientes das diferentes classes sociais já que esta é uma característica da Sociedade Moderna.

A chave de nossa época do saber está no fato de que os homens cultos deixam de constituir uma casta ou estamento, passando a integrar um estrato

aberto ao qual ganham acesso pessoas das mais variadas procedências (MANNHEIM, 1974, p.91).

Essa composição, ao mesmo tempo, significa uma tendência ao descompromisso dos intelectuais com sua classe de origem já que é no seio da *Intelligentsia* que nasce a síntese de perspectivas. Isto quer dizer que, através da capacidade de sintetizar as diferentes “formas de concepção do mundo”, os intelectuais conseguem chegar a uma síntese dos interesses da sociedade em detrimento da preponderância de algum interesse particularista.

Devemos a possibilidade de interpenetração mútua e compreensão das correntes de pensamento existentes à presença deste estrato médio relativamente desvinculado que se encontra aberto ao ingresso constante de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, com todos os pontos de vista possíveis. Só nessas condições pode surgir a síntese incessantemente nova e ampla a que nos referíamos (MANNHEIM, 1986, p.186).

Da mesma forma, para Florestan Fernandes, essa capacidade de síntese se relaciona aos critérios científicos que são, por sua natureza, racionais. Em outras palavras, isso quer dizer que é sobre esses critérios que deve ser construída uma nova ordem social baseada na ciência e na tecnologia científica. Por esse motivo a ciência não é “neutra”, ela pressupõe, como já foi dito, uma “ética científica” que veicula a ciência aos interesses sociais comuns.

É certo que o sociólogo não pode e nem deve escapar à sina de todo ser humano, envolvendo-se ideologicamente nas lutas por interesses e valores sociais que regulam a dinâmica das sociedades. Doutro lado, onde e como isso ocorrer, é indubitavelmente melhor que os “parâmetros ideológicos” sejam explicitamente evidenciados. Todavia, nada disso é propriamente essencial, do ponto de vista científico. em se tratando da aplicação da perspectiva sociológica à consideração e à manipulação dos problemas

práticos, o essencial seria submeter tais problemas aos critérios de análise científica, sem nenhuma restrição anterior. Por hipótese, só numa sociedade democrática e planejada essa condição poderia realizar-se plenamente graças à eliminação dos focos de interferência irracional na mudança social programada. Embora essa condição não se dê, compete inegavelmente ao sociólogo buscar formas de ajustamento intelectual que resguardem sua responsabilidade moral (FERNANDES, 1976, p.83-84).

É nesse sentido que para Marialice Foracchi (FORACCHI, 1982), se dá a associação entre as formulações teórico-metodológicas da Sociologia do Conhecimento com as propostas de Planejamento Democrático em Mannheim. Essa associação expressa o objetivo último de remodelação da sociedade através da síntese das perspectivas relativas aos diferentes grupos. Dito de outra forma, a capacidade de estabelecimento da relação entre existência e validade, entre estilo de pensamento e grupo social, própria da Sociologia do Conhecimento, permite a coordenação racional dos conhecimentos científicos de acordo com as exigências histórico-sociais da coletividade. Em Florestan Fernandes, os resultados da Sociologia do Conhecimento alimentam uma dimensão crítica de denúncia dos interesses particularistas das ideologias e a idéia de dominação que expressam:

No fundo, temos de lutar contra um influxo poderoso mas invisível: os círculos econômica, social e politicamente influentes das camadas dominantes selecionam as inovações de acordo com seus interesses, vinculados à preservação de posições na estrutura do poder ou à perpetuação de condições inusitadas de prosperidade, ruinosas para a coletividade como um todo a longo termo. Assim, grupos ligados aos remanescentes do antigo regime e às parentelas “de tradição” e grupos saídos do recente enriquecimento provocado pela industrialização associam-se estreitamente, apesar de todas as diferenças, com o fito de amortecer, solapar e até destruir

inovações que redundem na aniquilação da teia de privilégios de que desfrutam (FERNANDES, 1976, p.231).

A sociologia e o diagnóstico da sociedade

Se, para Florestan Fernandes, cabe aos sociólogos a determinação das tendências ao planejamento democrático e das medidas a serem tomadas nesse sentido, vale verificar o diagnóstico do autor sobre a situação brasileira daquele momento. Desta forma, o sentido de tais tendências deve, não obstante, estar voltado para a concretização de condições dinâmicas fundamentais para a consolidação da ordem social democrática. O estabelecimento de novos padrões de comportamento e de condições estruturais inerentes a esta nova ordem depende, então: a) do desenvolvimento da ciência e da tecnologia científica, fundamental para a sociedade planificada; b) de uma nova atitude dos empresários no tocante aos seus investimentos e interesses políticos; c) da participação efetiva do Estado na ampliação e melhoria do processo de urbanização e do sistema educacional; d) da superação da ideologia desenvolvimentista ampliando seus interesses à sociedade como um todo; e) da formação democrática das elites. Por isso, a contribuição do sociólogo brasileiro deve passar pela análise dos fatores impeditivos dessas condições.

A identificação das tendências e dos obstáculos ao processo de mudança social brasileiro no sentido da ordem social democrática se desenvolve tendo em vista os processos sociais que os expressam. No que diz respeito à maneira pela qual se estabelecem os processos de secularização e racionalização da vida, Florestan Fernandes demonstra que, no Brasil, o padrão racional de

comportamento é limitado pelo caráter ambivalente do processo de mudança social que se instaura. Nessa situação são identificáveis tanto condutas orientadas pelas formas racionais de concepção de mundo, como comportamentos diretamente baseados em valores tradicionais. O resultado disso se configura em obstáculos à possibilidade de uma reestruturação da sociedade uma vez que ela exige critérios plenamente racionais de organização social. Esses critérios são baseados em valores democráticos a partir dos quais a sociedade se auto-organiza de acordo com interesses comuns, racionalmente determinados. Em contrapartida, a manutenção da concepção tradicionalista em setores estratégicos da sociedade não só impede o caráter democrático que o processo poderia seguir como também perpetua, ou melhor, acentua as disnomias sociais.

Para Florestan Fernandes, esse é o quadro que fortalece, nos países latino-americanos um “padrão dependente de desenvolvimento cultural”. Mais do que isso, essa situação embasa a condição de “atraso” desses países uma vez que, ao impedirem o desenvolvimento autônomo da ciência e da tecnologia científica, obstruem a potencialidade construtiva da utilização da ciência para o planejamento social.

Parece óbvio que a mudança social provocada terá enorme importância para quebrar o círculo vicioso que pesa sobre o destino histórico dos países latino-americanos. Eles não podem tirar maiores proveitos do desenvolvimento social por falta de recursos; e não dispõem de recursos por falta de desenvolvimento social (FERNANDES, 1976, p.269).

Isso corresponde a uma situação específica que coloca os sociólogos em posição estratégica para superação da condição de “atraso” dos países latino-americanos. Assim sendo, além da crítica ao caráter restrito das políticas

científicas desses países, Florestan Fernandes dirige, também, seus argumentos aos próprios intelectuais que, através de atitudes conformistas, contribuem para a manutenção dessa situação. Principalmente porque perdem a grande potencialidade explicativa dos países subdesenvolvidos.

Em suma, cumpre educar o homem comum para restaurar a autonomia de suas decisões, bem como para oferecer alicerces sólidos e eficientes às manifestações historicamente significativas do comportamento coletivo. À luz dessas razões, os sociólogos (juntamente com outros cientistas sociais), devem enfrentar um processo de crítica e de renovação das antigas acomodações intelectuais, atendo-se sobretudo à necessidade de suprimir os focos de alienação, passividade e conformismo disfarçado que elas fomentavam. Para servir `sociedade em transformação, eles precisam libertar-se das pressões que confinam suas possibilidades tanto na esfera da ciência aplicada, quanto na esfera da tecnologia científica (FERNANDES, 1976, p.97).

Essa argumentação, como foi demonstrado, está presente desde as primeiras preocupações de Florestan Fernandes sobre a caracterização e análise do processo de mudança social brasileiro. O que apresenta de novo, ou como podem preferir, de mais radical se baseia nas dimensões que o processo adquire com a intensificação dos problemas decorrentes da ordem social capitalista. Isso porque o fato de ter sido obstruído o desenvolvimento de formas racionais de organização da vida dificultou, em decorrência, a possibilidade de solução daqueles problemas. O agravante desse fato é evidenciado a partir da relação estabelecida entre o sentido do processo e os interesses das classes dominantes. Trata-se aqui da manutenção de privilégios e de comportamentos egoísticos de origem tradicional que se expressam na esfera política consolidando uma situação de crise social.

Os assuntos de importância vital para a coletividade são encarados e resolvidos à luz de critérios que possuem eficácia no antigo regime, ou seja, há três quartos de século. Enquanto isso, as tensões se acumulam e os problemas se agravam, abrindo sombrias perspectivas para o futuro da Nação. É patente que os adeptos dessa política estão cultivando, paradoxalmente, uma gigantesca revolução social, altamente sangrenta e destrutiva em sua fase de explosão. Qualquer que seja a posição que se tome, individualmente, diante de semelhante eventualidade, parece óbvio que se tornou crucial apontar aonde conduz, no momento, o ódio contra o radicalismo e a conseqüente paralisação de esforços nos âmbitos da reeducação dos homens, da renovação das instituições e da reconstrução da ordem social (FERNANDES, 1976, p.212).

A partir desse entendimento, Florestan Fernandes se volta à identificação das disnomias resultantes daquele quadro, tendo em São Paulo um exemplo de caso típico:

Em estudo de caso, que nos parece extremamente elucidativo, verificamos que, mesmo numa cidade como São Paulo, tão afetada pelo rápido crescimento demográfico, pela urbanização e pela industrialização: 1º) o horizonte cultural do homem ainda não comporta as principais categorias de pensamento e de ação características do mundo social urbano na sociedade capitalista e de classes sociais; 2º) as técnicas de controle, mobilizadas socialmente com alguma eficácia, estão em flagrante contradição e atraso em face do acúmulo e agravamento dos problemas sociais urbanos; 3º) as condições materiais e morais de existência, apesar de sua instabilidade e tendências de mudança progressiva, continuam a interferir negativamente na canalização do inconformismo, das tensões ou dos conflitos sociais, sufocando ou restringindo as influências dinâmicas constritivas do comportamento coletivo na reconstrução da ordem social (FERNANDES, 1976, p.248).

O enfoque dos sociólogos deve, então, voltar-se às duas esferas estrategicamente fundamentais para a consolidação de uma sociedade

planificada: a econômica e a social. Nesse sentido, é justificável que nos trabalhos sobre as questões concernentes a essas esferas Florestan Fernandes ponha em evidência o caráter que elas assumem num contexto de mudança social. Destacando, então, a importância estratégica destas duas esferas afirma:

Se não podemos lutar em bloco contra todas inconsistências psicossociais e sócio-culturais, que impedem a mudança social ou reduzem seus efeitos construtivos, devemos pelo menos iniciar uma reação sistemática e vigorosa contra as duas primeiras, de que depende a consolidação da ordem social democrática – porque delas depende o aparecimento de condições propícias à formação da concepção democrática do mundo, à preparação de personalidades democráticas principalmente nas classes médias e camadas populares e à expressão sadia das opções que regulam, pela base, o destino dos povos ocidentais modernos, com a civilização de que são portadores (FERNANDES, 1976, p.225).

Aqui se coloca uma questão fundamental na argumentação do autor que se refere à necessidade do estabelecimento de um “querer coletivo” para a mudança. Esse tipo de consenso pode significar uma força operativa que é fundamental na definição de sociedade planificada, pois, pode corresponder a uma síntese de interesses. Nesses termos, o diagnóstico da situação brasileira leva Florestan Fernandes a identificar algumas daquelas tendências na política desenvolvimentista incentivada a partir do governo de Kubitschek. Dentre elas pode-se destacar o reconhecimento da importância da ciência, o desenvolvimento material, e certa propensão psicossocial ao desenvolvimentismo que permitem o rompimento da ordem tradicional e abrem possibilidades democráticas. Todavia este é apenas um lado da questão:

O afã coletivo pelo “desenvolvimento” não contribuirá, por si mesmo, para alterar o padrão e o ritmo da mudança social nos países latino americanos.

Para se obter um efeito tão radical, é preciso auxiliar os homens a identificarem e a combaterem as condições e os fatores sociais mais profundos, que regulam em níveis muito baixos sua capacidade de atuação coletiva inovadora e impedem o recurso a técnicas sociais conhecidas de manipulação das forças que operam na porção organizada do ambiente (FERNANDES, 1976, p.238).

O outro lado denota a limitação dessa tendência que tem como alvo diretamente o papel do Estado num contexto de mudança social. Levando a questão para seu fundamento teórico, pode-se dizer que as funções que Florestan Fernandes atribui ao governo, no que se referem às medidas fundamentais para a reconstrução social, também se remetem às formulações mannheimianas a esse respeito. É relevante, então, destacá-las.

Mannheim defende um governo baseado na representação popular, ou seja, na organização da vontade coletiva através de uma sociedade planificada. Sumariamente, esse tipo de governo teria a capacidade: a) de integrar as exigências dos grupos; b) de despertar a responsabilidade cívica; c) de garantir o controle dos governantes pelos governados; d) de proporcionar uma atitude experimental; e) de utilizar construtivamente a oposição e a crítica; e, finalmente; f) de estimular a tomada de decisões. O processo político consiste, assim, na realização de eleições gerais nas quais os partidos políticos devem representar um poder moderador capaz de instrumentalizar os interesses políticos gerais.

Nesta perspectiva mais ampla, o processo político, em sua totalidade, aparece como catalisador de impulsos brutos e sua função consiste em transformar as indicações políticas gerais, o 'mandato' do povo, em política aplicável (MANNHEIM 1972, p.210).

Evidentemente, esse não é o caso das políticas desenvolvimentistas promovidas desde a década de 50. Segundo Florestan Fernandes, trata-se da criação de um “mito”, de uma “ilusão de progresso” utilizada em sentido compensatório à incapacidade democrática do governo.

A obsessão pelo- “progresso econômico” pôs em segundo plano, na consciência social brasileira, a importância da ordem política como fator de ordenação e reintegração das atividades humanas e do comportamento coletivo (FERNANDES, 1976, p.252).

O que há de mais importante nesta formulação corresponde ao sentido de “alienação” que comporta, uma vez que pressupõe a denúncia do interesse das classes dominantes:

Ora, o apego a essa atitude de alienação tende a colocar-nos diante dos riscos de um colapso. O “desenvolvimento” não pode ser avaliado e desejado como um bem em si e para si mesmo. Ou “aspiramos alguma coisa socialmente”, a ser atingida através da mudança social; ou a própria mudança social carece de sentido no plano da reintegração do sistema societário global, interessando somente às minorias de privilegiados, em condições de “comercializar” os proventos das transformações econômicas, sociais e culturais (FERNANDES, 1976, p.219).

Capítulo III

A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA

O rigor de Florestan Fernandes se expressa na constante presença de uma explanação dos critérios metodológicos da problemática abordada. Este é também o caso do livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* de 1968 no qual as contribuições dos modelos de interpretação sociológica de Durkheim, Weber e Marx são apresentadas na primeira parte do livro na medida em que dão conta da configuração da sociedade de classes no mundo subdesenvolvido. O quadro da dependência é, assim, traçado de acordo com o alcance das metodologias podendo ser identificado em diferentes níveis de manifestação. Trata-se da discussão em diferentes perspectivas da maneira pela qual as forças conservadoras influem no processo de mudança social constituindo um “dilema social”.

A utilização de uma metodologia específica para cada objetivo de análise justifica o teor de complementariedade que Florestan Fernandes procura lhes atribuir. Este projeto é concretizado através da disposição dos textos no corpo do livro. Sendo a primeira parte, “O estudo sociológico do subdesenvolvimento econômico”, uma problematização sociológica da questão das classes sociais nos países economicamente dependentes, a segunda, “Alguns dilemas da ‘revolução burguesa’ no Brasil”, é composta por textos interpretativos de tal problemática. Dessa forma, o objetivo deste capítulo consiste em demonstrar como o autor

executa metodologicamente as interpretações dos diferentes temas tratados no livro. Para isso, são também utilizadas referências aos textos *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* de 1967 e *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* de 1960. Finalmente, é importante destacar que os textos são incorporados no decorrer da argumentação considerando o fato de terem sido escritos num momento posterior à data em que se sucedeu o golpe militar no Brasil³⁵.

A natureza das classes sob o capitalismo dependente

Como já foi indicado, a problematização das questões referentes ao subdesenvolvimento coloca Florestan Fernandes diante das possibilidades interpretativas abertas pelos três principais métodos de interpretação na sociologia. Dentro da temática das classes sociais, estas possibilidades se apresentam com maior ou menor grau de importância de acordo com o objeto e os interesses de análise do autor. Por este motivo, um e outro foram expostos na ordem crescente de importância que o sociólogo confere aos mesmos procurando elucidar em que consiste a escolha da metodologia.

Uma vez demonstrado, nos capítulos anteriores, as contribuições do método de interpretação funcionalista, pode-se dizer, sumariamente, que objetivo exige a utilização das considerações de Durkheim. Ele se liga à interpretação comparativa que permite verificar de que maneira fenômenos, que expressam determinadas causas e funções em sociedades capitalistas “desenvolvidas”,

³⁵ Assim, são enquadrados em interesses e preocupações ligados ao contexto de ditadura militar e de sociedade de massas. As indicações com o nome do texto e o ano de apresentação são colocados em nota de rodapé ou no corpo do próprio texto.

acontecem nas sociedades “subdesenvolvidas” com essas mesmas qualidades nesta estrutura social. Como esses fenômenos são de caráter cultural – dada a importância dos valores na composição estrutural das sociedades para esta orientação metodológica – a interpretação se direciona aos fatores de desenvolvimento da Moderna Civilização Ocidental que nada mais é do que a expressão cultural da Ordem Social Capitalista.

Dessa forma, na primeira parte do livro, Florestan Fernandes põe em evidência a aplicabilidade da teoria de Durkheim na identificação e análise dos fatores morais e consensuais que operam favoravelmente, ou no sentido oposto, à implantação da Ordem Social Competitiva. São aspectos da realidade social constitutivos do capitalismo dependente que demonstram as condições de *manifestação normal* das características típicas desta ordem social. A análise das sociedades economicamente dependentes se volta às condições internas nas quais se manifestam valores tradicionais ou modernos e as implicações decorrentes³⁶.

O valor do modelo de Durkheim consiste em que ele permite observar e analisar os requisitos morais da ordem social competitiva através da “composição do meio social interno”, ou seja, em termos estrutural-funcionais e causais (FERNANDES, 1981, p.54).

O Método Compreensivo, por sua vez, permite estabelecer o *sentido da ação social* estudada através de uma construção lógica, o *tipo ideal*. Este último comporta determinado tipo de ação social que expressa um objetivo consciente do indivíduo no que se refere aos fins imediatos da própria ação e inconsciente

³⁶ Vale destacar que, para Florestan Fernandes, o fato de terem sido realizadas insuficientes pesquisas sobre as sociedades “avançadas”, a aplicabilidade do método comparativo torna-se restrita (FERNANDES, 1981, p.53).

no que diz respeito ao sentido social da ação. Assim, a dimensão empírica desta formulação consiste no levantamento das circunstâncias e motivações que ilustram um comportamento racional com relação aos fins, ou um objetivo imediato, da ação. Dá-se, aqui, a utilização de elementos empíricos para uma construção lógica, ideal, na qual são absorvidos somente os aspectos *essenciais* dos fenômenos que são, portanto, estáveis. É a partir dessa atitude que, como destaca Florestan Fernandes, se subtrai do tipo ideal seu conteúdo real tornando-o puramente uma construção abstrata.

Seria prejudicial e ilógico confundir o tipo ideal e a realidade. Pois ele só contém os caracteres empíricos essenciais dos fenômenos concretos considerados e convém legitimamente a um grupo variado de fenômenos da mesma natureza, independentemente da articulação dos mesmos a sistemas diferentes de ordenação das ações e relações sociais (FERNANDES, 1972a, p.93).

Sendo assim, é resultado da seleção de comportamentos médios, ou típicos, que se repetem com determinado sentido subjetivo e que permitem o estabelecimento de uma relação causal entre o sentido e as condições de manifestação dos fenômenos sociais.

A partir do instrumental analítico weberiano, Florestan Fernandes põe em relevo alguns elementos que considera relevantes para a interpretação das classes sociais constituídas num contexto de subdesenvolvimento. Em primeiro lugar, afirma que a concepção de “situação de classe” possibilita a interpretação de aspectos fundamentais na sociedade subdesenvolvida que se consolidam na forma: a) da concretização dos laços de heteronomia como resultado de ações com objetivos “univocamente econômicos”; b) da relação entre as sociedades autônomas e heteronômicas enquanto uma relação similar à estabelecida entre

“classes possuidoras” e “classes não possuidoras”; c) da incapacidade de as classes sociais no capitalismo dependente em superar as condições de dependência. Vale ressaltar que a definição de classes em “classes possuidoras” e “classes não possuidoras” a partir de interesses “univocamente econômicos” torna-se, para Florestan Fernandes, um recurso de grande validade na interpretação do estabelecimento da ordem social capitalista em países subdesenvolvidos uma vez que incide sobre os fatores que expressam sua especificidade. É aqui que se coloca a importância da “interpretação causal”. Ela permite a construção típica da ação das classes sociais nos países subdesenvolvidos na medida que se referem a interesses econômicos considerando a possibilidade de repetição deste tipo de ação mediante condições similares.

Acresce que as concepções de *poder* e das *formas de dominação* constituem, segundo Florestan Fernandes, um outro recurso metodológico de grande valor explicativo. Trata-se, neste caso, da interpretação de fenômenos tais como o patrimonialismo e a burocracia que, além de adquirirem forma singular numa sociedade de capitalismo dependente, são instrumentais para a compreensão das formas de organização social e política correspondentes.

O interessante, aqui, é notar a centralidade dos objetivos de Florestan Fernandes na interpretação dos fatores fundantes dos laços de heteronomia na esfera de ação dos agentes sociais. São os interesses “univocamente econômicos” que definem o comportamento dos indivíduos enquanto membros das classes dos “possuidores” ou “não possuidores” e, conseqüentemente, a configuração ambivalente da ordem social capitalista de caráter subdesenvolvido. Assim, se de um lado aquele tipo de interesses expressa uma limitação da ação plenamente

racional, de outro, ela denota certo grau de mudança no comportamento dos agentes sociais que se reflete em outras esferas da sociedade. Este segundo aspecto é muito importante, pois, se para Florestan Fernandes a definição weberiana de *essencial* como algo que se repete constitui uma limitação na análise dos processos *in flux*, a metodologia permite apreender o sentido em que a “autonomização” dos “interesses univocamente econômicos” são absorvidos nas diferentes manifestações sociais:

Como se vê, o importante em tal esquema interpretativo vem a ser o significado dinâmico atribuído ao elemento político. Sem ignorar as conexões econômicas, seu desenvolvimento e efeitos, ela relaciona a superação de um destino social “negativo” (por suas implicações residualmente coloniais e nacionais) com disposições e ações fundamentalmente políticas, suscetíveis de mudar estruturas de poder nas relações entre sociedades globais (FERNANDES, 1981, p.42, grifo do próprio autor).

Não obstante, para Florestan Fernandes, Marx é o autor que oferece maior possibilidade de compreensão das classes sociais nos países economicamente dependentes. Isso porque em sua obra se encontra um aspecto fundamental para a análise da especificidade do subdesenvolvimento: a dimensão histórica. Neste caso, o procedimento empírico aparece como uma necessidade à interpretação *concreta* dos fenômenos considerados. O *essencial* é tomado a partir das manifestações históricas que distinguem a especificidade do caso geral, apesar das categorias serem retiradas deste último. Tais categorias nada mais são do que características típicas de determinado tipo de sociedade considerado um “tipo extremo”. Conseqüentemente, numa pesquisa que se pretende apreender o processo de alteração da ordem social, este tipo de orientação metodológica, nas palavras de Florestan Fernandes, significa a possibilidade de interpretação do

como e do *porquê* desta alteração. Neste sentido, os resultados são obtidos através da interpretação das leis gerais em sua concretização histórica, tendo validade apenas no contexto delimitado. Por este motivo, a explicação se refere ao que é histórico.

Por seu caráter mesmo, é claro que as generalizações (obtidas pela abstração do essencial na interpretação do que é variável) valem, empiricamente, para o sistema social que realiza o tipo extremo. Mas, como são generalizações relativas a caracteres essenciais de fenômenos variáveis, retidos em termos de desenvolvimentos em processo, se aplicam aos demais sistemas que possam tender para o padrão inerente ao tipo extremo, encarnado pelo sistema social investigado. Daí o fundamento de sua validade geral e dupla possibilidade de verificação estabelecidas indutivamente (pelo alcance comprovado empiricamente, das previsões; ou pela ação prática) (FERNANDES, 1972a, p.134-135).

Dessa forma o que se apresenta como típico para a interpretação das sociedades subdesenvolvidas corresponde às características estruturais da sociedade capitalista expressas nas relações de produção. De outro lado, a identificação das variantes se deve à análise das condições de formação histórica da estrutura com características típicas. É por isso que a utilização do método para interpretação do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade de classes no mundo subdesenvolvido precisa passar por processos que lhes são peculiares, tais como: a acumulação capitalista; a mercantilização do trabalho e a expansão das forças de produção. Os resultados a que chega Florestan Fernandes, no tocante ao primeiro aspecto, indicam a incapacidade da *acumulação originária* no Brasil em superar as antigas estruturas econômicas e sociais, logo, em gerar um “padrão de desenvolvimento econômico” autônomo e dinâmico. O que se percebe é uma modernização sendo gerenciada pelo mercado mundial adquirindo, em

função disto, um caráter dependente e subordinado. Em consequência da manutenção daquelas estruturas um outro fator fundamental à consolidação das forças dinâmicas do capitalismo se viu ameaçado: a universalização do trabalho enquanto mercadoria. Nesse caso, a análise evidencia que, de acordo com a segunda questão, não se dá uma consolidação eficiente (nos termos de suas potencialidades dinâmicas) de mercado consumidor, de organização dos trabalhadores e, por isso, de possibilidades de uma distribuição de renda mais equilibrada. Finalmente, em se tratando do terceiro aspecto, o importante é destacar que as “condições estruturais e dinâmicas” de desenvolvimento das forças produtivas definem contradições características do capitalismo dependente. Assim, são responsáveis pela capacidade ociosa das indústrias, pelo restrito poder de compra e pela alta especulação que inviabilizam o desenvolvimento das formas típicas de organização das forças produtivas.

Sobre tais questões se coloca claramente a aplicação do método proposto. Esta aplicação consiste no fato de que tais interpretações não procuraram definir as limitações do processo de formação do capitalismo e da sociedade de classes em países atrasados enquanto distorções referentes ao caso típico. Muito pelo contrário. Objetivam, ainda, a formulação das condições que evidenciam uma lógica própria de estabelecimento do processo nesses países, já que compõem o quadro do *capitalismo dependente*. E, mais do que isso, expressam o que o autor define no momento como tendências de desenvolvimento:

No fundo tais contradições possuem uma “lógica interna”, que é própria do capitalismo subdesenvolvido e dependente. Elas põem em jogo o vazio das formas de organização da produção capitalista e ameaçam sua incapacidade de gerar, por si sós, expansão acelerada das forças produtivas e abundância para todos. Por esse motivo, são contradições que se equacionam e tendem a

resolver-se no plano de sua negação, que é do capitalismo avançado. Só em última instância elas se encaminham ou se encaminharão para a negação de sua negação, através do socialismo (FERNANDES, 1981, p.51).

Os laços de dependência

Essa discussão metodológica está direcionada ao objeto chave da análise de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente: as determinações do mercado mundial na constituição da lógica do subdesenvolvimento. Esse tipo de conclusão é fundamental para a delimitação da idéia de mudança social. Isso evidencia que, dadas as condições de capitalismo dependente, a superação dos bloqueios ao desenvolvimento da Ordem Social Capitalista passa necessariamente pela negação desta mesma ordem no que ela se refere às funções que os países de capitalismo dependente desempenham em esfera mundial. Significa o rompimento dos laços de dependência alimentados pelos interesses dos países hegemônicos. Mas, principalmente, exige a ruptura definitiva com a acomodação das classes dominantes das sociedades heteronômicas na manutenção deste quadro. É a partir dessa definição que se justifica o interesse do autor pela análise do desenvolvimento e da condição das classes sociais nesses países. Isso quer dizer a interpretação das condições e potencialidades que apresentam no contexto de consolidação da sociedade de massas na década de 60. Por esse motivo, cada um dos três métodos demonstra objetivos específicos dentro dessa perspectiva comum.

Como já foi dito, as classes sociais formadas a partir do capitalismo dependente³⁷ respondem às condições de dependência que são constitutivas de seu sistema econômico. O grau de racionalidade que permeia a ação econômica capitalista não encontra, nestas condições, abertura para consolidar sua potencialidade dinâmica (WEBER, 1996). Isso porque, a ação econômica é condicionada pelos laços de heteronomia a partir dos quais a classe dos “possuidores de bens” canaliza suas aspirações à manutenção de seu patrimônio e, portanto, de sua “situação de classe”. A utilização dos recursos weberianos na definição da ação econômica destas classes em “interesses univocamente econômicos” mostra uma questão importante na compreensão dos fundamentos do subdesenvolvimento. É que os resultados das ações de interesses estritamente econômicos das classes dominantes engendram uma situação em que as possibilidades de autonomização são solapadas pela base. Elas não são catalisadoras do estabelecimento pleno das relações capitalistas de produção capitalistas.

Não por outro motivo, a questão agrária se apresenta como uma discussão importante na atribuição de um sentido histórico específico à sociedade brasileira. O grau de integração alcançado pelo capitalismo no Brasil ainda não foi capaz de estabelecer, também e principalmente, no campo, os moldes capitalistas de produção e de relação social. Nesse sentido, Florestan Fernandes procura demonstrar como o setor agrário da economia sofre mais fortemente as implicações de uma economia dependente. Dessa forma, os diferentes níveis de interpretação se colocam justamente no caráter da implantação da ordem social

³⁷ Segundo Florestan Fernandes a interpretação incide sobre os casos em que se observa características mais acentuadas de transição para o capitalismo avançado, como o Brasil e o México (FERNANDES, 1981, p.61).

capitalista nos países subdesenvolvidos, ou seja, incidem sobre a formação, a manutenção e as possibilidades de rompimento com os laços de dependência caudatários da ordem social anterior.

Esse setor se insere na ordem capitalista brasileira estabelecendo com os centros urbanos mais avançados uma relação de dependência interna. Essa relação é pautada, de um lado, pela impossibilidade de investimento do excedente econômico do setor e, portanto, de estabelecimento das formas de acumulação capitalista resultante de ações com “interesses univocamente econômicos”. De outro, por ser esta situação conveniente ao capitalismo dependente de três maneiras distintas. Em primeiro lugar, pode-se destacar o fato de que, ao mesmo tempo em que inviabiliza a autonomização do setor agrário, os “interesses univocamente econômicos” permitem a aplicação do excedente nas cidades. Dessa forma, diante das dificuldades em aplicar os recursos no próprio setor ele o realiza nos centros urbanos onde desempenha o papel de “homem de negócios”. Isso corresponde à formação da ação capitalista na qual se realiza a poupança com objetivos econômicos. Segundo Florestan Fernandes, essa é uma influência importante do setor para a formação e estruturação dos centros urbanos que é também realizada pelos trabalhadores pobres que conseguiam comercializar o excedente da produção doméstica. Trata-se, aqui, da definição do sentido da ação destes setores, conforme aplicação da metodologia weberiana.

Nos dois exemplos, o que cumpre levar em conta é o aparecimento de uma conexão específica, que convertia o entesouramento ou a poupança em elemento de acumulação capitalista. A base material dessa conexão repousava nas probabilidades que os mencionados agentes econômicos tinham de participar do excedente econômico apropriado diretamente na

economia agrária; sua base psicossocial procedia das oportunidades abertas pelo crescimento econômico graças à reorganização do mercado interno e a expansão da economia urbano-comercial (e, em algumas circunstâncias, urbano-industrial) (FERNANDES, 1981, p. 203-204).

A importância da situação de dependência do setor agrário da economia para a sociedade de classes no Brasil se configura, em segundo lugar, na utilização de recursos materiais provenientes do campo para o desenvolvimento econômico das cidades. O que se verifica, nesse caso, é a forma pré ou timidamente capitalista de produção no campo alimentando a estrutura do capitalismo nos centros urbanos. Em último lugar, isso resulta numa contribuição para formas de concentração de renda que garantem a manutenção da lógica da ordem social capitalista em países economicamente dependentes.

Portanto, a dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais. Esses setores, no caso brasileiro, atingem por vezes de cinquenta a setenta por cento ou mais das populações rurais, formando maiorias que continuam destituídas sob o regime capitalista, que não lhes oferece condições econômicas, socioculturais, psicológicas e políticas de uma classe social. Constituem o vaso contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos e indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso” (FERNANDES, 1981, p.206).

Além da importância de interpretar os setores arcaicos, o interesse pelas raízes coloniais de nosso sistema econômico leva Florestan Fernandes à compreender a sujeição dos setores urbanos às expectativas do capital externo.

Ela nasce das relações comerciais através das quais o setor agrário da economia transfere, também para a economia urbana, o mesmo papel na ordem social capitalista em esfera mundial. No texto “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil”, de 1966, o autor afirma:

...a sobrevivência dessa quase especialização econômica contribui para manter o estado de heteronomia ou de dependência sócio-econômica em relação ao exterior, numa área sobremaneira desvantajosa do mercado internacional e que torna a economia brasileira tão vulnerável. Aqui convém lembrar não só o que ocorre em virtude da persistente deteriorização dos termos de troca, como a constante perda do terreno conquistado nessa delicada esfera dos “centros de decisão econômica” (FERNANDES, 1981, p.138-139).

Esse dado evidencia a dificuldade de superação dos laços de dependência que é indispensável para o desenvolvimento econômico capitalista nos moldes dos casos típicos. Ele é crucial, pois coloca uma outra dimensão à definição de “desenvolvimento” disseminada no momento. Ela é fruto do “espírito” de desenvolvimento gerado no processo de urbanização e industrialização brasileiro, a partir do qual o processo é tomado como um passo inevitável ao desenvolvimento econômico. Seguindo as orientações de Durkheim, isso corresponde a um tipo de consenso no qual são reconhecidos valores e “interesses comuns” em prol do desenvolvimento. Mas, é através de Marx que a questão se apresenta enquanto uma ideologia das classes dominantes cujo interesse consiste na manutenção do estilo característico do capitalismo e do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. É aqui que se insere a interpretação do papel histórico das classes sociais nas condições de capitalismo dependente. Diz Florestan Fernandes:

...em vez de concorrer para o aparecimento de uma economia capitalista auto-suficiente, essa ordem econômica induz a monopolização do crescimento pelo setor moderno e aumenta constantemente a distância existente entre ele e o setor arcaico. Assim, ela organiza a transferência do excedente econômico deste setor para a esfera urbana da economia, como meio para promover o financiamento da industrialização e expandir as tendências de consumo em massa, que infundem ao setor moderno as aparências do “capitalismo avançado” (FERNANDES, 1981, p.69).

Desenvolvimento X dependência

Como se pode observar, o sentido do “desenvolvimento” que Florestan Fernandes defende está intimamente associado à ruptura com a condição de dependência. Desta forma, ela se refere tanto ao crescimento econômico autônomo quanto às forças sócio, político e culturais dele decorrentes. Evidentemente, não é esse o quadro que identifica nas sociedades de capitalismo dependente. Tampouco é esse o sentido que nelas se atribui ao desenvolvimento: este é limitado pelas possibilidades abertas pelo capitalismo dependente, logo, é subjugado pela lógica do mercado mundial. Justifica-se, desta forma, a insistência de Florestan Fernandes sobre o tema: a elucidação deste fator questiona diretamente as teorias “desenvolvimentistas” e as políticas econômicas implantadas no momento que influem na justificativa e manutenção do desenvolvimento dependente.

Assim, através do texto “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil”, argumenta que, apesar da identificação do desenvolvimento de um “complexo econômico industrial” e de certo grau de integração nacional da economia, as bases econômicas implantadas a partir dos anos 30 determinam

dimensão insuficiente do crescimento econômico para mudanças radicais. A conclusão a que chega Florestan Fernandes é a de que as características deste momento correspondem: à manutenção da influência econômica agrária; ao caráter circunstancial e restrito da substituição de importações e à concentração desta última nas áreas em que o processo de industrialização se processa. Os resultados da interpretação desembocam em contradições típicas que ultrapassam a esfera econômica e constituem, segundo o autor, um “ciclo vicioso quase perfeito”. A importância que o autor reconhece na utilização de diferentes métodos de interpretação para a definição do capitalismo dependente se refere, deste modo, à capacidade de apreender de maneira ampla os fatores que influenciam nesta configuração.

As condições extra-econômicas constroem, debilitam ou deformam de várias maneiras os fluxos especificamente econômicos da produção e da circulação da riqueza. Por sua vez, o padrão de crescimento econômico, resultante dessa interação entre a economia, a sociedade e a cultura, não fornece à ordem social o substrato e os dinamismos econômicos necessários à absorção, à eliminação ou à superação de suas inconsistências e desequilíbrios puramente socioculturais (FERNANDES, 1981, p.143).

O título do quarto capítulo, “O Desenvolvimento como Problema Nacional” já demonstra como os alvos do autor passam pelo diálogo com as vertentes desenvolvimentistas³⁸. A crítica se insere na discussão sobre a natureza do processo de desenvolvimento brasileiro frente às sociedades de capitalismo avançado. Por este motivo se volta à necessidade de inverter a argumentação ideológica que invade a esfera do senso comum.

³⁸ Neste caso, embora não haja referências diretas, elas aparecem na discussão dos termos assinalados pelo autor sobre o desenvolvimento enquanto “problema nacional”, “problemas de crescimento”, “problema cultural” e “problema político”. Para Florestan Fernandes, a contribuição da Sociologia é fundamental para o estabelecimento de um outro sentido ao termo.

...deveríamos sair desse círculo vicioso tentando compreender objetivamente por que um país colonial se converte numa nação dependente. Essa seria a primeira condição seja para superarmos a mistificação inerente à imagem “oficial” do Brasil, seja para atingirmos, como povo e como nação, a sonhada posição de independência e de grande potência. Ela não é impossível. Impraticável seria logrã-la deformando a percepção da realidade e adulterando o uso da razão (FERNANDES, 1981, p.167, grifos do próprio autor).

Com este intuito, Florestan Fernandes afirma que os dois ciclos revolucionários brasileiros corresponderam a mudanças estruturais na sociedade e na economia, mas que não envolveram dinamicamente movimentos sociais que expressassem a consciência das elites, tanto tradicionais como emergentes³⁹. Isso significa que é através das categorias de “situação de classe” (Weber) e de “interesse de classe” (Marx) que o autor estabelece o papel que as classes dominantes desempenham na moldura da ordem social capitalista no mundo subdesenvolvido. No que se refere à primeira categoria, afirma que ela exprime a posição do grupo em relação ao mercado e, portanto, define um critério de homogeneidade do grupo, principalmente no que se refere aos “interesses univocamente econômicos”.

Na segunda categoria, por sua vez, a interpretação deve passar pela utilização dos conceitos de “consciência de classe” e de “atuação de classe” no que eles representam, ou deveriam representar, em relação à estrutura capitalista dos países economicamente dependentes. Em outras palavras, trata-se, aqui da interpretação do grau de consciência das classes sociais⁴⁰ em relação

³⁹ Segundo Florestan Fernandes, apenas nos últimos momentos de crise, tais elites se voltaram aos fatos procurando defender sua posição no poder de forma mais ou menos consciente.

⁴⁰ Sobre a composição heterogênea interna dos “possuidores” e “não possuidores de bens” consultar: FERNANDES, 1972a, p.71-72.

a seu “destino histórico” e, conseqüentemente, da realização ou não do mesmo, que dependem da homogeneidade de interesses e valores nesse sentido⁴¹.

Com isso, a incapacidade das classes altas em reverter o quadro de heteronomia em consciência de seu papel histórico torna-as “vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político”. Isso se dá em detrimento dos interesses de autonomia nacional (característicos da burguesia no caso clássico definido por Marx) que são subordinados dando vazão a interesses econômicos. Conforme a argumentação do autor, as classes médias e baixas também não conseguem se organizar em defesa de sua participação política e econômica. As primeiras por que se identificam com interesses de intensificação da modernização e de conservação dos laços de dependência, ou seja, porque assimilam a ideologia das classes dominantes. Já a análise da condição das classes baixas parte, por sua vez, de suas diferentes configurações, a saber, a classe baixa urbana, a classe dependente urbana e o campesinato. A partir delas o autor define diversos graus em que a organização da sociedade heteronômica reforça a posição destas classes (FERNANDES, 1981, p.72-73).

Trata-se, em todos os casos, de limitações no desenvolvimento “normal” do regime de classes sociais. Este teria como pressuposto condições minimamente democráticas de atuação no mercado. Mas, estas não compõem a base dos valores comuns das classes dominantes que colhem da árvore da dependência os frutos de seus interesses econômicos.

⁴¹ “A atividade das classes depende das suas necessidades e dos ideais, que por sua vez são determinados socialmente. Os indivíduos tendem a se conformar aos interesses e aos valores sociais de suas classes, agindo e pensando de acordo com esses interesses e valores. Sentimentos, atitudes, ideais, etc., só são compreensíveis e explicáveis quando encarados em termos do seu contexto ideológico” (FERNANDES, 1960, p.316).

As classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida. (FERNANDES, 1981, p.81)

As características correspondentes à forma típica de capitalismo dependente compõem o quadro paradoxal no qual a aceleração do capitalismo significa a ampliação dos moldes da dependência. Isto é fundamental, pois, ao mesmo tempo que se contrapõe às correntes desenvolvimentistas procurando evidenciar seu teor ideológico, define o momento histórico como uma época crucial de tomada de decisões rumo ao exacerbamento da heteronomia ou à concretização da revolução burguesa. Em outras palavras, isso corresponde a fazer valer os interesses particularistas das elites ou os interesse nacionais. Para este último, entretanto, coloca-se a necessidade de canalização política dos interesses de todas as classes.

A “revolução burguesa” e o capitalismo só conduzem a uma verdadeira independência econômica social e cultural quando, atrás da industrialização e do crescimento econômico, exista uma vontade nacional que se afirme coletivamente por meios políticos, e tome por seu objetivo supremo a construção de uma sociedade nacional autônoma (FERNANDES, 1981, p.172).

Conforme a argumentação do autor, as transformações exigidas pelo momento passam pela vontade coletiva da nação em realizá-las. Mas para isso, a democratização social e política são fundamentais.

A destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde essa condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num “querer coletivo” para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob esse aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela – e somente ela – pode dar origem e lastro a um “querer coletivo” fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do “destino nacional” que possam ser aceitas e defendidas por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos (FERNANDES, 1981, p.175).

Assim, uma outra dimensão constitui a interpretação sobre o “desenvolvimento”. Para Florestan Fernandes, ela corresponde a um rompimento com o pensamento conservador que se baseia na paridade entre crescimento econômico e estabilidade política⁴². A desconstrução deste argumento começa com a idéia de que o tipo de política institucionalizado por esta forma de pensamento gera tensões nessa esfera. Dessa maneira, o sociólogo destaca a instabilidade política como fruto da ausência de patamares democráticos de canalização dos interesses sociais e de atuação política em esfera institucional.

Ampliando a discussão sobre o modo pelo qual a situação atual engendra a própria contradição das ideologias dominantes, Florestan Fernandes procura

⁴² texto: “Crescimento Econômico e Instabilidade Política” 1966 (FERNANDES, 1981).

evidenciar como crescimento o econômico pode influenciar estrutural e dinamicamente na instabilidade política. Isso ocorre na medida em que o crescimento econômico torna-se fator fundamental para romper com as estruturas arcaicas e consolidar outras novas, como no caso do estabelecimento da ordem social capitalista. Disto resulta determinada situação social a partir da qual se fomenta os interesses dos grupos sociais em participar do processo que, com o passar do tempo, gera atitudes políticas. Esse é o caso, como mostra o autor, da passagem da “política desenvolvimentista” de Kubitschek para as propostas de reforma de base.

Essa diferença de polarizações políticas em face dos interesses representados pelo crescimento econômico aumentou até ao clímax a instabilidade política. Ela está, mesmo, na própria raiz das ocorrências trágicas que assinalaram a duração efêmera e o destino sinistro dos últimos Governos ou o banimento dos líderes políticos, sindicais e intelectuais mais expressivos do país (FERNANDES, 1981, p.150).

Torna-se evidente, por isso, a relevância da questão da instabilidade política para o momento. Em primeiro lugar, porque coloca o sentido ideológico das proposições que associam o crescimento econômico à estabilidade política. Elas nada mais são do que uma tentativa de compensação frente ao estabelecimento de medidas antidemocráticas da ditadura militar recém instaurada. O artifício do crescimento econômico se vincula aos interesses das classes dominantes que se caracterizam pela manutenção de uma posição social, garantida pela ordem vigente, e de um poder político estabelecido segundo os critérios da ordem anterior. Em vista disto, a análise da instabilidade política passa pelas suas duas dimensões. Se de um lado tal instabilidade alicerça a manutenção de mecanismos arcaicos de manutenção de poder através de

regimes autoritários, de outro, ela evidencia a necessidade de responder às exigências dos outros grupos sociais. Em segundo lugar, provoca a abertura a algumas “concessões” inevitáveis para a própria manutenção da situação que, vistas de outro ponto de vista, podem significar alguns avanços ao próprio crescimento econômico e às suas potencialidades inerentes. Por outro lado, como tais potencialidades não são automáticas, elas dependem das mudanças em outras esferas que merecem atenção específica de análise: a esfera sociocultural. Isso porque nela são mantidos valores e interesses tradicionais que embasam as “soluções” políticas instituídas.

Nesse sentido, o tipo de inserção da economia agrária no capitalismo dependente representa um outro componente estrutural de solapamento das possibilidades de democratização social e política. Ele é mais evidente nos setores agrários, pois, enquanto nos centros urbanos é mascarado pelas ideologias que associam a “segurança nacional” ao “desenvolvimento”, no campo, a violência é a marca do controle. A questão agrária está, desse modo, condizente com o funcionamento “normal” do capitalismo dependente e a sua intrínseca manutenção de formas arcaicas de concentração de renda e de poder. A superação das contradições inerentes somente pode emergir mediante alteração da situação de heteronomia.

As economias agrárias se defrontam com um círculo vicioso, do qual só poderão sair superando esse dilema: ou mediante soluções capitalistas, através da absorção do padrão de desenvolvimento imperante no pólo urbano-industrial (alternativa de “revolução dentro da ordem”) ou mediante soluções socialistas, absorvendo um novo padrão de desenvolvimento capaz de quebrar o impasse levantado pelas funções desempenhadas pela desigualdade sócio-econômica na perpetuação do status quo (alternativa da “revolução contra a ordem”). Essas duas vias se opõem frontalmente entre si,

de uma forma bem conhecida. Em um sentido pleno, só a segunda é propriamente revolucionária, já que a primeira acarretaria, no plano da sociedade nacional, a consolidação e a universalização da ordem sócio-econômica existente. Não obstante, mesmo ela exige a “revolução agrícola”, como ponto de partida; e pressupõe a ruptura, não só com a dependência dentro da dependência, mas com próprio capitalismo dependente (FERNANDES, 1981, p.211).

Em contraposição a isso, para Florestan Fernandes, o aproveitamento construtivo do crescimento econômico depende, por esse motivo, de sua canalização aos interesses da sociedade como um todo. Diante deste quadro e contrariando as formulações conservantistas, instabilidade política e crescimento econômico constituem fatores edificantes para um outro sentido da mudança social.

No mesmo contexto em que o crescimento econômico contribui indiretamente para acelerar e agravar a instabilidade política, também contribui para modificar a qualidade da consciência da situação social e para desencadear atitudes, avaliações e comportamentos mais racionais diante da mudança social. No caso brasileiro, essas duas tendências se associam claramente, permitindo prever que a superação do impasse existente é uma questão de tempo (FERNANDES, 1981, 151).

Desse modo, a preocupação com a interpretação das relações entre economia e política se justifica, segundo a argumentação do próprio autor, pelo papel que desempenham no momento de mudança social que se processa nos anos 60. Dessa forma, dada a incapacidade da economia em engendrar seus aspectos construtivos⁴³, a política se apresenta como fator de propulsão dessas mudanças. A abertura à organização dos interesses sociais demonstram certo

⁴³ Trata-se, desta forma do rompimento com as interpretações economicistas cujo argumento garante que a partir do desenvolvimento desta esfera se pode consolidar a “justiça social”.

grau de ruptura com os valores arcaicos configurando na instabilidade política uma alternativa de rompimento efetivo. Ela representa um caminho no qual Florestan Fernandes passa a apostar.

A aceleração da instabilidade política, em vez de infirmar, representa a melhor contraproposta dessa observação. Pode-se prever, pois, o advento de uma era na qual a “política” terá, como fator de mudança (e presumivelmente de “mudança provocada” e orientada), uma importância análoga à que já teve, no passado, como fator de estabilidade. Em tais condições, ela ganhará forças para fomentar o aparecimento e a universalização de uma nova mentalidade, de um novo estilo de ação e de novas aspirações sociais, que irão conferir ao homem comum brasileiro maior capacidade de previsão e de controle em suas relações com a organização ou com o desenvolvimento da “economia” (FERNANDES, 1981, p.160).

Em “O Desenvolvimento como Problema Nacional” (1967), Florestan Fernandes deixa claro quais os requisitos necessários à tomada dessa direção. Ao considerar como padrão a “civilização industrial”, define que, nas sociedades que tendem para esse padrão, a mudança social consiste em um mecanismo de manutenção do equilíbrio social que lhe é inerente. Conforme tal definição, “conflito” e “planejamento” apresentam-se como mecanismos de mudança estrutural que são parte da ordem social capitalista. A possibilidade de utilização de um ou de outro mecanismo depende da maneira pela qual estão estabelecidas as relações entre as classes sociais. Em outras palavras, depende das elites atenderem aos interesses particularistas ou responderem à sociedade como um todo. Cabe aqui, então, uma pergunta fundamental: qual é a condição das classes sociais brasileiras frente a tais possibilidades?

Os resultados a que chega o autor demonstram que a formação da sociedade de classes no Brasil não permite o estabelecimento de formas

democráticas de participação social inerentes à ordem social capitalista. O que se verifica é o estabelecimento da ordem social competitiva baseada na desigualdade, tanto social, quanto política. Concentração de renda e mandonismo são as formas que expressam os interesses das classes altas na manutenção de sua condição⁴⁴. Por esse motivo, o planejamento somente pode ser estabelecido como resultado dos efeitos “construtivos” do conflito uma vez que será através deles que as classes poderão participar ativamente da defesa de seus interesses e da organização da sociedade. A crítica aos setores conservantistas se insere dentro desta lógica: ela procura descortinar o modo pelo qual esses setores desviam a sociedade das vias para o planejamento democrático.

...a mudança social, que deveria ser a pedra de toque e o fator de equilíbrio dinâmico da civilização vigente, é substituída pelo afã de estabilidade social a todo custo ou por seu sucedâneo, a mudança social comprimida ou deturpada politicamente por interesses particulares. Sob esse aspecto, pois, as elites das sociedades subdesenvolvidas cumprem suas funções históricas invertendo os seus papéis. Em vez de pugnar pela autonomia crescente de suas sociedades nacionais, agindo como inventores e principais responsáveis de uma especialização que converte aquelas sociedades em consumidoras retardatárias e frustradas do progresso sociocultural alheio (FERNANDES, 1981, p.166).

A “Revolução Burguesa” no Brasil: limitações e alternativas

A partir da discussão acima, pode-se justificar a concentração dos interesses de Florestan Fernandes no comportamento das classes sociais. Estas

⁴⁴ texto: “A Dinâmica Sociocultural no Brasil” de 1965 (FERNANDES, 1981).

condizem com a determinação das alternativas viáveis de Mudança Social para o momento que passam, necessariamente, pelos efeitos dinâmicos da revolução burguesa em todas as esferas da vida social.

Preocupando-se com a interpretação dos fenômenos *in flux*⁴⁵ Florestan Fernandes demonstra que os comportamentos sociais, instituídos com a mudança social, não são calculados racionalmente como se poderia esperar em uma ordem social competitiva. Constata-se, aqui, a presença de ações tradicionais, ou irracionais, contraditórias ao grau de racionalidade inerente a esta ordem. Dessa forma, os agentes econômicos das sociedades deste tipo sofrem as influências da instabilidade econômica resultante da forma típica de desenvolvimento capitalista. A lógica de pensamento do agente econômico se constitui a partir da lógica do sistema em que se insere. Trata-se de um fator de suma importância no tocante às inviabilidades de constituição de um capitalismo autônomo uma vez que a “adaptação” do cálculo capitalista, ou a utilização do mesmo em setores restritos da economia, não contribui para a expansão e controle das forças produtivas. Reflexos disto se apresentam também no plano social e político que definem o tipo de consciência e de atuação de classe da burguesia. No que se refere à atuação de classe, Florestan Fernandes destaca que, consideradas as restrições de atuação plenamente capitalista, as bases em que as classes altas sustentam sua posição escapam à lógica capitalista. Elas se constituem na articulação entre os setores arcaicos e modernos da economia; na marginalização das classes baixas quanto à participação no mercado; e, no definimento do destino histórico-social da burguesia no plano nacional.

⁴⁵ texto: “A Dinâmica Sociocultural no Brasil” de 1965 (FERNANDES, 1981).

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura e o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado “egoísmo de classe” se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfere em política sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito (FERNANDES, 1981, p.89).

Procurando analisar a constituição da ordem social capitalista, Florestan Fernandes elenca três agentes fundamentais na primeira fase da “revolução burguesa”⁴⁶: o fazendeiro, o imigrante e o capital financeiro internacional. Nos dois primeiros casos, eles se relacionam com as possibilidades de ação racional nas cidades que permite o desempenho de papéis fundamentais à ordem social capitalista, ao mesmo tempo que contribuem para a preservação de valores e comportamentos tradicionais em setores urbanos.

Em virtude da estrutura da grande empresa agrícola, ela produzia grandes lucros, mas possuía pouca capacidade para reabsorver o capital excedente. Aos poucos, um número cada vez maior de fazendeiros envolveu-se em outros ramos ocasionais ou permanentes de atividades econômicas. No começo, isso se deu ao velho estilo: os fazendeiros associavam-se aos aspectos financeiros dos “negócios do café”, participando deles na qualidade de especuladores, se sócios comanditários etc.; depois, esses fazendeiros se engolfaram na teia de oportunidades econômicas abertas pela urbanização e pelas tendências de especialização econômica inter-regional: de “capitalistas” (emprestadores de dinheiro a juros, sob diversas formas), converteram-se rapidamente em financiadores dos empreendimentos mais prósperos (casas comerciais, agências bancárias, rede de transportes, exploração de energia elétrica,

⁴⁶ texto: “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil” de 1966.

especulações imobiliárias etc.) e em empresários em outros setores econômicos (principalmente no campo do “grande comércio” e na esfera bancária, mas também na área da indústria) (FERNANDES, 1981, p.136, grifo do próprio autor).

O imigrante, por sua vez, atuou segundo linhas relativamente distintas, de acordo com as perspectivas de especialização que se abriram nas áreas de imigração (...). Como constante, porém, deve-se considerar disposições universais para a acumulação capitalista e as técnicas adaptativas para lograr esse objetivo: o uso da cooperação familiar, a poupança sistemática, o domínio e a exploração sagaz de técnicas econômicas e sociais mal conhecidas ou ignoradas no meio tradicionalista brasileiro, a predisposição para romper o bloqueio do horizonte cultural tradicionalista; e, ainda, as possibilidades de aproveitamento dos êxitos obtidos graças à combinação, em espiral, da mobilidade ocupacional e espacial do enriquecimento e da ascensão social (FERNANDES, 1981, p.136-137).

O último agente, o capital financeiro internacional, tem papel importante enquanto catalisador das transformações à medida que faz parte da configuração interna das relações econômicas contribuindo para o alargamento das formas econômicas capitalistas.

O próprio processo de absorção de instituições econômica inexistentes (especialmente na esfera do capital financeiro, mas também na de serviços) se inaugura sob a égide e a participação direta dos agentes ou representantes desse capital. (FERNANDES, 1981, p.137)

A definição do papel desses agentes na primeira fase da “revolução burguesa” no Brasil (1975-1930), para o sociólogo, é de suma importância na compreensão dos moldes do ciclo de industrialização posterior. Através dessa análise se podem caracterizar as conseqüências do predomínio do “complexo econômico colonial” que ganham corpo na grande concentração de renda, na

inibição do mercado interno e no caráter especializado da produção. Além disso, a análise permite identificar a fonte dos fatores impeditivos da dinamização da indústria e do padrão de integração econômico em relação à superação dos obstáculos econômicos herdados do ciclo anterior. Trata-se da construção das premissas referentes à especificidade do processo de “revolução burguesa” dos países de passado colonial em termos de seu desenvolvimento econômico. Essa situação é caracterizada, portanto, pela manutenção de formas não capitalistas de produção, de trabalho e de bloqueio do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que aparecem outras relações de cunho capitalista⁴⁷. Isso corresponde a um grande fator de “neutralização” da “revolução burguesa” nos países economicamente dependentes.

Esse quadro, que não foi exagerado em nenhum ponto, revela, os contornos e a qualidade da “revolução burguesa” nos países economicamente subdesenvolvidos e dependentes. Apesar de assimilarem os padrões de organização econômica dos países dominantes da mesma constelação civilizatória, eles não possuem condições sócio-econômicas para desencadear um fluxo de riquezas suscetível de saturar e de conferir realidade histórica plena àqueles padrões de organização econômica. Sob esse aspecto, pode-se falar num estilo de “revolução burguesa” típico dos países de economia capitalista subdesenvolvida. No caso brasileiro tal coisa parece evidente e demonstra o caráter descontínuo, extremamente lento e desigual com que essa revolução se desenrola no tempo ou se propaga no espaço (FERNANDES, 1981, p.139, grifos meus).

Segundo Florestan Fernandes isso corresponde à aceitação do capitalismo apenas no seu aspecto econômico, sendo, então, deixados de lado os requisitos valorativos capazes de configurar um novo “estilo de vida” calcado em bases

⁴⁷ texto: “Anotações sobre Capitalismo Agrário e mudança Social no Brasil”, sem data (FERNANDES, 1981).

jurídico-políticas e sociais capitalistas. Por esse motivo volta-se a uma crítica às políticas econômicas que contribuem para a manutenção dessa preocupação, conferindo a necessidade de mudança na dimensão cultural, ou valorativa, para a institucionalização da organização social (DURKHEIM, 1970; PARSONS, 1969; 1974).

Na verdade, os mecanismos econômicos não se corrigem nem se transformam automaticamente. São os homens que promovem tais correções e transformações. Privado de suas formas sociais e jurídico-políticas, o capitalismo foi despojado de qualquer impulso dinâmico construtivo e revolucionário. ele deixou de orientar aspirações básicas comuns, e os que encarnaram socialmente uma vontade histórica identificada com seus valores limitaram-se a definir esses valores no plano econômico e segundo os interesses restritos de uma classe (FERNANDES, 1981, p.94).

Isso se dá apesar do fato de os países de passado colonial terem herdado o padrão de civilização ocidental através da transplantação de fatores tais como instituições, valores e tendências⁴⁸. A especificidade consiste exatamente na dificuldade de estabelecimento histórico interno das forças capazes de operar nas transformações fundamentais à nova ordem social. Segundo Florestan Fernandes, o que se estabelece são mecanismos de artificiais a partir dos quais se inscrevem parcialmente alguns requisitos ideais da mesma. Resultado disso é o contraste entre o “real” e o “ideal” que se expressa nas divergências fomentadas no seio dos setores dominantes. Esses resultados são obtidos por intermédio de uma análise na esfera sociocultural a partir da qual essa tensão se apresenta como propulsora das bases materiais e morais do desenvolvimento da civilização moderna ocidental no Brasil. Nessa dimensão, os resultados da ampliação do

⁴⁸ texto: “A Dinâmica da Mudança Sociocultural no Brasil” de 1966 (FERNANDES, 1981).

processo na forma de urbanização e industrialização de algumas cidades são suficientes para o fomento de um clima de consenso no tocante às insatisfações e anseios de “desenvolvimento”. Ao mesmo tempo, não dá conta da superação dos descompassos da realidade brasileira uma vez que não se consolida em moldes revolucionários.

Assim, no que se refere às transformações do “horizonte cultural médio”, a “revolução burguesa” no Brasil tem um papel limitado, pois: a) não rompe com formas de concepção do mundo herdadas do passado por estarem vinculadas a estruturas que ainda permanecem; b) adquire caráter “lento, descontínuo e convulsivo”, não permitindo maior integração ao processo. A maior implicação destes fatores, na orientação valorativa dos padrões de comportamento, consiste na obstrução da ação plenamente racional em termos funcionais. Esse tipo de análise, segundo o próprio autor, permite uma compreensão dos fenômenos que já se concretizaram no cenário da mudança social, ou seja, que estão inseridos num momento histórico restrito.

Por outro lado, a interpretação permite definir que o estabelecimento da autonomia econômica nacional corresponde a um processo de revolução social. O sentido revolucionário consiste na exigência da superação dos problemas de ordem *estrutural-funcional* provenientes dos entraves tradicionalistas à ordem social competitiva e à democracia. Ao sobrepujar esses obstáculos é que se pode iniciar um verdadeiro processo de revolução burguesa.

Como aconteceu com outros países, o Brasil precisa atingir um mínimo de integração interna que lhe assegure condições para se organizar e sobreviver como sociedade nacional autônoma. Desse ângulo, tanto o ponto morto de desequilíbrio, que ameaça sua capacidade de coexistência e de

desenvolvimento, quanto a irracionalidade do comportamento conservador, que põe em risco o destino da ordem social competitiva, constituem obstáculo que serão previsivelmente superados. Na medida em que realiza historicamente as condições econômicas, sociais e políticas para se organizar como sociedade nacional, o Brasil avança em duas direções. Primeiro, no controle dos fatores adversos à mudança. Segundo, na absorção progressiva de padrões de organização social nuclearmente mais adaptados ao tipo de mudança requerido por uma sociedade aberta (FERNANDES, 1981, p.130, grifo do próprio autor).

Em se tratando do sentido histórico de atuação da burguesia, Florestan Fernandes coloca a discussão em dois planos. No primeiro, a questão corresponde à revolução burguesa nos moldes do capitalismo dependente. Nesse caso, pode-se falar em “revolução burguesa” no que se refere à consolidação das estruturas inerentes à Ordem Social Competitiva e à monopolização do poder político e econômico por uma mesma classe social. No segundo plano, o autor questiona a revolução burguesa dos países economicamente dependentes em relação ao caráter propulsor do capitalismo autônomo. Aqui, evidencia o fracasso das classes altas desses países em desempenhar seu papel revolucionário no tocante ao rompimento com as estruturas anteriores e à consolidação de novas estruturas e de uma nova dinâmica social dentro do Estado nacional. É aqui que se coloca um fator elementar: a situação das burguesias nacionais sob o capitalismo monopolista. Frente à crise se deparam com a necessidade de escolha entre o aprofundamento da dependência ou a realização efetiva de uma revolução burguesa.

O capitalismo dependente já está nos meados do século XX; não poderá ignorar, com ou sem as pressões diretas e indiretas do mundo socialista, a crise profunda que se avizinha, ameaçando em primeiro lugar as suas estruturas arcaicas, o seu imobilismo e as suas iniquidades econômicas. O

que essa crise representará, por sua vez, não é difícil de predizer-se. As formas sociais e políticas que foram sistematicamente repelidas, terão de ser aceitas e absorvidas. As burguesias nacionais terão de defrontar-se com outras classes médias, que poderão pretender pôr em causa sua liderança intelectual e política; com novas classes operárias e com um novo campesinato, que repelirão o capitalismo dependente e, talvez, até o capitalismo avançado (FERNANDES, 1981, p.101).

O sociólogo e o subdesenvolvimento.

Por fim, pode-se perguntar se a ênfase na análise das classes sociais está relacionada a idéia de papel intelectual que Florestan Fernandes detém no momento. No texto “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” (1967), que compõe a primeira parte da obra, essa questão aparece na medida em que a sociologia é posta “a serviço do processo mais amplo de explicação e de superação do subdesenvolvimento”. Conforme justificativa do autor, esta atribuição orienta os interesses intelectuais a objetos que permitem atribuir à Sociologia este desdobramento. Verifica-se aqui um dado importante: é o próprio Florestan Fernandes quem reconhece, em nota de rodapé, o fato da definição dos papéis intelectuais estarem baseados em suas formulações anteriores presentes nos livros *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* e *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*. Na realidade esta questão é central, pois canaliza os questionamentos sobre o modo pelo qual o sociólogo brasileiro realiza esse objetivo no momento. Isso porque permite compreender como o autor entende o processo de mudança social decorrente e como se posiciona frente às possibilidades de atuação do intelectual e da sociologia. Por esse motivo, afirma que compete aos sociólogos dos países

subdesenvolvidos centralizarem seus objetivos na pesquisa empírica, como fator fundamental de adequação teórica, e em interesses científicos que permitam uma melhor compreensão da questão do subdesenvolvimento⁴⁹.

De acordo com o texto “A dinâmica da Mudança Sociocultural no Brasil” de 1966, o grau de desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil atingido até o momento exige respostas políticas condizentes. Este é um momento peculiar, pois, conforme a argumentação do autor, as condições anteriores permitiam um certo controle do processo de mudança por parte das classes dominantes, ao passo que, no caso considerado, as exigências ultrapassam tal possibilidade. Através deste dado é possível situar o interesse do sociólogo brasileiro na análise das classes sociais no Brasil. Esse tipo de análise é essencial na medida em que define as exigências que a sociedade apresenta à potencialidade das classes sociais em desempenhar seu papel histórico. Nesse sentido, os resultados democráticos de uma revolução burguesa efetiva são indispensáveis, pois, canalizam os interesses nacionais. A incumbência do sociólogo consiste, dessa forma, em revelar como as classes contribuem, ou podem contribuir, ativamente para esses fins.

Por esse motivo, pode-se deparar com um texto, como “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil” (1966), direcionado às ideologias dominantes. Segundo Florestan Fernandes as análises sobre a situação brasileira naquele momento estão centralizadas nos aspectos econômicos, deixando-se o fato de serem estes condicionados pelo processo histórico-social. Perde-se a capacidade analítica sobre as relações cruciais entre a Economia e a

⁴⁹ Aqui, vale ressaltar que os textos apresentados fazem muitas referências aos trabalhos realizados no Cesit.

Política já que o autor define o crescimento econômico e a instabilidade política como características inerentes à história do Brasil do meio século anterior. É aqui que se impõe como necessidade a contribuição do conhecimento sociológico às interpretações de ordem econômica e a superação do pensamento de senso comum que aposta na estabilidade política independentemente da forma pela qual é alcançada.

Cabem aqui, também, o capítulo “A ‘Revolução Brasileira’ e os Intelectuais” (1965) e o Apêndice do livro (1964) de uma forma especial já que são direcionados aos formandos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dessa forma, ilustram as expectativas do autor no tocante às tarefas intelectuais das novas gerações face às transformações sofridas pela sociedade brasileira decorrentes do estabelecimento da ditadura militar. Essas transformações se referem, acima de tudo, às implicações da atividade acadêmica, tanto de pesquisa quanto de docência. A argumentação procura, então, estabelecer quais os alvos a serem perseguidos sob esse contexto.

Conforme o primeiro texto, os alvos correspondem a uma visão objetiva do processo de “Revolução Burguesa” brasileiro que rompesse com as interpretações de cunho parcial ou ideológico. Resultado disso é uma conclusão que reconhece a debilidade do processo ao mesmo tempo que admite a necessidade de realização de seu papel histórico para a superação da condição de heteronomia. Em suas palavras:

Nossa débil ‘revolução burguesa’ constitui, por enquanto, o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas. Não só

representa a única saída que encontramos para a modernização sociocultural. Contém em si novas dimensões de organização da economia, do Estado e da sociedade, que poderão engendrar a diferenciação das estruturas sociais, a difusão e o fortalecimento de técnicas democráticas de organização do poder e da vida social, novas bases da integração da sociedade nacional etc. Sem que nos identifiquemos ideologicamente com essa revolução e nos tornemos seus adeptos ou apologistas, é fácil reconhecer que ela possui um sentido histórico criador. Além disso, a sua concretização final permitirá a superação do dilema social que nos mantém presos a uma herança sociocultural indesejável. Enquanto não rompermos definitivamente com as cadeias invisíveis do passado, não conquistaremos o mínimo de autonomia, que é necessária, para governarmos o nosso “destino nacional” nos moldes da civilização moderna (FERNANDES, 1981, p.182-183, grifos meus).

Vale destacar, ainda, a afirmação de Florestan Fernandes em que reconhece a tensão moral imposta aos intelectuais por via desta situação histórica: a defesa de um modelo social que não corresponde as suas inspirações políticas, mas ao que se coloca como possível. O papel do intelectual deve incidir, então, sobre a interpretação do sentido histórico aberto pela efetivação da revolução burguesa no Brasil, principalmente no que esta última responde aos requisitos democráticos de organização social. Por esse motivo, afirma que, em consonância com as formulações anteriores sobre a questão do papel intelectual, os intelectuais têm, por essência, na democracia uma finalidade última. O cenário da ditadura, ao mesmo tempo que representa, aos olhos do autor, uma derrota das gerações anteriores no que diz respeito ao desempenho de seu papel intelectual, abre às novas gerações outras possibilidades históricas. Dentro dessa perspectiva dirige tais palavras aos formandos:

Tudo dependerá da objetividade e da grandeza que vocês revelarem na escolha estratégica dos alvos a serem atingidos e do ânimo com que vocês se empenharem na concretização histórica de tais alvos. Se vocês souberem responder às exigências da situação, nada nem ninguém poderão impedi-los de fazer da sua a primeira geração a não ser empurrada, sob a pressão dos fatos, pela encosta da história. Ou seja, convertê-la na primeira geração brasileira que logrará um mínimo de historicidade na percepção e no domínio do real – condição para submetê-los, onde isso já é possível, à vontade humana (FERNANDES, 1981, p.189).

Em vista dessas obrigações, os intelectuais devem vencer as barreiras impostas pelo regime ditatorial que os condena a pressões externas. Sucumbir a elas significa, na argumentação de Florestan Fernandes presente no segundo texto, ceder às expectativas ideológicas e negligenciar a essência do pensamento científico. Para isso, urge a defesa da autonomia da ciência em nome da legitimidade dos papéis intelectuais. Isso corresponde, como já foi visto, à luta pela concretização da democracia no Brasil.

Não sei o que o futuro imediato nos reserva. Tenho, porém, plena confiança em que nada poderá deter a consolidação progressiva da ordem social democrática no Brasil. Aqui e ali, desviamos-nos um pouco do curso normal das coisas. Mas, a longo termo, será impossível impedir que o povo se converta em agente de sua própria história. A nossa função, nesse processo, consiste em alargar as bases do conhecimento do ambiente pelo homem, dotando-o de melhores condições para manipular meios e fins na esfera da reconstrução social (FERNANDES, 1981, p.221).

CONCLUSÃO

Como se pôde observar, as três dimensões referenciadas na pesquisa – mudança social, metodologia e concepção sobre o papel do intelectual – se interpenetram permitindo estabelecer algumas conexões importantes para a análise da obra de Florestan Fernandes. Considerando a caracterização do meio social externo, a primeira dimensão põe em evidência o processo histórico de mudança social brasileiro que passa a constituir um objeto de análise. Os períodos estudados correspondem, assim, a diferentes momentos de formação da sociedade de classes no Brasil que abrem várias possibilidades analíticas. Por outro lado, considerando o corpo da produção sociológica do autor, o tema da mudança social adquire contorno na medida em que traz consigo problemas fundamentais tanto para a sociedade como para a própria sociologia. Ao mesmo tempo, a maneira pela qual o sociólogo brasileiro procura dar conta desta realidade fundamenta um sentido político que direciona as interpretações a um projeto histórico para o país. Esta segunda dimensão está diretamente vinculada à terceira, uma vez que insere os questionamentos sobre as possibilidades de concretização de um projeto formulado em termos científicos. Em outras palavras, a definição dos “problemas sociais” como objetos de pesquisa coloca ao conhecimento científico a possibilidade de formulação de uma solução aos mesmos, evidenciando a compreensão do próprio autor sobre o seu papel na sociedade.

Em Florestan Fernandes, são vários os temas de pesquisa que abarcam a questão da mudança social em meados da década de cinquenta. A própria

sociologia é posta em questão no que corresponde a sua capacidade de análise dos fenômenos ligados à interpretação da manifestação da Mudança Cultural Espontânea no Brasil. Não é por acaso que os textos metodológicos datados dessa época procuram sistematizar o campo de atuação da Sociologia e, principalmente, da Sociologia Aplicada no país neste processo de mudança. Nessa sistematização, a interpretação dos temas relacionados se apresenta como resultado da aplicação de uma metodologia específica indicativa dos objetivos de Florestan Fernandes em traçar os obstáculos ao desenvolvimento social brasileiro.

Dessa forma, a análise das desarticulações entre a ordem material e a cultural; do grau de integração sócio-econômica; dos diferentes níveis do comportamento racional; das possibilidades de controle racional da vida social, voltadas aos fenômenos da industrialização e urbanização da sociedade brasileira, são exemplos da influência das questões pertinentes ao contexto social do qual resultam. Isso porque fazem referência às tensões sociais resultantes do direcionamento da política-econômica nacional, da valorização da ciência e dos processos de urbanização e de industrialização e, finalmente, das disparidades regionais do país. Consideradas as decepções com a não consecução do projeto anunciado pela política estatal, os trabalhos ganham uma nova dimensão no início da década de sessenta: eles buscam denunciar os limites do projeto nacional nessa esfera. A argumentação se vincula ainda às definições de Mudança Cultural Espontânea e de Mudança Cultural Provocada identificadas na década de cinquenta, mas estão embutidas na crítica ao papel das instituições públicas para a criação de uma nova ordem social. Esta crítica está centrada nas “inconsistências psicossociais e sócio-culturais” expressas nas

duas dimensões que o autor define como estratégicas para o que compreende como “desenvolvimento nacional”, a saber, a esfera social e a econômica. No que se refere à primeira esfera, a questão incide, a título de exemplo, sobre as deficiências da escola em acompanhar as exigências da nova “base material”, bem como em superar as contradições inerentes. Trata-se, aqui, de questionar a participação do Estado no processo de democratização da cultura que corresponde, como foi visto, ao alicerce da Mudança Cultural Provocada. Os textos que o sociólogo brasileiro elabora sobre o tema se inserem numa série de discussões e no movimento em prol da escola pública, através dos quais denuncia o caráter particularista do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação, em tramitação desde o final da década de 40 (MAZZA, 1997). Importa, aqui, que este correspondeu a um momento de denúncia da dissociação do poder público com o processo de transformação democrática que implicou na delação de seu compromisso com os setores conservantistas das classes dominantes no final do processo.

Em se tratando da esfera econômica, é importante destacar que a definição do estado de “estrangulamento econômico” é tomada enquanto um resultado dos condicionantes psicossociais que se expressam tanto no comportamento estritamente econômico como no comportamento político que o apóia. O resultado da influência de valores tradicionais no comportamento econômico inviabiliza sua potencialidade social através da atitude de “ave de rapina” que concentra, sobremaneira, as margens de lucro nas mãos dos empresários com o único objetivo de manutenção do *status quo*. Da mesma forma, o comportamento político é atravessado por interesses imediatistas e particularistas das classes dominantes herdadas do “padrão colonial de reação societária aos problemas

sociais”, acabando por influenciar as medidas econômicas do Estado. Por isso, a crítica se volta à centralidade conferida à esfera econômica na definição do caráter do desenvolvimento brasileiro. Ela não dá conta das contradições decorrentes do capitalismo brasileiro que levam Florestan Fernandes a construir um quadro de crise latente.

A interpretação do processo contínuo de crise no Brasil se coloca, em seguida, a partir das implicações do estabelecimento da ditadura militar no Brasil. Segundo o próprio autor, os trabalhos dizem respeito a interpretações mais “profundas” da situação histórico-social brasileira. Por esse motivo, são baseadas na crítica à incapacidade das classes sociais, principalmente das classes dominantes brasileiras em desempenhar seu destino histórico. Trata-se, aqui, da compreensão da impossibilidade de estabelecimento do capitalismo autônomo no Brasil, graças ao caráter dependente do seu processo de desenvolvimento econômico e social. Conseqüentemente, essa condição solapa a possibilidade da constituição típica, em termos ideais e extremos, da “Revolução Burguesa” no país. A denúncia de Florestan Fernandes se baseia, então, na tese segundo a qual o crescimento econômico por si só corresponde ao fortalecimento da dependência econômica (não o contrário como defendem os economicistas) e na crítica às barreiras democráticas impostas pela ditadura militar que inviabilizam as transformações políticas necessárias para a reversão deste quadro de dependência.

Esses diagnósticos realizados por Florestan Fernandes trazem intrinsecamente a concepção de desenvolvimento que determina seu lugar político frente ao sentido das mudanças sociais brasileiras. Pode-se observar que, por volta da metade dos anos cinqüenta, a preocupação com a especificidade

empírica da consolidação estrutural-funcional da Moderna Sociedade Ocidental no Brasil denota o caráter crítico dos trabalhos do autor, na medida em que chama a atenção aos fatores desarticuladores da Ordem Social Capitalista no Brasil. Ao mesmo tempo, a aposta no Planejamento Democrático como o caminho viável para a solução dos “efeitos disnômicos” dá embasamento à aposta num projeto nacional a partir de padrões e tendências encontrados nas sociedades “avançadas”, logo considerados como em fase de maturação nos países de passado colonial. Isso demonstra que o sentido do desenvolvimento está voltado aos parâmetros dessas sociedades, apesar da necessidade de superação de obstáculos que são de origem histórica e influenciam diretamente na função dos fenômenos de ordem cultural. A orientação política se dá, então, através da defesa de uma política de desenvolvimento nacional cuja função consiste no estabelecimento integrado da Ordem Social Capitalista. Trata-se da aposta nas potencialidades da ação histórica das classes dominantes que estão, neste momento, num estágio incipiente de atuação.

Se num primeiro momento essa crítica aos agentes das classes dominantes se expressa por intermédio da denúncia da herança tradicional que permeia a “consciência” das classes dominantes, no segundo momento considerado ela é sistematizada no questionamento aos interesses do Estado. Dentro dessa crítica, um argumento fundamental diz respeito à concepção de “subdesenvolvimento”. Em *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, encontra-se com freqüência a utilização de aspas para fazer referência do termo no momento de alusão ao debate do período. Em contrapartida, no decorrer da análise Florestan Fernandes o utiliza sem destaque procurando desmistificar a situação de “subdesenvolvimento” do caráter generalizador que expressa em vista

da idéia de “país desenvolvido”. Em outras palavras, isso significa um apelo à particularidade e à necessidade de medidas específicas que redirecionem o sentido da consolidação da Ordem Social Competitiva para a Ordem social Planificada.

É aqui que se insere a caracterização do momento enquanto “revolução social”. Essa acepção se associa à identificação de um quadro de crise a partir do qual se definirá o sentido histórico do país. Como ainda se mostra presente a necessidade de rompimento com a influência conservadora na esfera cultural, a idéia de revolução parte principalmente dos obstáculos correspondentes. Assim, a questão da dependência se insere, principalmente, em termos de dependência cultural através da qual as técnicas e instituições sociais são absorvidas sem prévio desenvolvimento de forças sociais capazes de engendrar um novo padrão de desenvolvimento. Por isso, o sociólogo brasileiro enfatiza a crítica à “consciência importada” das classes dominantes que opera na contramão da possibilidade de uma revolução no horizonte cultural e, conseqüentemente, de um desenvolvimento econômico efetivo. Cabe aqui a denúncia dos pontos de estrangulamento da economia brasileira que, segundo Florestan Fernandes, ao serem resultantes dos condicionamentos histórico-sociais, delatam a “mitologia do progresso”. Apesar desta crítica, pode-se notar, ainda a crença nas potencialidades dinâmicas dos setores progressistas das classes dominantes enquanto uma fase importante na consolidação da democracia no Brasil⁵⁰ que

⁵⁰Nas próprias palavras do autor em prefácio à primeira edição: “Isso pode não parecer um ganho vantajoso. Todavia, se for possível forjar condições crescentemente favoráveis ao desenvolvimento econômico, social e cultural, aí se acha um elemento essencial à ampliação do poder de controle dos fatores psicossociais e sócio-culturais do ambiente” (FERNANDES, 1976, p.18-19).

deve ser realizada a partir de uma reviravolta no sentido das políticas de desenvolvimento com base nas contribuições sociológicas.

No final da década de sessenta, a interpretação sobre “desenvolvimento nacional” passa pela compreensão da dependência econômica como um fator estrutural das sociedades periféricas que perpetua o papel secundário da economia brasileira no mercado mundial. A superação dessa condição exige o rompimento com os laços de dependência para que a burguesia nacional possa desencadear um processo revolucionário. Por esse motivo, os ensaios presentes em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* evidenciam claramente a descrença no desenvolvimento “normal” do capitalismo que promove a interpretação histórica à metodologia capaz de dar conta de analisar um quadro distinto de uma organização econômica na qual as classes sociais não conseguem transformar a ordem social. A crítica à nova situação política e sua tendência à internacionalização da economia se coloca no estabelecimento da relação com as raízes coloniais brasileiras e sua influência na inserção do Brasil no mercado mundial. Assim sendo, a atuação do governo, bem como da ideologia que representa, é caracterizada como uma tentativa de manutenção desse estado de coisas na medida em que responde aos interesses egoísticos desses setores. Dá-se aqui a denúncia da debilidade das classes dominantes que corrompem os efeitos construtivos de uma “Revolução Burguesa”, que dependem de um desenvolvimento autônomo da economia.

Os três textos básicos referenciados, *Mudança Sociais no Brasil*, *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, trazem consigo uma intenção do autor em realizá-las que pode ser encontrada na argumentação acerca da função do conhecimento

científico que emerge das justificativas de publicação ou de composição das obras (SKINNER, 1996; 2000). Essas justificativas são constantemente embutidas das problemáticas na conjuntura histórico-social e intelectual que definem a esfera de ação da sociologia no processo social e político. Nos textos destacados no capítulo 1, esse tipo de “consciência” do papel intelectual está baseada na necessidade de denúncia dos obstáculos sócio-culturais ao desenvolvimento nacional cujo principal agente se compõe na figura do sociólogo. Trata-se de um momento de valorização da ciência no processo de modernização da sociedade que exige de Florestan Fernandes a construção do edifício da sociologia brasileira em patamares científicos. Isso justifica, em certa medida, tamanho empenho do autor na defesa dos fundamentos universalistas da ciência em plena associação com a problemática nacional (ARRUDA, 2001). A definição do que é e do que não é rigorosamente científico é condição primordial na obtenção da legitimidade e do valor social que o sociólogo procura conferir aos seus trabalhos. Por isso, pode-se reconhecer a preocupação com diálogo com as outras correntes de pensamento. A análise dos obstáculos à constituição da Moderna Sociedade Ocidental são, deste modo, apresentados como uma necessidade social já que desempenham funções contraditórias ao sentido que o caminho de modernização deve tomar no Brasil.

Um exemplo que não fez parte da análise, mas que vale a pena ser lembrado, consiste no projeto de pesquisa sobre a questão do preconceito de cor em São Paulo, publicado em 1951 (FERNANDES, 1976). O paradigma metodológico, expresso na discussão com o funcionalismo, se revela nos dois principais resultados aos quais Florestan Fernandes procura chegar: “a) Forma, natureza e função do preconceito racial em São Paulo; b) As correlações do

preconceito racial com relação aos fatores de estabilidade e de mudança social⁷. Apesar de ter sido elaborado no início da década e de se tratar de uma pesquisa encomendada, esse trabalho é importante para demonstrar como o interesse de contribuição sociológica para o desenvolvimento social está presente na definição dos alvos da pesquisa⁵¹, bem como para justificar a sistematização desse tipo de metodologia nos ensaios de caráter teórico escritos no decorrer dos anos cinquenta (GARCIA, 1997, p.108). Em suma, o caráter político da intervenção da sociologia é moldado segundo as possibilidades de absorção do conhecimento científico pelo processo de estabelecimento da Ordem Social Capitalista.

Como já foi dito, a discussão sobre a questão do intelectual no livro *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* é explícita tendo como objetivo central o questionamento das possibilidades reais de aproveitamento das contribuições sociológicas na modelação da sociedade. Esse livro parte das premissas da função da Sociologia Aplicada para justificar a denúncia da falta de valorização da sociologia na orientação das políticas de desenvolvimento. Dessa forma, ao incorporar o sentimento de desilusão causado pelos resultados da Campanha de Defesa da Escola Pública, essa denúncia é centrada na crítica à desvinculação dos projetos políticos com a realização da revolução democrática na sociedade brasileira que incide sobre a não valorização dos conhecimentos sociológicos nas políticas adotadas. O papel da sociologia se volta, então, aos fatores impeditivos desta vinculação que estão relacionados ao descompasso, agora mais evidente, entre o desenvolvimento material e o desenvolvimento moral na sociedade. Exemplo deste tipo de preocupação é o já citado projeto *Economia e Sociedade no*

⁵¹ Segundo o próprio Florestan Fernandes, tanto esse projeto de estudo quanto os projetos *Economia e Sociedade* e *A Empresa Industrial em São Paulo* correspondem aos interesses do autor na associação entre teoria, pesquisa e aplicação (FERNANDES, 1976, p.13).

Brasil (FERNANDES, 1976). Ele representa a concretização da pesquisa nas esferas que Florestan Fernandes considera estratégicas para a emergência de uma sociedade planejada: as esferas econômica e social.

Os alvos do projeto, então, se concentram nas principais forças sociais operativas que estão expressas nos itens: “O Empresário Industrial”, “Estado e Desenvolvimento” e, “Mobilização da Força de Trabalho”. Em ambos os casos, a análise se volta à caracterização da situação do empresário, do Estado e do trabalhador a partir das limitações sócio-culturais inerentes ao estabelecimento da sociedade de classes no Brasil. Trata-se da compreensão de um quadro de crise a partir da qual é gestada a identificação do caráter da burguesia nacional e de sua vinculação com o Estado. Assim, os projetos se inserem numa atitude de apelo à importância das contribuições sociológicas na ampliação da possibilidade de planejamento a todas as esferas da vida social. A definição deste objetivo último constitui, segundo Florestan Fernandes, a base do “engajamento” do sociólogo que se expressa na escolha estratégica dos temas dos trabalhos de pesquisa. Para isso, cumpre a exigência de melhores condições institucionais de trabalho intelectual e de canalização da comunicação dos sociólogos com o grande público para fazer valer as justificativas de interesses pelo “planejamento”⁵².

A idéia de que a participação política do cientista consiste na contribuição às exigências da sociedade através da produção científica ainda está presente em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*⁵³. Essa identificação comprova a

⁵² Segundo Florestan Fernandes o *Plano de Ação* do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) e seu apoio à produção científica são exemplos, ainda que restritos, da valorização do planejamento na organização social.

⁵³ Em suas palavras: “a Sociologia não é o elemento secundário e a *sociedade subdesenvolvida* o dado essencial das preocupações científicas dos sociólogos dos países subdesenvolvidos. Se se caminhassem nessa direção, aliás, os sociólogos desses países negariam a própria Sociologia e deixariam de colocá-la a

continuidade da concepção de intelectual apesar dos interesses teóricos estarem em consonância com a conjuntura social e política. Até mesmo no prefácio à segunda edição de *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, de 1976, quando da constatação do fracasso de suas aspirações políticas, o sociólogo afirma essa coerência atribuindo apenas a necessidade do momento de um teor “mais radical” ao papel intelectual. Essa concepção penetra também no prefácio que consta da terceira edição do livro *Mudanças Sociais no Brasil* datada de 1979. Nesse texto o autor destaca como função dos sociólogos na “periferia” a interpretação da questão da dependência em termos da escolha da defesa do capitalismo dependente ou de sua negação. É essa também a justificativa do livro considerado no terceiro capítulo que coloca questionamentos sobre as possibilidades de desenvolvimento do país em vista da condição de dependência econômica. Ela depende da superação dessa condição que demanda, por sua vez, da tomada de “consciência” da burguesia nacional no sentido da concretização de um capitalismo autônomo.

Por isso, pode-se dizer que, apesar dos temas e da metodologia utilizada expressarem por si só determinado objetivo político, a tensão sobre a participação do cientista no mundo social esteve presente em todos os momentos considerados. Ela é caudatária de uma “vocação para elite dirigente” com a qual os intelectuais procuram se adaptar às transformações decorrentes da modernização brasileira (PÉCAUT, 1990). Apesar da tentativa de ruptura com a idéia de participação direta nos quadros governamentais, essa “vocação” é clamada a partir da sede da sociedade pelos benefícios da ciência. No caso de

serviço do processo mais amplo de explicação e de superação do subdesenvolvimento” (FERNANDES, 1981, p.31-32).

Florestan Fernandes essa tensão teve dois resultados marcantes: a consolidação das raízes da Sociologia Brasileira e a afirmação do respaldo social do intelectual brasileiro que resulta na absorção política dos mesmos nas décadas seguintes (LAHUERTA, 1999).

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1997) Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. *Idéias*, Campinas, 4(1/2): 43-58.
- ARRUDA, Maria Arminda. (1998) Trajetória singular: o acadêmico Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2001) *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP, EDUSC.
- BASTOS, Elide Rugai. (1998) Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (1997) *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo, Hucitec.
- CANDIDO, Antonio. (1987) Amizade com Florestan. n: D'INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CANDIDO, Antonio. (1998) Um militante incansável. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo.
- CANDIDO, Antonio. (2001) *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades; Ed. 34.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1987) A paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. (1996) Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, São Paulo, 10(26): 89-127.

- COHN, Gabriel. (1987) O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Ange la (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DEL ROIO, Marcos. (1998) Sociologia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo.
- DURKHEIM, Émile. (1970) *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro, Forense.
- FERNANDES, Florestan. (1960) *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, São Paulo, Pioneira.
- FERNANDES, Florestan. (1972a) *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (2ª. edição), São Paulo, editora Nacional.
- FERNANDES, Florestan. (1972b). *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, DIFEL.
- FERNANDES, Florestan. (1975) *Investigação Etnológica no Brasil e outros Ensaio*, Petrópolis, Vozes.
- FERNANDES, Florestan. (1976) *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*. (2ª edição), Rio de Janeiro Zahar.
- FERNANDES, Florestan. (1978) *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (terceira edição) São Paulo, Ática.
- FERNANDES, Florestan. (1979a) *Mudanças Sociais no Brasil*. (3ª. edição), São Paulo, DIFEL.
- FERNANDES, Florestan. (1979b) *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo* (2ª.edição), Petrópolis, Vozes.
- FERNANDES, Florestan. (1980) *A Sociologia no Brasil*. (2ª. edição), Petrópolis, Vozes.

- FERNANDES, Florestan. (1981) *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. (4ª. edição), Rio de Janeiro, Zahar.
- FORACCHI, Marialice (org.). (1982) *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo, Ática, 1982 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- FREITAG, Bárbara. (1987) Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FREYRE, Gilberto. (1984) *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. (1996) *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. (9ª.edição), São Paulo, Cia Editora Nacional.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. (1997) A sociologia como ciência: liberalismo e radicalismo no 'período de formação' de Florestan Fernandes. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH - USP.
- GOLDMANN, Lucien. (1979) "O todo e as partes". In: *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IANNI, Octavio. (1975) *O colapso do populismo no Brasil*. (3ª. edição), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, Octavio. (1987) Sociologia Crítica. In: D'INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IANNI, Octavio. (1997) A obra de Florestan Fernandes. *Idéias*, Campinas, 4(1/2): 13-24.
- LAHUERTA, Milton. (1999) Intelectuais e transição: entre a política e a profissão. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH - USP.
- LESSA, Carlos. (1981) *15 anos de política Econômica*. São Paulo, Brasiliense.

- LUKÁCS, Georg. (1965) "Narrar ou Descrever?". In: *Ensaio Sobre Literatura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MANNHEIM, Karl. (1962) *O Homem e a Sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MANNHEIM, Karl. (1972) *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. São Paulo, Editora Mestre Jou.
- MANNHEIM, Karl. (1973) *Diagnóstico de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MANNHEIM, Karl. (1974) *Sociologia da Cultura*. São Paulo, Perspectiva.
- MANNHEIM, Karl. (1981) "O pensamento conservador". In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, HUCITEC
- MANNHEIM, Karl. (1986) *Ideologia e Utopia*. (4ª. edição), Rio de Janeiro, Guanabara.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1977) *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- MARTINS, Hermínio. (1987) A totalidade fora de lugar?. In: D'INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINS, José de Souza. (1998) *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo, EDUSP.
- MAZZA, Débora. (1997) A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964). Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp.
- MELLO, João M. Cardoso de. (1986) *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense.
- MERTON, Robert K. (1970) "Sobre as teorias de médio alcance". In: MERTON, Robert K. *Teoria e Estrutura*. São Paulo, Ed. Mestre Jou.

- NAGLE, Jorge. (1987) Um pensamento para a reconstrução. In: D'INCAO, Maria Angela (org) *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- PARSONS, Talcott. (1969) *Sociedades. Perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo, Pioneira, 1969;
- PARSONS, Talcott. (1974) *O Sistema das Sociedades Modernas*. São Paulo Pioneira.
- PÉCAUT, Daniel. (1990) *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática.
- PINTO, Renan Freitas. (1997) A sociologia em questão. *Idéias*, Campinas, 4(1/2): 25-42, (janeiro/dezembro).
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. (2000) *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior: continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. (1998) Um romantismo revolucionário em Florestan Fernandes? In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, p.169-176.
- SKINNER, Quentin. (1996) *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SKINNER, Quentin. (2000) Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, Revista de História Intelectual, 4, p.149-191.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. (1986) *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. (2ª. edição) Rio de Janeiro, Zahar.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1997) *ISEB: fábrica de ideologias*. Capinas, Editora da Unicamp.

TOLEDO, Caio Navarro de. (1998) Utopia e socialismo em Florestan Fernandes.

In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, Boitempo, p.59-68.

WEBER, Max. (1996) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. (11^a. edição)

São Paulo, Pioneira.